



PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

**PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DO LITORAL DO PARANÁ
PDS LITORAL**

PRODUTO 1
PLANO DE TRABALHO INICIAL (PTI)
(V02)

MARÇO 2018

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	5
1. O PDS LITORAL	7
1.1 OBJETIVOS.....	7
1.1.1 Objetivo Geral	7
1.1.2 Objetivos Específicos.....	7
1.2 AGENTES.....	9
1.2.1 Gestão do Contrato: Equipe Técnica Intersecretarial – ETI.....	10
1.2.2 Acompanhamento do Contrato: Equipe de Acompanhamento – EA.....	11
1.2.3 Executor.....	12
1.3 ETAPAS E PRODUTOS	12
1.4 PRAZOS	12
1.5 REALIZAÇÃO DOS EVENTOS	14
1.6 METODOLOGIA	15
2. DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS	17
2.1 ETAPA 1: PLANO DE TRABALHO	17
2.1.1 Atividades.....	18
2.1.1.1 Atividade 101: Identificação e Levantamento das Informações Existentes	18
2.1.1.2 Atividade 102: Desenho das Ferramentas de Comunicação do Projeto.....	19
2.1.1.3 Atividade 103: Elaboração do Plano de Comunicação.....	20
2.1.1.4 Atividade 104: Elaboração do Plano de Trabalho Inicial (PTI).....	25
2.1.1.5 Atividade 105: Realização da Reunião Técnica 01.....	26
2.1.1.6 Atividade 106: Disponibilização do Plano de Trabalho Inicial (PTI).....	26
2.1.1.7 Atividade 107: Realização das Oficinas de Engajamento	26
2.1.1.8 Atividade 108: Audiência Pública de Engajamento	28
2.1.1.9 Atividade 109: Validação do Plano de Trabalho Final (PTF).....	28
2.2 ETAPA 2: CONTEXTUALIZAÇÃO DA REGIÃO.....	29
2.2.1 Atividades.....	30
2.2.1.1 Atividade 201: Levantamento e Análise de Dados Secundários	30
2.2.1.2 Atividade 202: Levantamento e Análise de Dados Primários	37
2.2.1.3 Atividade 203: Coleta de Dados Geográficos e Elaboração de Mapas Georreferenciados	38
2.2.1.4 Atividade 204: Elaboração do Diagnóstico e Matriz FOFA.....	40
2.2.1.5 Atividade 205: Benchmarking de Boas Práticas Internacionais.....	42
2.2.1.6 Atividade 206: Elaboração do Relatório de Contextualização Inicial (RCI)	43
2.2.1.7 Atividade 207: Realização da Reunião Técnica 02.....	45

2.2.1.8	Atividade 208: Disponibilização do Relatório de Contextualização Inicial (RCI).....	45
2.2.1.9	Atividade 209: Realização das Oficinas de Contextualização.....	45
2.2.1.10	Atividade 210: Realização da Audiência Pública de Contextualização.....	47
2.2.1.11	Atividade 211: Validação do Relatório de Contextualização Final (RCF).....	47
2.3	ETAPA 3: CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS E VISÃO DE FUTURO	48
2.3.1	Atividades	49
2.3.1.1	Atividade 301: Construção dos Cenários de Desenvolvimento Sustentável	49
2.3.1.2	Atividade 302: Formulação de Visão de Futuro para até 2035.....	53
2.3.1.3	Atividade 303: Estabelecimento de Objetivos e Metas Previstas	53
2.3.1.4	Atividade 304: Definição dos Eixos Estratégicos	53
2.3.1.5	Atividade 305: Processo de Consulta com os Atores Locais	54
2.3.1.6	Atividade 306: Elaboração do Relatório de Construção de Cenários Inicial (RCCI).....	54
2.3.1.7	Atividade 307: Realização da Reunião Técnica 03.....	55
2.3.1.8	Atividade 308: Disponibilização do Relatório de Construção de Cenários Inicial (RCCI) 55	
2.3.1.9	Atividade 309: Realização das Oficinas de Construção de Cenários e Visão de Futuro	55
2.3.1.10	Atividade 310: Audiência Pública de Construção de Cenários e Visão de Futuro.....	57
2.3.1.11	Atividade 311: Validação do Relatório de Construção de Cenários Final (RCCF).....	57
2.4	ETAPA 4: ESTRATÉGIAS DE AÇÃO	58
2.4.1	Atividades	59
2.4.1.1	Atividade 401: Zoneamento Territorial	59
2.4.1.2	Atividade 402: Definição de Programas e Propostas de Ação.....	60
2.4.1.3	Atividade 403: Definição de Estratégias de Financiamento Viáveis.....	63
2.4.1.4	Atividade 404: Definição da Estratégia Institucional e de Gestão	64
2.4.1.5	Atividade 405: Estabelecimento de Indicadores de Monitoramento e Avaliação.....	65
2.4.1.6	Atividade 406: Elaboração do Plano de Ação Inicial (RPAI).....	67
2.4.1.7	Atividade 407: Realização da Reunião Técnica 04.....	67
2.4.1.8	Atividade 408: Disponibilização do Relatório do Plano de Ação Inicial (RPAI).....	67
2.4.1.9	Atividade 409: Realização das Oficinas do Plano de Ação	68
2.4.1.10	Atividade 410: Audiência Pública do Plano de Ação	70
2.4.1.11	Atividade 411: Elaboração do Plano de Ação Final (RPAF)	70
2.5	ETAPA 5: CONFERÊNCIA REGIONAL	70
2.5.1	Atividades	71
2.5.1.1	Atividade 501: Elaboração do Documento Final do Plano	71
2.5.1.2	Atividade 502: Apresentação e Revisão do Documento Final do Plano	71
2.5.1.3	Atividade 503: Realização da Conferência Regional	71
2.6	CRONOGRAMA SEMANAL	73
2.7	AÇÕES DE PARTICIPAÇÃO LOCAL	74

2.7.1	Instâncias de Participação do PDS Litoral	80
2.8	TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO	83
2.8.1	Desenvolvimento de Ferramentas Tecnológicas.....	84
2.8.2	Relevância para o Programa de Capacitação.....	85
2.8.3	Metodologia para a Capacitação	86
3	PLANO DE COMUNICAÇÃO E FERRAMENTAS DE COMUNICAÇÃO	88
3.7	COMPONENTES DO PLANO DE COMUNICAÇÃO.....	92
3.8	EXECUÇÃO DO PLANO DE COMUNICAÇÃO.....	93
3.8.1	Competências no âmbito da rede de comunicação.....	93
3.8.2	Cronograma de comunicação.....	93
3.8.3	Fluxograma de Execução do Plano de Comunicação (PMBOK)	94
3.8.4	Acompanhamento do Plano de Comunicação	95
3.9	GERENCIAMENTO DE NOTÍCIAS	96
3.9.1	Dos produtos para o público (sociedade civil)	96
3.9.2	Dos produtos para o público (agentes envolvidos).....	96
3.10	COMUNICAÇÃO COM STAKEHOLDERS.....	97
3.11	REFERÊNCIAS.....	97
	ANEXO I - ATORES ENVOLVIDOS NA ELABORAÇÃO DO PDS LITORAL.....	98
	ANEXO II – RELATORIA DA REUNIÃO PLENÁRIA E REUNIÕES TEMÁTICAS DE 30 E 31 DE JANEIRO DE 2018.....	105

APRESENTAÇÃO

O presente Plano de Trabalho fundamenta-se no Termo de Referência (TDR)¹ para elaboração do Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná (PDS Litoral), assim como na Proposta Técnica apresentada pelo Consórcio contratado para a elaboração do Plano (Consultoria).

É importante observar que este Plano de trabalho é o norteador das ações que serão desenvolvidas ao longo dos próximos meses e que irão compor, ao final, o PDS Litoral. Dessa forma, o Plano de trabalho não aspira antever a totalidade do conteúdo que será trabalhado, visto que parte deste será desvelado ao longo da construção do PDS Litoral, e incorporado naturalmente em cada etapa a ser desenvolvida.

Cabe ressaltar que o PDS Litoral é parte integrante do PROJETO MULTISSETORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ, que tem “como principal objetivo tornar mais justo e ambientalmente sustentável o acesso a oportunidades de desenvolvimento econômico e humano, por meio da modernização da gestão do setor público e da gestão da receita no Estado do Paraná”, preconizando a construção de um “Novo Jeito de Governar” (NOVO PARANÁ), visando a introdução de uma gestão voltada a resultados. Ainda de acordo com o Termo de Referência, “a estratégia para a construção do ‘NOVO PARANÁ’ deve definir diretrizes com os quais governo e sociedade trabalhem juntos, buscando qualidade de vida, governança, sustentabilidade e desenvolvimento para todo o Estado”.

A relevância ambiental do território do litoral paranaense, com sua rica biodiversidade e unidades de conservação, o vasto patrimônio cultural e histórico existente na região, com as cidades históricas e comunidades tradicionais, a importância de atividades econômicas como a portuária e do turismo, e as questões sociais e institucionais que devem ser alavancadas fizeram com que o Governo do Estado propusesse a contratação de consultoria especializada para a elaboração do PDS Litoral, com o objetivo de coordenar as ações dos três níveis de governo e da sociedade local, de forma a concentrar esforços na definição de ações que permitam o desenvolvimento sustentável da região. Trata-se, portanto, de um plano de desenvolvimento regional, com foco na sustentabilidade. Uma das definições mais usadas para o desenvolvimento sustentável é:

“O desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e econômico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais”.²

O escopo do PDS Litoral prevê, como passo inicial da primeira etapa, que consiste na fase de engajamento, a elaboração de um Plano de Trabalho que tem por objetivo detalhar o processo de elaboração do PDS Litoral,

¹ Governo do Estado do Paraná, Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral
Termo de Referência – *Elaboração do Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná – PDS_Litoral*.

² Relatório Brundtland.

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

compreendendo a descrição dos serviços a serem executados, nas suas diversas etapas de trabalho, apresentando, entre outras questões, prazos, procedimentos técnicos e o processo metodológico que será adotado na elaboração dos produtos contratados e os requisitos para seu cumprimento e os agentes envolvidos, tanto na esfera pública quanto na esfera privada. Com isso possibilita o acompanhamento do processo de trabalho pela sociedade e pelos órgãos competentes, especialmente pelas equipes especialmente constituídas para acompanhar e dar suporte aos trabalhos relacionados ao PDS Litoral.

Os trabalhos serão desenvolvidos num esforço conjunto do Governo do Estado do Paraná, das Prefeituras Municipais, da Equipe Técnica Intersecretarial (ETI), da Equipe de Acompanhamento (EA) e da Consultoria, com o envolvimento da comunidade em geral, sendo que as tarefas que cabem a cada um desses atores encontram-se explicitadas ao longo deste Plano de Trabalho.

1. O PDS LITORAL

1.1 OBJETIVOS

O Termo de Referência explicita o objetivo geral e os objetivos específicos para o PDS Litoral, conforme relacionado a seguir.

1.1.1 Objetivo Geral

Estabelecer diretrizes e ações estratégicas para o desenvolvimento sustentável do Litoral do Paraná, respeitando as peculiaridades de cada município e fragilidade ambiental da região, protegendo o patrimônio natural, histórico e cultural, e garantindo o protagonismo dos atores locais no processo de elaboração e implementação do PDS Litoral.

1.1.2 Objetivos Específicos

- a. Contextualizar a região, através do levantamento, análise, compilação e diagnóstico de trabalhos existentes, de dados primários e secundários, legislações existentes e válidas, dentre outros, identificados durante os trabalhos.
- b. Complementar a contextualização da região com a coleta de dados primários e pesquisas, aproveitando as contribuições coletadas nos eventos a serem realizados, organizando e analisando as informações de forma integrada e dinâmica.
- c. Identificar, contextualizar, compatibilizar e propor um ordenamento territorial dos planos diretores municipais, dos planos de turismo, da gestão da bacia hidrográfica, das unidades de conservação e das diretrizes do gerenciamento costeiro, em torno de uma abrangência regional (macrozoneamento) de desenvolvimento sustentável, especialmente no que se refere à ocupação territorial (uso e ocupação do solo); infraestrutura logística (ferrovias, portos, estrutura retroportuária, aeroportos, rodovias, etc.) e mobilidade (sistema viário local, transporte coletivo, ciclovias, etc.), infraestrutura urbana (saneamento, energia, equipamentos e serviços públicos, etc.), áreas de risco, conservação e preservação ambiental (formação de corredores ecológicos e proteção da biodiversidade, respeitando-se a legislação ambiental, sanitária, social e urbanística, internacional e nacional).

- d. Identificar e contextualizar a relação da região de estudo com o Estado do Paraná, outros estados, regiões vizinhas e com o litoral brasileiro, especialmente considerando a gestão do Mosaico Lagamar³ e as relações do custo-benefício econômico-social-ambiental para o Litoral.
- e. Identificar, contextualizar, compatibilizar e propor as principais funções públicas de interesse comum entre os municípios, evidenciando suas relações, semelhanças e peculiaridades, com a finalidade de subsidiar a criação de uma governança interfederativa de cada tema levantado, com a participação da sociedade civil, através de propostas de diretrizes e ações para o desenvolvimento de programas, planos e projetos a serem desenvolvidos em conjunto pelos municípios, com a possibilidade da celebração de termos de cooperação com os Municípios.
- f. Identificar e contextualizar os principais arcabouços institucionais da região, rever e propor a adequação dos instrumentos legais e institucionais de gestão urbana, ambiental e territorial, estabelecendo as bases para a modernização/criação de instância de gestão interfederativa compartilhada, através de uma unidade/comitê/conselho de planejamento e coordenação permanente, considerando-se, sempre, os princípios da prevenção, precaução e proibição do retrocesso em matéria ambiental, de matriz constitucional.
- g. Elaborar cenários prospectivos econômicos, socioculturais, ambientais, de infraestrutura logística e urbana e do uso e ocupação do território, baseadas em projeções demográficas e de crescimento econômico (industrial e logístico, turístico, produção rural, pesca, artesanato, comércio e serviços, etc.) a serem desenvolvidas, avaliando a demanda e a capacidade de suporte do território, de modo a subsidiar ações para a melhoria da qualidade de vida, a preservação e proteção ambiental e a promoção do desenvolvimento regional. Estes cenários deverão respeitar fundamentalmente a fragilidade ambiental da região e de proteção da biodiversidade.
- h. Propostas de modelos de ocupação para implantação, adequação e ampliação de grandes equipamentos logísticos, estruturas viárias, instalações industriais, grandes empreendimentos imobiliários, hidrelétricos, minerários, dentre outros, com a construção de cenários possíveis, considerando e avaliando os impactos ambientais, sanitários, social e urbanístico resultantes, identificando biodiversidade e as comunidades direta e indiretamente atingidas e os custos de mitigação, compensação, restauração e recuperação ambiental.
- i. Avaliar sinergicamente os impactos ambientais, sanitários, sociais e urbanísticos resultantes de cenários e modelos de ocupação propostos; valorar os impactos ambientais, os serviços ecossistêmicos e as compensações ambientais, dos empreendimentos existentes e potenciais, elaborando-se uma matriz que permita a valoração do dano sinérgico, a valoração dos serviços ecossistêmicos, a valoração do impacto em áreas de preservação permanente, na Mata Atlântica, nas unidades de conservação e na fauna, visando,

³ MOSAICO LAGAMAR: Formado pelo conjunto de 52 Unidades de Conservação (UCs) localizadas no litoral sul de São Paulo e litoral do Paraná – Portaria de Reconhecimento MMA Nº 150, de 08 de maio de 2006.

- inclusive, à melhoria do cuidado com a fauna e a flora, da gestão das unidades de conservação, com o incremento da regularização fundiária, segurança, fiscalização e vigilância.
- j. Propostas de metas para a adaptação dos territórios municipais aos possíveis impactos das mudanças climáticas, já prognosticados a partir de pesquisas e estudos já realizados, incluindo ações de adaptação baseada em ecossistemas fomentadas pelos governos Federal e Estadual.
 - k. Integrar políticas, planos e ações do Plano de Desenvolvimento Sustentável ao conhecimento científico e tradicional existente.
 - l. Integrar o mandamento de preservação, proteção e conservação ambiental com os desafios do desenvolvimento econômico e social sustentável.
 - m. Proposta de um plano de ação, com diretrizes, propostas e metas que visem ações de curto, médio e longo prazo dos poderes público federal, estadual e municipal, iniciativa privada e sociedade em geral, que promovam o desenvolvimento econômico e social sustentável; a preservação, proteção e a conservação do meio ambiente e do patrimônio histórico e cultural; revisão e modernização dos instrumentos legais e institucionais e de gestão urbana e territorial por meio da governança territorial, considerando-se, sempre, os princípios da prevenção, precaução e proibição do retrocesso em matéria ambiental, de matriz constitucional.
 - n. Garantir a participação de instituições governamentais, sociedade civil, academia, terceiro setor e empresas da região para a colaboração, construção e implementação do plano, formalizando os compromissos firmados e consolidando o processo de planejamento participativo contínuo.
 - o. Propor, na implementação do PDS Litoral, instrumentos para fiscalização e avaliação, visando ajustes, correções, melhorias, retroalimentação e segurança.
 - p. Analisar opções de possíveis melhorias ou alterações da configuração das orlas, adequando-as ao uso, como engorda de praias, headlands, aprofundamento de canais portuários, etc., através dos levantamentos, análises, compilação e diagnóstico de trabalhos existentes, de dados primários e secundários, legislações existentes e válidas, dentre outros.

1.2 AGENTES

A elaboração do PDS Litoral contará com, pelo menos, os agentes a seguir relacionados.

- a. Entidade Contratante
Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral
- b. Gestão do Contrato
Equipe Técnica Intersecretarial – ETI

- c. Acompanhamento do Contrato
Equipe de Acompanhamento – EA
- d. Executor
Consórcio Litoral Sustentável, formado pelas empresas:
- Barcelona Brasil Group Consultoria Empresarial Ltda.
 - Mcrit, S. L.
 - Quanta Consultoria Ltda.
 - Hidria, Ciencia, Ambiente y Desarrollo S. L.
- e. Entidade Financiadora
Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) – Empréstimo nº 8201 – BR

1.2.1 Gestão do Contrato: Equipe Técnica Intersecretarial – ETI

Composta por técnicos da contratante e instituições governamentais estaduais, a Equipe Técnica Intersecretarial poderá convocar para participar, quando julgar necessário, representantes dos órgãos e instituições governamentais, conselhos e prefeituras municipais, contribuindo para a realização dos trabalhos por meio de reuniões e do fornecimento de informações relativos às suas instituições. A composição da Equipe Técnica Intersecretarial está indicada no Anexo I.

Tem por atribuições:

- Acompanhar o processo de elaboração do PDS Litoral;
- Avaliar as propostas técnicas, gerenciamento e fiscalização do contrato;
- Receber toda a correspondência oficial entre a consultoria e as demais entidades do Plano;
- Encaminhar essa correspondência aos seus respectivos destinatários;
- Validar os processos de elaboração do Plano e aprovar o conteúdo de cada etapa conforme o Termo de Referência dando os aceites iniciais e finais;
- Tramitar a documentação de contratação da Consultoria;
- Autorizar pagamentos e emitir recibos;
- Dar suporte técnico à empresa consultora no âmbito do conteúdo do Plano, emitindo pareceres, facilitando a busca de documentos e informações e auxiliando na logística de realização de consultas públicas;
- Fazer a verificação da consistência técnica do conteúdo apresentado pela empresa consultora.

1.2.2 Acompanhamento do Contrato: Equipe de Acompanhamento – EA

Tem como principal função apresentar manifestação, contribuições e acompanhar as diferentes partes do processo de desenvolvimento do Plano. O número de participantes para cada equipe de acompanhamento deverá ser sugerido pela empresa consultora e validada pela Equipe Técnica Intersecretarial – ETI.

Composta por representantes da sociedade civil e técnicos municipais efetivos (concursados) de cada um dos municípios da área de abrangência do Plano, que por orientação do Termo de Referência serão eleitos nas oficinas de engajamento realizadas na primeira etapa (ver item 1.3). Para cada município, deverão ser apontados:

- Técnicos municipais efetivos;
- 1 (um) representante do setor produtivo empresarial;
- 1 (um) representante da academia;
- 1 (um) representante do Conselho Municipal de Planejamento ou da Cidade;
- 1 (um) representante do Conselho Municipal de Meio Ambiente;
- 1 (um) representante de organização não governamental;
- 1 (um) representante à livre escolha do plenário da oficina de engajamento. Em qualquer um desses segmentos, o representante deverá obrigatoriamente pertencer à sociedade civil.

Além dos atores municipais que compõem a Equipe de Acompanhamento, serão convidados para os eventos participativos: representantes da academia (UNESPAR, UFPR, PUC, UFPR Litoral, UFPR CEM, IFPR E UTFPR), representantes de organizações não governamentais atuantes na região; representantes de observatórios (Observatório de Conservação Costeira do Paraná, Observatório Social, Mosaico Lagamar...), representante do Programa de Cidades do Pacto Global da ONU; representantes do Ministério Público Estadual (Centro e Apoio Operacional do Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo, Coordenação Geral da Rede Ambiental, Coordenadoria Regional da Bacia Litorânea e as Promotorias de Justiça das seis comarcas do Litoral do Paraná); Ministério Público Federal; Conselhos de Classe (CFA, OAB, CAU, CREA, CRBIO...); Federações (FIEP, FAEP, FECOMERCIO); ADETUR Litoral, agências de desenvolvimento; associações, dentre outros.

Esses representantes deverão ser identificados e distribuídos nos municípios com o intuito de fortalecer a discussão local e conseqüentemente aperfeiçoar a discussão sobre o território regional.

Tem por atribuições:

- Se manifestar, oferecer contribuições e acompanhar o desenvolvimento do Plano.
- Acessar os endereços eletrônicos em que estão publicados os relatórios parciais e finais dos planos e tomar conhecimento do seu conteúdo;
- Participar das oficinas e audiências públicas previstas, relativas às etapas 2, 3, 4 e 5;
- Colaborar na verificação das atas das oficinas e audiências públicas e validar as mesmas.

A composição da Equipe de Acompanhamento está indicada no Anexo I.

1.2.3 Executor

A Consultoria contratada para a elaboração do PDS Litoral é composta pelo Consórcio formado pelas empresas brasileiras BARCELONA BRASIL GROUP CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA. (Líder) e QUANTA CONSULTORIA LTDA. e pelas empresas espanholas MCRIT S. L. e HIDRIA CIÊNCIA AMBIENTE Y DESSAROLLO S.L.

Os representantes legais e a equipe técnica designada para a elaboração do Plano estão indicadas no Anexo I.

1.3 ETAPAS E PRODUTOS

O PDS Litoral está subdividido em 5 etapas de trabalho, cada qual com suas respectivas sub etapas, e prevê a elaboração de 13 produtos:

ETAPAS E PRODUTOS

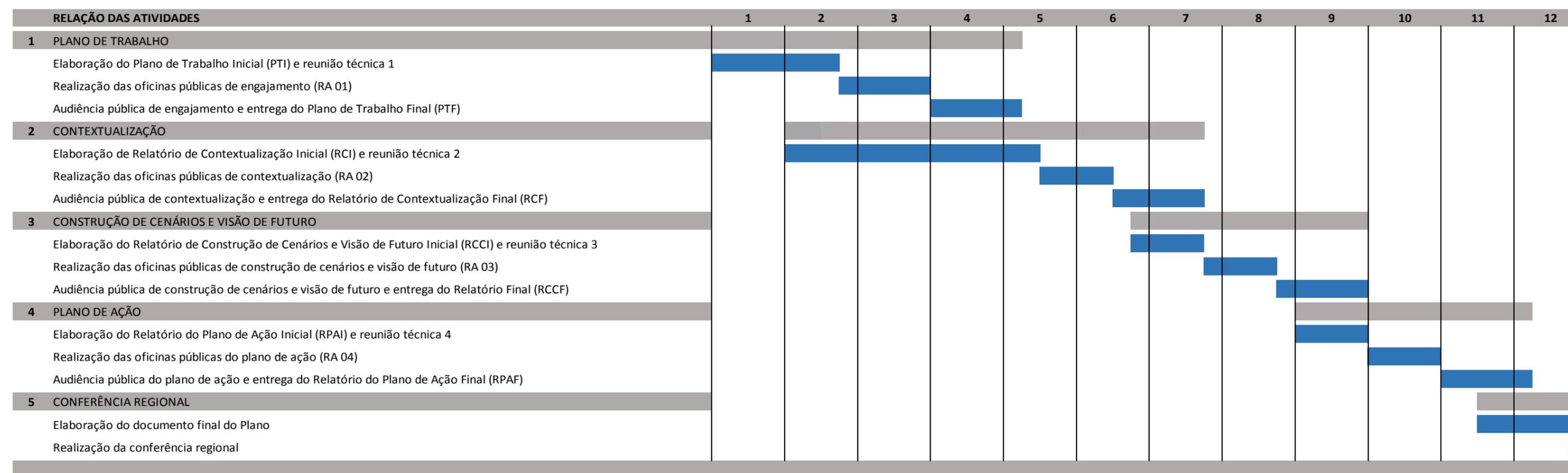
ETAPA	SUB ETAPA	PRODUTO
01	PLANO DE TRABALHO	
	Reunião Técnica 01	P01 Plano de Trabalho Inicial (PTI)
	Oficinas de Engajamento	P02 Relatório de Atividades (RA 01)
	Audiência Pública de Engajamento	P03 Plano de Trabalho Final (PTF)
02	CONTEXTUALIZAÇÃO DA REGIÃO	
	Reunião Técnica 02	P04 Relatório de Contextualização Inicial (RCI)
	Oficinas de Contextualização	P05 Relatório de Atividades (RA 02)
	Audiência Pública de Contextualização	P06 Relatório de Contextualização Final (RCF)
03	CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS E VISÃO DE FUTURO	
	Reunião Técnica 03	P07 Rel. de Construção de Cenários Inicial (RCCI)
	Oficinas de Construção de Cenários e Visão de Futuro	P08 Relatório de Atividades (RA 03)
	Audiência Pública de Constr. de Cenários e Visão de Futuro	P09 Rel. de Construção de Cenários Final (RCCF)
04	ESTRATÉGIAS DE AÇÃO	
	Reunião Técnica 04	P10 Relatório do Plano de Ação Inicial (RPAI)
	Oficinas do Plano de Ação	P11 Relatório de Atividades (RA 04)
	Audiência Pública do Plano de Ação	P12 Relatório do Plano de Ação Final (RPAF)
05	CONFERÊNCIA REGIONAL	
	Conferência Regional	P13 Documento Final

1.4 PRAZOS

O prazo previsto pelo Termo de Referência (TR) para a realização dos trabalhos é de 12 (doze meses), distribuídos conforme o cronograma sintético apresentado a seguir (ver também cronograma semanal detalhado no item 2.6).

A data de início dos trabalhos é o dia 22 de janeiro de 2018.

CRONOGRAMA SINTÉTICO



1.5 REALIZAÇÃO DOS EVENTOS

As oficinas, audiências públicas e conferência regional previstas durante o processo de elaboração do PDS Litoral, num total de pelo menos 29 eventos participativos, serão realizados nos municípios indicados na tabela a seguir e no cronograma semanal (item 2.6): A esses eventos somam-se as 4 reuniões técnicas previstas com a Equipe Técnica Intersecretarial – ETI, também indicadas no cronograma semanal.

Para a etapa correspondente à elaboração do Plano de Trabalho (Etapa 1) está prevista a realização de uma Oficina de Engajamento em cada um dos 7 municípios que compõem a região. Com o intuito de promover a discussão de temas de interesse regional e os de comum interesse entre os municípios, prevê-se, para a realização das oficinas participativas das etapas subsequentes, o agrupamento de municípios que tenham afinidades relacionadas à sua inserção no território, de ocupação urbana e principais atividades econômicas. As audiências públicas seriam realizadas de acordo com o mesmo agrupamento, como segue:

- Grupo 1: Antonina, Guaraqueçaba e Morretes;
- Grupo 2: Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná;
- Grupo 3: Paranaguá.

PROGRAMAÇÃO DOS EVENTOS

ETAPA	EVENTO	QUANT.	MUNICÍPIO
ETAPA 1	Oficinas do Plano de Trabalho	7	Antonina Guaraqueçaba Guaratuba Matinhos Morretes Paranaguá Pontal do Paraná
	Audiências Públicas de Engajamento	3	Morretes Pontal do Paraná Paranaguá
ETAPA 2	Oficinas de Contextualização	3	Antonina Guaraqueçaba Morretes
			Guaratuba Matinhos Pontal do Paraná
			Paranaguá
	Audiências Públicas de Contextualização	3	Antonina Guaraqueçaba Morretes
			Guaratuba Matinhos Pontal do Paraná
			Paranaguá

(continuação)

ETAPA	EVENTO	QUANT.	MUNICÍPIO
ETAPA 3	Oficinas de Construção de Cenários	3	Antonina Guaraqueçaba Morretes
			Guaratuba Matinhos Pontal do Paraná
			Paranaguá
	Audiências Públicas de Construção de Cenários	3	Antonina Guaraqueçaba Morretes
			Guaratuba Matinhos Pontal do Paraná
			Paranaguá
ETAPA 4	Oficinas do Plano de Ação	3	Antonina Guaraqueçaba Morretes
			Guaratuba Matinhos Pontal do Paraná
			Paranaguá
	Audiências Públicas do Plano de Ação	3	Antonina Guaraqueçaba Morretes
			Guaratuba Matinhos Pontal do Paraná
			Paranaguá
ETAPA 5	Conferência Regional	1	Paranaguá

(1) Local do evento indicado em negrito

1.6 METODOLOGIA

Para cada etapa serão apresentados os principais procedimentos metodológicos adotados que permitem a execução dos serviços que compõem a elaboração do PDS Litoral.

Todas as atividades serão executadas observando-se o exigido no Termo de Referência, bem como os regulamentos referentes aos órgãos de fiscalização e controle e as normas em vigor. A elaboração do PDS Litoral atenderá o preconizado pelo Ministério da Integração Nacional atendendo à elaboração de planos regionais, além das indicações contidas no Zoneamento Ecológico e Econômico – ZEE do Litoral do Paraná (2013), contendo informações ambientais e socioeconômicas para planejar a ocupação racional e o uso sustentável dos recursos naturais.

As audiências públicas seguirão a regulamentação federal, estadual e municipal, inclusive do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.527/2001) e do Conselho Nacional das Cidades, da Lei nº 8.666/1993, Lei nº 9.427/1996 e Lei nº 9.478/1997, preservando-se o princípio da publicidade, com divulgação de todos os atos e documentos da

participação, com possibilidade de intervenção dos participantes, por intermédio de questionamentos ou colaborações orais e escritas, bem como a apresentação de pareceres, manifestações e moções anteriores, durante ou posteriores às audiências. Em todas as oficinas e audiências públicas recomenda-se haver a participação de gestores e representantes de unidades de conservação estadual e federal. A metodologia de participação deverá respeitar também a Resolução nº 25, de 18 de março de 2005, do Conselho Nacional das Cidades, que emite orientações e recomendações sobre a garantia do processo participativo.

Além do detalhamento das diretrizes metodológicas para cada fase de trabalho do projeto, será considerada mais uma etapa de mobilização das equipes e coordenação gerencial visando ao estabelecimento das questões relativas à logística e organização dos trabalhos.

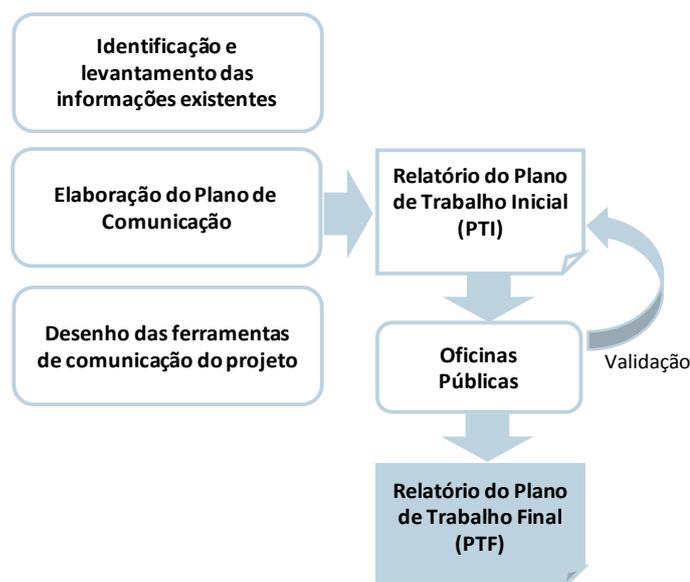
2. DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

Neste capítulo são apresentadas as atividades principais dos serviços, agrupadas por etapa de trabalho, seu conteúdo e duração, fases e relações entre si, a metodologia adotada, marcos (incluindo as aprovações provisórias do Contratante) e os momentos de entrega dos produtos (ver cronograma semanal no item 2.6).

As atividades consideradas nesta descrição são as relacionadas ao Termo de Referência e outras não explicitadas diretamente, mas que são de fundamental importância para alcançar os objetivos preconizados.

2.1 ETAPA 1: PLANO DE TRABALHO

Essa etapa trata da formulação dos planos iniciais de atuação dos diversos atores envolvidos e da Consultoria, e estabelecimento das bases organizacionais que regerão os serviços e atividades relacionadas à elaboração do Plano de Trabalho, incluindo as ferramentas e Plano de Comunicação do projeto como indicados a seguir.



Nesta etapa estão também estabelecidas as atividades relativas ao levantamento das informações existentes. As atividades a serem desenvolvidas nessa fase, sintetizadas no quadro a seguir e descritas nos itens subsequentes, visam a elaboração e entrega dos seguintes produtos:

- Produto 01: Plano de Trabalho Inicial (PTI)
- Produto 02: Relatório de Atividades (RA 01)
- Produto 03: Plano de Trabalho Final (PTF)

PLANO DE TRABALHO

ATIV.	ITEM	RESPONSÁVEL
101	Identificação e levantamento das informações existentes	ETI/Consultoria
102	Elaboração do Plano de Comunicação	Consultoria
103	Desenho das ferramentas de comunicação do projeto	Consultoria
104	Elaboração do Plano de Trabalho Inicial (PTI)	Consultoria
105	Realização da Reunião Técnica 01	ETI / Consultoria
106	Disponibilização do Plano de Trabalho Inicial (PTI)	Consultoria
107	Realização das Oficinas de Engajamento	ETI / Consultoria / Atores locais
108	Audiência Pública de Engajamento	ETI / EA / Consultoria / População
109	Validação do Plano de Trabalho Final (PTF)	Consultoria

2.1.1 Atividades

2.1.1.1 Atividade 101: Identificação e Levantamento das Informações Existentes

O levantamento e organização das informações, pesquisas, estudos, projetos e planos existentes visa à obtenção de uma base de dados atualizada do contexto de atuação e propostas de desenvolvimento existentes na área abrangente do projeto. O Termo de Referência identifica um conjunto de planos, programas, projetos e estudos a serem considerados na elaboração do Plano. Do ponto de vista metodológico, esta fase deverá considerar:

- A seleção prévia das fontes, considerando a relevância das mesmas;
- A seleção dos dados mais relevantes para o trabalho;
- A organização e sistematização digital das informações, com a compilação das informações principais de cada documento – título do documento, instituição ou autor, ano de publicação;
- A análise crítica das informações levantadas.

As informações coletadas serão incluídas em um sistema repositório on-line para publicação das informações coletadas na pesquisa, e estarão disponíveis durante todo o tempo de elaboração do PDS Litoral. A base documental é desenvolvida em uma plataforma Joomla, sistema de gestão de conteúdo disponibilizado via web, que permite o acesso e as atualizações totalmente on-line. Essas informações estarão disponíveis no site do PDS Litoral (www.pdslitoral.com).

O sistema de informação incorporará três níveis de informações:

- I. Bases de dados socioculturais, econômicos, ambientais e territoriais desenvolvidas em pesquisas anteriores, com foco no conhecimento das empresas públicas e privadas existentes, dos distintos setores, e nas características dos turistas;
- II. Identificação de boas práticas, observações das lições aprendidas e informações sobre processos de desenvolvimento em territórios similares; e

- III. Repositório de estudos sobre metodologias relevantes para as avaliações que serão desenvolvidas no marco do projeto.

O prazo para a execução dessa atividade (Atividade 101) estende-se até o final da Etapa 1 – Plano de Trabalho.

Aspectos metodológicos

O levantamento das informações existentes em relação aos planos, pesquisas, estudos e projetos na área de abrangência do Plano permite identificar lições aprendidas decorrentes de iniciativas anteriores que serão tomadas em conta na definição de projetos pelos programas operacionais do PDS Litoral.

A atividade de levantamento e organização de informações sobre iniciativas já existentes ou propostas na região visa garantir a coordenação do Plano em relação aos demais planos e programas de desenvolvimento regional e local estabelecidos pelas instituições competentes na região do Litoral, evitando a duplicação de esforços e assegurando o alinhamento dos resultados do Plano com as iniciativas de planejamento e desenvolvimento já realizados ou existentes na área de abrangência. Além disso, o levantamento de informações também visa orientar o escopo e conteúdo das pesquisas primárias que deverão ser consideradas para complementar as análises e estudos existentes que deverão ser consideradas na elaboração do Plano de Trabalho.

2.1.1.2 Atividade 102: Desenho das Ferramentas de Comunicação do Projeto

A criação da imagem do projeto é um elemento crítico para a necessária e prévia informação aos empresários e agentes que serão abordados pelos pesquisadores de campo, de modo a criar facilidades e a evitar resistências em relação ao trabalho a ser desenvolvido. Para tanto, serão criadas duas ferramentas de comunicação: o site do projeto e a logomarca (ver Item 3). A criação e desenvolvimento da logomarca e da identidade visual própria do projeto, previamente aprovada pela Equipe Técnica Intersecretarial (ETI) e Equipe de Acompanhamento (EA), será aplicada em todas as peças e instrumentos utilizados para fins de comunicação do projeto. A segunda ferramenta de comunicação é o site do projeto, em um sistema repositório on-line (em formato Joomla, plataforma livre de restrições comerciais). Além das informações para as consultas e audiências locais previstas no marco do projeto, o site conterá as informações, relatórios e pesquisas que sejam consideradas relevantes ou estratégicas para o projeto, sendo um ponto de informação de referência sobre o Litoral do Paraná.

Aspectos Metodológicos

O processo de desenvolvimento regional é a soma de um conjunto de investimentos e esforços da administração pública, do setor privado e da sociedade civil organizada. Isso exige uma articulação entre todos os atores participantes do Plano. Para isso, é necessário que as pessoas da comunidade local e das instituições de referência tenham conhecimento sobre o que está acontecendo e da importância do Plano, com o intuito do seu envolvimento nas atividades de planejamento e participação local previstas.

A imagem possui uma grande influência na sociedade atual. Tudo que passa pela visão (formas, cores, texturas) tem a função de comunicar algo. É uma comunicação sensível que vai além, muitas vezes, da própria capacidade racional de decodificação de mensagens. Traz em si uma série de elementos cognitivos que são processados instantaneamente na mente das pessoas, fazendo associações imediatas entre formas e “sentimentos”. Para tanto, propõe-se a criação de duas ferramentas de comunicação: o site do Plano e a logomarca ou imagem do Plano. A identidade visual do PDS Litoral deve informar imediatamente, estabelecer uma comunicação imediata, fazendo com que o receptor da imagem consiga sentir a informação, antes mesmo de percebê-la racionalmente. A identidade visual deve possuir quatro elementos que caracterizam sua composição:

- Principais: Logotipo e Símbolo.
- Secundários: Cores padrão e alfabeto/tipologia.

A identidade visual deve trazer um traço moderno, com uma proposta de imagem clara, e atrativa. Será fundamental identificar aspectos socioculturais, técnicos e estéticos pertinentes ao desenvolvimento do PDS Litoral para que se possa criar um projeto de identidade visual que retrate a importância do empreendimento.

A segunda ferramenta de comunicação que será desenvolvida é o site do Plano, em um sistema repositório on-line (em formato Joomla, plataforma livre de restrições comerciais). O site atende a um objetivo comunicativo e participativo, garantindo a transparência em todo o processo e colocando à disposição dos agentes interessados e beneficiários as informações necessárias pela participação no processo de forma informada e construtiva, permitindo a comunicação em modo virtual visando estabelecer uma plataforma de participação direta dos agentes no desenvolvimento do Plano.

2.1.1.3 Atividade 103: Elaboração do Plano de Comunicação

A elaboração do Plano de Comunicação do projeto (ver Item 3) contempla os seguintes itens:

- a) Definição de metodologia, canais e atividades do Plano de Comunicação levando em consideração os seguintes itens:
 - I. Metodologia das atividades de comunicação, voltadas a oficinas locais e audiências públicas para uma participação contínua ao longo do projeto.
 - II. Definição dos grupos alvo.
 - III. Detalhamento das ações, estabelecendo:
 - Veículos e canais de comunicação;
 - Foco geral dos conteúdos;
 - Princípios e diretrizes;
 - Público alvo;
 - Tipologia de temas prioritários.

IV. Planejamento e fluxograma detalhado.

- b) Início da construção do diretório de agentes e instituições locais que devem ser envolvidas no processo de elaboração do PDS Litoral, incluindo instituições governamentais (federal, estadual, municipais), sociedade civil, academia, terceiro setor e outros interessados que deverão participar das reuniões, oficinas e audiências públicas. A confirmação do diretório de agendes e instituições locais será possível após as oficinas de engajamento, portanto estará presente no relatório da Etapa 2.

Aspectos metodológicos

A comunicação/participação social consiste em um instrumento democrático que estimula o exercício da cidadania participativa e tem como objetivo aumentar a efetividade das políticas de governo e diminuir a ineficiência da administração pública, ou seja, por meio de medidas de descentralização de opiniões, de compartilhamento de responsabilidades, de criação e ampliação dos canais que favoreçam a transparência e a disponibilização de informações, tem-se garantia de que as políticas públicas que serão empregadas de fato atenderão às demandas prioritárias da sociedade.

A dimensão da comunicação é essencial na construção do PDS Litoral. A mobilização dos diversos públicos envolvidos no processo participativo, a ampliação do debate público sobre as suas propostas, a divulgação do documento resultante e a valorização do planejamento a partir da perspectiva regional exigirão um esforço continuado e amplo de comunicação.

A comunicação do PDS Litoral vai enfatizar os seguintes valores:

- Participação: será preciso mobilizar e motivar os diferentes grupos e instituições convidadas a contribuir para a formulação do Plano;
- Transparência na gestão pública, através da difusão de forma clara e acessível às etapas e resultados;
- Construção da memória e identidade da região, tanto pela difusão de informações e ampliação do debate sobre desafios, práticas e objetivos comuns desta região, quanto pela escuta dos seus cidadãos;
- A importância do planejamento integrado, essencial para o desenvolvimento harmônico da região.

DESAFIOS

- Mobilizar, em parceria com a equipe de participação, os vários públicos envolvidos em reuniões técnicas, oficinas, audiências públicas e conferência regional;
- Garantir que as várias instituições, órgãos, especialistas e participantes envolvidos nos debates do Plano acompanhem as suas atividades e recebam suas conclusões de forma clara e regular;
- Comunicar à população a existência do Plano e suas principais conclusões, enfatizando a sua dimensão participativa;

- Produzir, organizar e disponibilizar documentos, vídeos, fotos e textos que formarão a memória do Plano;
- Difundir perspectivas variadas sobre a metrópole, através da gravação e divulgação de depoimentos de participantes do Plano e da população litorânea.

ESTRATÉGIA

A comunicação do Plano será um esforço integrado em várias frentes, a saber:

Elementos da estratégia para o Plano de Comunicação e Participação Social

Veículos	Mídias sociais (<i>facebook, instagram, twitter, youtube</i> – importante dar destaque especial para equipamentos móveis de comunicação), meios de comunicação tradicionais (rádio, jornal e TV), centros de informação, mecanismos de consulta (urnas), e jornais e rádios locais, ouvidoria, quiosques, encontro com públicos específicos (gestores municipais, jornalistas, redes de cooperação, etc.) audiências públicas, site institucional; <i>blogs interativos, webdoc</i> (vídeos curtos com linguagem de difusão e visibilidade, inclusive, com participação e elaboração de pessoas das comunidades retratando seus temas mais caros dentro das possibilidades de atuação regional); dentre outros.
Foco geral dos conteúdos	Mapeamento e sistematização das recomendações reunidas dos eventos promovidos no âmbito do Plano e de documentos existentes e disponíveis.
Princípios e diretrizes	Fortalecimento da cultura regional, sistematização das contribuições recolhidas e promoção de canais de interação.
Públicos-alvo	Prioritariamente: gestores públicos (municipais da região e estaduais); acadêmicos, sociedade civil e organizações privadas. Complementarmente: população em geral.
Tipologia de temas prioritários	Os temas debatidos devem seguir uma estratégia propositiva orientada pelos temas prioritários apontados pelo TR, mas com a flexibilidade necessária para assimilar as demandas dos atores locais.

Mídia Digital

O atual contexto em que a informação é pulverizada e consumida prioritariamente através de redes sociais exige que o Plano dê ênfase aos meios digitais, como forma mais eficiente de divulgação, especialmente para públicos segmentados e organizados territorialmente. A estratégia digital será baseada na organização e difusão das informações através de website e produção intensa de conteúdo especialmente desenvolvido para redes sociais. Mais do que apenas um site institucional, o site será um canal de informação sobre a Região do Litoral Paranaense, agregando dados e pesquisas sobre este território. Também serão disponibilizados textos dos consultores, atas de reuniões e depoimentos em vídeo dos participantes do Plano e de cidadãos.

Já os perfis do Plano nas redes sociais – a princípio, Facebook, Twitter e Youtube, inicialmente – serão canais de difusão de eventos e informações, capazes de estimular a conversa entre os internautas. Gráficos apresentados de forma atraente, vídeos, fotografias, enquetes, links para reportagens serão alguns desses conteúdos.

Mídia Convencional

A estratégia de imprensa incluirá um esforço para sensibilizar iniciativas locais de comunicação nos 7 municípios: rádios e TVs comunitárias, jornais locais, sites, páginas em redes sociais, tanto através do envio regular de informações como de encontros destes comunicadores alternativos com a equipe do Plano. Os grandes jornais,

emissoras de rádio e TV também receberão um fluxo regular de informações e, de acordo com os calendários de eventos e o desenvolvimento do Plano, serão acionados para cobertura de eventos, pautas exclusivas sobre temas da região, artigos e entrevistas. As demandas de assessoria de imprensa serão atendidas em parceria com a equipe do Contratante.

Newsletter

Divulgação dos conteúdos postados no site e nas redes sociais através de newsletters enviadas regularmente para mailing qualificado. Também serão pensados informes para mobilização especial dos diversos grupos envolvidos no processo de discussão do Plano. Estes terão reforçado o seu compromisso com o debate regional através do envio de textos e informações exclusivas.

Outras Ferramentas

Investimento, de acordo com a agenda de eventos, em ferramentas de divulgação adequadas a cada território, como faixas e carros de som.

Produtos e Ferramentas

- Nome fantasia e identidade visual, capazes de comunicar de maneira direta e instigante os principais conteúdos do Plano;
- Apresentação institucional dinâmica e motivacional;
- Backdrop desmontável para eventos e atividades itinerantes;
- Website: concentrará as informações do processo – notícias, eventos, relatoria de reuniões, além de dar acesso aos perfis nas redes sociais e dar visibilidade ao caráter participativo, com depoimentos de integrantes dos debates do Plano e da população. Também terá uma área com todos os documentos de referência – estudos, pesquisas, mapas, etc. – sobre a região do Litoral Paranaense, tornando-se assim fonte de informação para a imprensa e público em geral;
- Desenvolvimento de plataforma adequada para acesso do site por celular;
- Páginas em redes sociais: páginas e perfis no Facebook, Twitter, Instagram e Youtube, com conteúdo especialmente formatado para essas plataformas, atraente e acessível. Infográficos, vídeos, fotos sobre o Plano e sobre a Região. A partir dessas páginas, será feito esforço de mobilização e interação com o público em geral e com organizações, formadores de opinião e articuladores comunitários atuantes;
- Mapeamento dos seguintes públicos, para organização de iniciativas de comunicação: iniciativas locais de comunicação; comunicadores dos órgãos, grupos e instituições integrantes do processo de formulação do Plano; perfis de redes sociais relacionados aos municípios da região litorânea;
- Newsletter, convites e avisos especiais, enviados regularmente para grupos como jornalistas, comunicadores e integrantes de órgãos do setor público, sociedade civil, setor privado, órgãos internacionais, academia e coletivos;

- Folder com apresentação sintética do Plano, dados sobre a região e canais de difusão (site, redes) para distribuição nos eventos;
- Série de vídeos com depoimento dos participantes das reuniões do Plano e de cidadão;
- Relatórios 'Visão de Futuro' e 'Relatório Final do Plano'.

Atividades Estruturais

- Seleção e contratação de equipe;
- Criação de nome fantasia e identidade visual;
- Entrevistas/encontros com consultores e equipe do Plano para reunião de subsídios e referências;
- Identificação de públicos-alvo, com base na estratégia de participação;
- Mapeamento de iniciativas de comunicação locais;
- Levantamento de perfis e páginas relacionadas a territórios no Facebook e em outras redes para elaboração de estratégia detalhada de comunicação digital;
- Levantamento de perfis e páginas relacionadas a organizações regionais e órgãos relacionados aos eixos do Plano no Facebook e em outras redes para elaboração de estratégia detalhada de comunicação digital;
- Criação de perfis nas principais redes sociais e implantação de estratégia digital;
- Produção de banco de dados para e-mail marketing;
- Arquitetura, desenvolvimento, produção de conteúdo e publicação de website;
- Produção de folder sobre projeto;
- Produção de layouts básicos para apresentações, convites e relatórios, de acordo com identidade visual;
- Produção de relatórios finais.

Atividades Regulares

- Encontros de formuladores do Plano com comunicadores dos municípios da região litorânea, visando o estabelecimento de parceria para difusão regular de informações sobre iniciativas no território;
- Sensibilização de comunicadores de órgãos do setor público, sociedade civil, setor privado, órgãos internacionais, academia e coletivos para a troca de informações e sensibilização sobre a importância da difusão do Plano nas suas plataformas de comunicação;
- Atividades em praças e escolas para escuta dos cidadãos sobre desafios da metrópole e gravação de vídeos;
- Produção de releases sobre os eventos;
- Divulgação de eventos para veículos de comunicação;
- Cobertura de texto, vídeo e foto de eventos e encontros;
- Produção de vídeos para difusão em redes sociais;
- Produção de fotos, gráficos e outros conteúdos exclusivos para postagem nas redes sociais;

- Mobilização dos diversos públicos para participação através das redes sociais, com enquetes e postagens incentivando a livre manifestação da população;
- Monitoramento dos comentários nas redes sociais e relacionamento com o público através desses canais; melhores contribuições podem ser copiadas no site;
- Alimentação do site com o conteúdo produzido pela equipe de comunicação e pelas demais equipes envolvidas no Plano;
- Envio de newsletters com os conteúdos relacionados ao Plano para mailing qualificado;
- Envio de convites;
- Suporte ao Contratante no atendimento a demandas da imprensa.

2.1.1.4 Atividade 104: Elaboração do Plano de Trabalho Inicial (PTI)

A elaboração do Plano de Trabalho visa ao norteamento do projeto, contendo o planejamento de todas as ações previstas e prazos de entrega estabelecidos em alinhamento com as orientações do Termo de Referência, contendo no mínimo os seguintes elementos:

- I. Definição de etapas e atividades a serem realizadas;
- II. Definição geral de metodologias, técnicas e instrumentos a serem utilizados nos trabalhos, de acordo com as etapas e/ou atividades;
- III. Apresentação de aspectos críticos do projeto;
- IV. Definição de organograma por etapas/atividades;
- V. Definição de sistema de engajamento da Equipe Técnica Intersecretarial (ETI) e da Equipe de Acompanhamento (EA) nas atividades;
- VI. Elaboração de plano de comunicação participativa do projeto;
- VII. Definição de cronograma de execução e fluxos detalhados;
- VIII. Informe metodológico detalhando a metodologia proposta para consecução dos resultados esperados pelo projeto, permitindo assegurar que este aspecto será trabalhado de maneira adequada;
- IX. Atas das reuniões realizadas;
- X. Lista prévia das diversas entidades que participarão das Oficinas de Engajamento.

Os itens acima relacionados permeiam este documento, à exceção da lista prévia das diversas entidades que participarão das Oficinas de Engajamento (Item X) – que se encontra no Anexo I – e da apresentação de aspectos críticos do projeto (Item III), dos quais relacionamos os que merecem maior atenção:

- Cronograma previsto: o prazo previsto para a elaboração do PDS Litoral, de 12 meses, poderá, se houver imprevistos, ser insuficiente para a realização de todas as tarefas previstas no Termo de Referência do Plano.
- A elaboração do Plano atravessará um período eleitoral que poderá resultar em interinfluências nas ações públicas em curso, pela possibilidade de vir a constituir um componente adicional no debate do Plano.
- Algumas ações e investimentos em infraestrutura e logística propostos para o Litoral Paranaense, tanto públicos como privados, encontram forte resistência por parte de setores e organizações voltadas à proteção do meio ambiente, o que poderá dificultar a construção de propostas de consenso.

2.1.1.5 Atividade 105: Realização da Reunião Técnica 01

O Plano de Trabalho Inicial (PTI) será encaminhado por meio eletrônico à Equipe Técnica Intersecretarial (ETI), para a análise do relatório, com prazo previsto de 7 (sete) dias corridos. Após esse período se realizará a Reunião Técnica 01, entre a ETI e a Consultoria, na qual serão apresentadas pela ETI suas considerações e contribuições em relação ao relatório. A Consultoria disporá do prazo de 7 (sete) dias corridos para a realização dos ajustes necessários, e ao final desse período encaminhará à ETI o relatório revisado para sua validação.

O período previsto para a realização dessas atividades é de 19/02 a 09/03.

2.1.1.6 Atividade 106: Disponibilização do Plano de Trabalho Inicial (PTI)

O **Produto 01 – Plano de Trabalho Inicial (PTI)** será disponibilizado para consulta pública através da internet, junto com o material elaborado como informação para consultas públicas, com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência da data de realização das Oficinas de Engajamento.

PRODUTO 01 Plano de Trabalho Inicial (PTI)	Deverá conter: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Ata da Reunião Técnica 01; ▪ Lista prévia das diversas entidades que participarão das oficinas de engajamento.
---	--

2.1.1.7 Atividade 107: Realização das Oficinas de Engajamento

As Oficinas de Engajamento são encontros abertos à comunidade, com a presença da ETI e da Consultoria, realizados em cada um dos 7 (sete) municípios integrantes da área de abrangência do PDS Litoral com atores sociais locais de maior representatividade e de comunidades tradicionais e têm como objetivo o engajamento e recebimento de contribuições ao Plano, garantindo a participação e contribuição dos diversos atores na sua construção. Será apresentado e discutido o Plano de Trabalho Inicial (PTI) e serão definidos os representantes locais que irão compor a Equipe de Acompanhamento (EA).

A pauta prevista para as Oficinas de Engajamento, que têm duração prevista de 3 (três) horas, consiste em:

- Abertura da oficina pela Equipe Técnica Intersecretarial;
- Apresentação do Plano de Trabalho Inicial pela Consultoria;
- Discussão e acolhimento de contribuições (equipe de mediação);
- Formação da Equipe de Acompanhamento (equipe de mediação);
- Considerações finais e encerramento da oficina pela Equipe Técnica Intersecretarial.

Para cada Oficina de Engajamento será elaborada uma ata que será submetida à apreciação da respectiva Equipe de Acompanhamento visando a realização de ajustes, se houver.

Após a realização das Oficinas de Engajamento a Consultoria atualizará o PTI com as contribuições advindas das oficinas, resultando no Plano de Trabalho Consolidado, que contará ainda com a definição do local e listagem prévia dos participantes da Audiência Pública de Engajamento.

Além do Plano de Trabalho Consolidado, o Relatório de Atividades (RA 01) conterà, pelo menos, as seguintes informações relacionadas às oficinas de engajamento:

- Lista de presença, contendo nomes, instituição e informações de contato;
- Ata da reunião que contenha a transcrição das contribuições de cada município;
- Relatório fotográficos;
- Relatórios e entrevistas em vídeo;
- Lista dos integrantes da Equipe de Acompanhamento;
- Outras informações pertinentes.

Participantes

- I. ETI – Equipe Técnica Intersecretarial (ver Anexo I)
- II. EA – Equipe de Acompanhamento – a ser composta durante a realização das oficinas (ver Anexo I)
- III. Consultoria (ver Anexo I)
- IV. Outros (ver Anexo I)

Locais

EVENTO	DATA	LOCAL
Oficina Participativa de Pontal do Paraná	26/3 a 6/4	Pontal do Paraná
Oficina Participativa de Matinhos	26/3 a 6/4	Matinhos
Oficina Participativa de Guaratuba	26/3 a 6/4	Guaratuba
Oficina Participativa de Paranaguá	26/3 a 6/4	Paranaguá
Oficina Participativa de Morretes	26/3 a 6/4	Morretes
Oficina Participativa de Antonina	26/3 a 6/4	Antonina
Oficina Participativa de Guaraqueçaba	26/3 a 6/4	Guaraqueçaba

O **Produto 02 – Relatório de Atividades (RA 01)** será analisado pela ETI em até 07 (sete) dias e o retornará à Consultoria para os devidos ajustes, se necessário, que por sua vez terá um prazo de até 07 (sete) dias para reapresenta-lo. Uma vez aprovado pela ETI, todo material elaborado será disponibilizado para consulta pública através da internet, ao menos 15 (quinze) dias antes da realização das Audiências Públicas de Engajamento.

<p>PRODUTO 02 Relatório de Atividades 01 (RA 01)</p>	<p>De cada uma das oficinas de engajamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Lista de presença contendo nomes, instituição e informações de contato; ▪ Ata da reunião que contenha a transcrição das contribuições de cada município; ▪ Relatórios fotográficos; ▪ Relatórios e entrevistas em vídeo; ▪ Lista dos integrantes das Equipes de Acompanhamento (EA); ▪ Outras informações pertinentes. <p>Plano de Trabalho Consolidado:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Plano de Trabalho avaliado e compilado com as contribuições das oficinas de engajamento; ▪ Definição do local e listagem prévia dos participantes da Audiência Pública Inicial.
---	--

2.1.1.8 Atividade 108: Audiência Pública de Engajamento

As Audiências Públicas de Engajamento serão realizadas em três municípios (Morretes, Pontal do Paraná e Paranaguá), conforme o agrupamento previsto no Item 1.5, e têm como propósito apresentar o Plano de Trabalho para a população, ouvir seus anseios e recolher as contribuições para a construção do Plano.

Participantes

- I. ETI – Equipe Técnica Intersercretarial (ver Anexo I)
- II. EA – Equipe de Acompanhamento: Audiência 01 – Antonina, Guaraqueçaba e Morretes; Audiência 02 – Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná; Audiência 03 – Paranaguá (Anexo I)
- III. Consultoria (ver Anexo I)
- IV. Outros (ver Anexo I)

Locais

EVENTO	DATA	LOCAL
Audiência Pública 01	30/4 a 4/5	Morretes
Audiência Pública 02	30/4 a 4/5	Pontal do Paraná
Audiência Pública 03	30/4 a 4/5	Paranaguá

2.1.1.9 Atividade 109: Validação do Plano de Trabalho Final (PTF)

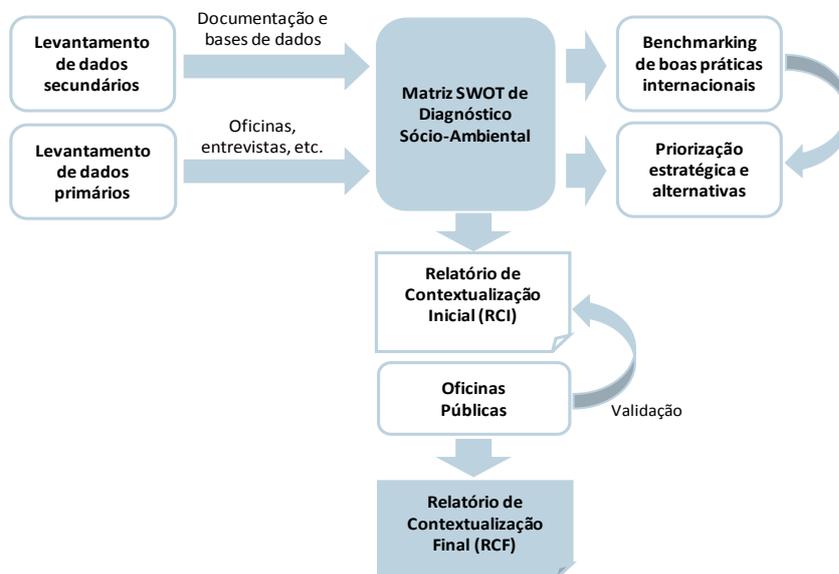
Após a realização da Audiência Pública de Engajamento a Consultoria incorporará as contribuições pertinentes ao Plano de Trabalho, resultando na entrega do **Produto 03 – Plano de Trabalho Final (PTF)** que será analisado pela ETI em até 07 (sete) dias e o retornará à Consultoria para os devidos ajustes, se necessário, que por sua vez

terá um prazo de até 07 (sete) dias para reapresentá-lo. Uma vez aprovado, a Consultoria deverá disponibilizar todo o material elaborado para consulta pública através da internet.

<p>PRODUTO 03 Plano de Trabalho Final (PTF)</p>	<p>Consiste no documento resultante da:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Compilação do Plano de Trabalho Inicial (PTI); ▪ Relatório de Atividades 01: Oficinas de Engajamento e Plano de Trabalho Consolidado (RA 01); ▪ Contribuições recebidas durante a Audiência Pública de Engajamento. Deverá conter um relato das contribuições e das presenças dos participantes durante a audiência pública.
--	--

2.2 ETAPA 2: CONTEXTUALIZAÇÃO DA REGIÃO

Através da coleta e análise sistematizada da informação, esta etapa visa a elaboração de um diagnóstico orientado ao conhecimento e definição da situação de partida e as necessidades de desenvolvimento da área costeira, bem como a identificação das prioridades estratégicas definidas pelos instrumentos de participação existentes. Para tanto, esse segundo componente do Plano de Trabalho consta das seguintes ações:



Essa fase tem por objetivo conhecer a realidade da região compreendida pelo Plano. As atividades a serem desenvolvidas para tanto, sintetizadas no quadro a seguir e descritas nos itens subsequentes, visam a elaboração e entrega dos seguintes produtos:

- Produto 04: Relatório de Contextualização Inicial (RCI);
- Produto 05: Relatório de Atividade 02 (RA 02); e

- Produto 06: Relatório de Contextualização Final (RCF).

CONTEXUALIZAÇÃO DA REGIÃO

ATIV.	ITEM	RESPONSÁVEL
201	Levantamento e análise de dados secundários	Consultoria
202	Levantamento e análise de dados primários	Consultoria
203	Elaboração de mapas georreferenciados para interpretação dos dados	Consultoria
204	Elaboração de diagnóstico e da matriz FOFA	Consultoria
205	Elaboração de benchmark para identificação de boas práticas internacionais	Consultoria
206	Elaboração do Relatório de Contextualização Inicial (RCI)	Consultoria
207	Realização da Reunião Técnica 02	ETI / Consultoria
208	Disponibilização do Relatório de Contextualização Inicial (RCI)	Consultoria
209	Realização das Oficinas de Contextualização	ETI / EA / Consultoria / Atores locais
210	Audiência Pública de Contextualização	ETI / EA / Consultoria / População
211	Validação do Relatório de Contextualização Final (RCF)	Consultoria

2.2.1 Atividades

2.2.1.1 Atividade 201: Levantamento e Análise de Dados Secundários

A equipe de consultores recolherá as informações e realizará uma análise sistemática das fontes de consulta, identificando os fatores importantes que vão acondicionar o desenho do PDS Litoral. A coleta de dados sobre as áreas costeiras envolvidas será realizada envolvendo: (i) o meio sócio territorial e cultural; (ii) o meio ambiental e físico; (iii) as infraestruturas; (iv) o meio socioeconômico; e (v) o meio institucional. Cabe verificar, ademais, as lições aprendidas e a investigação da base legal relativa ao gerenciamento costeiro aos níveis estadual e municipal, identificando os planos, programas e projetos que se encontram em execução e previstos pelo Estado, ligados à zona costeira. Para tanto, serão revisados, entre outros, os instrumentos legais mencionados no item 4.5 do Marco Legal, do Termo de Referência do projeto.

Aspectos metodológicos

Para a realização do PDS Litoral, a Consultoria precisa de informações da atual situação territorial e de conhecimento para criar informações sobre a situação futura e, assim, estimar de modo verossímil os impactos que terão as decisões, planos e projetos na área de abrangência do projeto. As informações podem ser quantitativas ou qualitativas, e em qualquer caso, um sistema de informação deve contar com um conjunto de dados a princípio dispersos. Isto permitirá conhecer as problemáticas, os riscos, as ameaças, as vulnerabilidades, como também os valores e as oportunidades atualmente existentes para o desenvolvimento sustentável da costa do Paraná e desenhar medidas adequadas para garantir o desenvolvimento de forma compatível com a conservação e a qualidade de vida das populações locais e elaborar os cenários prospectivos de evolução da situação.

A consulta de fontes de dados secundários será a principal fonte das informações que sustentarão a contextualização da Região Litorânea do Paraná. A compilação de dados secundários compreende a obtenção de dados primários que tenham sido transformados de forma que se encontram acessíveis através de bases de dados bibliográficas escritas ou digitais do âmbito acadêmico, científico, governamental ou de caráter privado, bem como projetos, planos e programas de desenvolvimento e gestão do território e dos recursos naturais e culturais aplicáveis ao âmbito do projeto.

Realizar-se-á o levantamento, a recolha, a atualização, a sistematização e a análise dos dados secundários (informações bibliográficas, normativas, iconográficas e cartográficas existentes) sobre a dinâmica ambiental e socioeconômica da área costeira. Deste modo, caberá inicialmente a pesquisa secundária das fontes disponibilizadas pelos parceiros já identificados no edital além de outros documentos que poderão dar suporte à Contextualização da Região do Litoral do Paraná, como detalhado a seguir:

a. O Meio Socioterritorial e Cultural

A coleta de informações sobre o meio socioterritorial se fará com base na literatura científica e informes técnicos existentes sobre a área de interesse, complementando-a com fotografias aéreas/satélite, ou sobre a base cartográfica disponível. Os aspectos sobre os quais se procurará informações no âmbito socioterritorial incluem: os padrões de uso e de ocupação do solo, a demografia e fluxos migratórios, as funções públicas de interesse comum, as demandas de habitação, qualidade do uso e infraestruturas associadas, regulação da ocupação e questões fundiárias como as características e diagnósticos das diferentes categorias das áreas de ocupação e as ocupações irregulares, o nível de saúde, segurança e educação detalhada da população em cada um dos municípios da área de abrangência do planejamento, as atividades de esporte e lazer, bem como as atividades tradicionais, o patrimônio histórico, cultural e imaterial que caracterizam a região e as suas gentes.

O Estado do Paraná tem um vasto patrimônio cultural, histórico e arqueológico. Dentro dos 7 municípios que compõem a região do litoral paranaense, as cidades de Paranaguá, Morretes, Antonina e Guaraqueçaba se destacam pelo conjunto de casario histórico, comunidades tradicionais, gastronomia, folclore e manifestações culturais, que fortalece o potencial turístico nesses municípios.

O IPHAN (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) tem uma base de dados no qual aparece uma série de bens tombados e que estão regidos pelo Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937. Aqui aparecem registrados todos os bens patrimoniais da Região do Litoral do Paraná, segundo as formas de preservação desse patrimônio: registro, inventário ou tombamento.

Na classificação do IPHAN aparecem diferenciados o patrimônio material e o imaterial, assim como o arqueológico. É importante destacar, pela sua fragilidade, dentro do patrimônio cultural o imaterial ou intangível, e ter em conta

que muitos elementos do patrimônio cultural, histórico ou arqueológico (patrimônio material) têm uma parte de patrimônio imaterial ligada a eles. A UNESCO define esse tipo de bens como:

O Patrimônio Cultural Imaterial ou Intangível compreende as expressões de vida e tradições que comunidades, grupos e indivíduos em todas as partes do mundo recebem de seus ancestrais e passam seus conhecimentos a seus descendentes.

Alguns dos elementos patrimoniais a ter em conta do Litoral do Paraná são:

Centro Histórico de Antonina (inclui o complexo e arquitetura industrial de Matarazzo)	Patrimônio Material – Conjunto Histórico Tombado – IPHAN
Centro Histórico de Paranaguá	Patrimônio Material – Conjunto Histórico Tombado – IPHAN
Fandango Caiçara	Patrimônio Imaterial – IPHAN
O Caminho de Itupava e a sua área de influência	Patrimônio Arqueológico - IPHAN

Também serão consultados os seguintes listados:

- Bens culturais brasileiros inscritos na Lista do Patrimônio Mundial
- Lista do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade

As informações coletadas serão organizadas numa base de dados digitalizada e analisada, identificando todos os aspectos a ser levados em conta na elaboração do PDS Litoral.

As instituições a serem consultadas para a aquisição de informação relacionada ao patrimônio cultural, histórico e arqueológico, de forma preliminar, são:

- Ministério da Cultura
- Ministério do Turismo
- Secretaria do Estado (áreas de turismo, patrimônio e cultural)
- Programa de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR Nacional
- IPHAN – Superintendência Estadual – Escritório Técnico de Paranaguá
- IPHAN – Superintendência Estadual – Escritório Técnico de Antonina
- Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular
- Centro Nacional de Arqueologia
- Governo do Estado do Paraná
- Órgãos municipais dos sete municípios envolvidos
- Outras instituições, autoridades e entidades com competências legislativas e de gerenciamento sobre a área de interesse

- Associações de comunidades relacionadas com a preservação e valorização do patrimônio na área de interesse
- Associação Brasileira de Cidades Históricas

b. O Meio Ambiental e Físico

Na coleta de dados sobre o meio ambiental e físico se prestará especial atenção à biodiversidade de espécies ameaçadas, bem como espécies bioindicadoras da qualidade ambiental. Também será analisada, do ponto de vista físico, a influência de áreas protegidas na dinâmica costeira e as mudanças observadas. As características da geologia, a geomorfologia, a dinâmica costeira, a topografia, o clima, a edafologia, a batimetria, o estado e a evolução da cobertura dos diferentes ecossistemas marinhos e litorais no tempo, etc.

Se tentará localizar e documentar os fatores de fragmentação presentes derivados da ocupação costeira e usos turísticos, agropecuários e industriais nas áreas costeiras, e aspectos vinculados à qualidade da paisagem.

Também se atenderá à evolução das populações de espécies e recursos marinhos que são fonte de sustento e meio de vida para as comunidades locais e as relações existentes entre a abundância dos recursos e a conservação dos ecossistemas costeiros e marinhos. Os dados serão obtidos fundamentalmente de fontes secundárias e poderão ser determinados indiretamente pela presença de ambientes ou ecossistemas que sustentam os diferentes grupos faunísticos. Além disso, a informação poderá ser verificada e atualizada através de amostragens diretas concretas e limitadas às áreas menos estudadas ou documentadas, podendo realizar amostragens com sistemas de pesca de baixo impacto.

Fora destes grupos serão avaliadas a presença de espécies emblemáticas de todos os grupos faunísticos (mastofauna, anurofauna, herpetofauna, avifauna, etc.), identificando as espécies presentes. Se atenderá especialmente as “espécies bandeira” que além do seu valor intrínseco têm um valor social, já que são capazes de estimular a sensibilização dos atores sociais com vistas à conservação.

Atender-se-á especificamente aos distintos tipos de ecossistemas marinhos e costeiros: manguezais, recifes, dunas, praias, ilhas, brejos, estuários e outros ambientes importantes do ponto de vista ecológico, as diferentes espécies de animais e vegetais presentes, e recursos naturais importantes ligados à sua conservação.

Prestar-se-á especial atenção aos aspectos ou critérios de referência a seguir:

- Realizar e sistematizar inventários de biodiversidade de flora e fauna que permitam ser atualizados no futuro e georreferenciados quando possível.
- Identificar o estado de conservação atual das espécies e ecossistemas mais relevantes.
- Documentar a existência de espécies ameaçadas, raras, singulares, endemismos e espécies exóticas potencialmente invasoras.

- Complementar os inventários, incluindo fotografias e o nome popular das espécies.
- Descrever e caracterizar os ecossistemas costeiros presentes na área de abrangência e identificar as principais ameaças para a sua conservação e os câmbios observados nos últimos anos, se for o caso.
- Documentar os aspectos relativos à biodiversidade e estado de conservação das áreas protegidas existentes na faixa costeira e a sua influência nas áreas adjacentes.
- Identificar os corredores ecológicos e potenciais áreas de expansão da proteção como áreas de amortecimento que sustentam os serviços dos ecossistemas e melhoram a conectividade do território.

c. As Infraestruturas

A coleta e análise de informação sobre as infraestruturas compreende a identificação e contextualização da infraestrutura logística e de mobilidade na região costeira do Paraná, incluindo: as infraestruturas de ferrovias, portos, aeroportos, rodovias, etc.), a infraestrutura urbana (saneamento, energia, equipamentos, serviços públicos, etc.), as áreas de risco, a proteção ambiental com relação ao impacto das infraestruturas, a proteção ambiental, social e urbanística.

A contextualização das infraestruturas visará especificamente a identificação das demandas e necessidades de novas infraestruturas que garantam a conectividade e fomentem o equilíbrio territorial. Especialmente analisar-se-ão as necessidades de infraestruturas para a melhora da movimentação das cargas, a comercialização de produtos (importações e exportações) e o estado de conservação e melhoras necessárias das vias, ferrovias, portos, aeroportos, rotas logísticas, mobilidade urbana e modernização e sustentabilidade do transporte e a integração com as novas tecnologias. A análise incluirá a identificação de oportunidades de cooperação público-privada para a modernização das infraestruturas e a aplicação das novas tecnologias para a otimização dos transportes e da mobilidade.

A determinação das necessidades de infraestruturas terá em conta as previsões de crescimento demográfico e cenários futuros de risco e aumento da vulnerabilidade e necessidades de resposta ante emergências.

d. O Meio Socioeconômico

Serão compilados dados relativos à dinâmica socioeconômica abrangendo os usos do solo e dos recursos naturais costeiros, a identificação de conflitos de uso e tipos de atividades desenvolvidas (turismo, pesca, atividade agropecuária, transportes marítimos e infraestruturas ligadas, desenvolvimento urbano, etc.).

Entre os diferentes aspectos relativos ao meio socioeconômico, serão identificadas e analisadas todas as atividades e usos de tipo humano e industrial mais relevantes para a conservação dos municípios da área costeira do Paraná. Entre outras atividades serão analisados os usos da terra na faixa costeira, as atividades

agropecuárias, a ocupação do solo, a urbanização, e a atividade industrial. Na parte marinha serão especialmente relevantes as atividades pesqueiras, o turismo aquático e as atividades dos estaleiros.

Outros aspectos a documentar e avaliar incluirão dados relativos às populações e à evolução (crescimento) da população na costa, padrões de distribuição e densidade, etc.

Além disso serão analisados os conflitos existentes com a conservação e o uso do solo e dos recursos marinho-costeiros e o estado da fiscalização e seu cumprimento, determinando as ameaças existentes de tipo socioeconômico para o logro dos objetivos do Plano de Desenvolvimento Sustentável.

Esta análise será realizada fundamentalmente por via documental e bibliográfica, empregando bases de dados e relatórios dos organismos oficiais, que poderão ser complementadas com entrevistas nas instituições, entidades locais, proprietários das terras e trabalhadores vinculados ao uso dos recursos naturais na área costeira e outras atividades de interesse. Serão detectadas as principais preocupações, carências de informação e necessidades de gestão.

As entrevistas permitem conhecer as problemáticas e os conflitos existentes de primeira mão, e recolher propostas de melhora. As consultas públicas servirão ainda para ter uma informação mais precisa e completa. Como um todo, a realização de entrevistas é custosa em termo de tempo e econômicos, pelo qual estas serão restringidas a áreas e aspectos sobre os quais existe pouca informação ou a existentes esteja muito desatualizada.

Na coleta de dados sobre o meio antrópico atender-se-á os seguintes aspectos:

- Registro de usos e atividades econômicas e análise das relações com a conservação e os recursos naturais costeiros.
- Levantamento de dados sobre os valores patrimoniais e culturais importantes para a conservação e a relação existente entre o patrimônio natural e cultural.
- Os dados serão referidos aos 7 municípios da região do litoral paranaense, que definem a faixa costeira do estado e a sua área de influência.
- Identificação e registro de dados sobre a organização institucional e a presença de associações sociais, com a presença de lideranças, movimentos comunitários, organizações de trabalhadores e outros de interesse.
- Documentação da influência da questão de gênero, o papel das mulheres nas atividades desenvolvidas na área costeira e as oportunidades para o envolvimento da mulher na conservação e no desenvolvimento sustentável.
- Conhecimento local sobre a conservação e os recursos naturais e as percepções sobre as áreas protegidas e as medidas levadas a cabo para a regulação dos usos atualmente existentes.

e. O Meio Institucional

Serão compilados dados relativos à dinâmica socioeconômica abrangendo os usos do solo e dos recursos naturais.

A coleta de dados e documentação sobre os aspectos mencionados será completada com a consulta às bases de dados legais, incluindo uma pesquisa legal relativamente ao gerenciamento costeiro a nível municipal, estadual e nacional, identificando os planos, programas e projetos que se encontram em execução e os previstos, ligados ao litoral paranaense.

Serão consultados, entre outros, os seguintes instrumentos de planejamento:

- Plano Regionais de Desenvolvimento Estratégico do Estado do Paraná (PRDE).
- Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima (Projeto Orla) dos municípios balneários, Ministério do Meio Ambiente (MMA).
- Projeto básico integrado de micro drenagem, macrodrenagem e controle da erosão marinha (2007).
- Planos Locais de Desenvolvimento da Maricultura, do Ministério de Pesca (2010).
- Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Polo Turístico do Litoral do Paraná (2010).
- Estudos de Impacto Ambiental (EIA) dos diferentes empreendimentos instalados na região (2011).
- Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Paranaguá (PDZPO) (2012).
- Resultados do Grupo de Trabalho para o Decreto 2647/2011 sobre o Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná (2012).
- Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) do Litoral do Paraná (2013).
- Projetos Contra Risco e Desastres Naturais do Litoral do Paraná (2013) para o cumprimento do duto OLAPA, do Ministério Público Federal e Estadual, bem como os projetos e medidas socioambientais no Litoral do Paraná enviados pelos Municípios e pelo Estado.
- Projeto Executivo de Proteção da Orla de Matinhos (2013).
- Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM).
- Avaliações Ambientais Integradas e Estratégicas da Bacia Litorânea.
- Zona Costeira do Paraná, Zoneamento Marinho do Paraná, dentro da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA II).
- Plano Setorial Nacional para os Recursos do Mar (PSRM) (2012-2015).
- Plano Hidroviário Estadual.
- Plano de Ação Federal (PAF) para a Zona Costeira (2004).
- Planos Diretores Municipais (PDM) – macrozoneamento municipal, perímetro urbano e uso e ocupação do solo.
- Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA)

- Planos de Manejo de Unidades de Conservação do Sistema de Unidades de Conservação (SNUC).
- Zoneamento de Áreas de Proteção Ambiental (APA).

Estas informações serão complementadas com a investigação da base legal relativa ao gerenciamento costeiro aos níveis estadual e municipal, identificando os planos, programas e projetos que se encontram em execução e previstos pelo Estado, ligados à zona costeira. Serão revisados, entre outros, os instrumentos legais mencionados no item 4.5 do Marco Legal, do Termo de Referência do projeto.

Cabe verificar, ademais, as lições aprendidas (positivas ou negativas) em relação aos processos decorrentes das práticas identificadas através do levantamento de informações, visando à observação dos motivos que porventura tenham provocado o não aproveitamento de oportunidades e outros que ensejaram iniciativas de sucesso. Tais aprendizados decorrentes das práticas identificadas podem referir-se a aspectos tais como:

- Resultados obtidos, em termos de contribuição com objetivos ou estratégias de desenvolvimento turístico no destino.
- Processos relacionados às instituições e atores locais, em termos de nível de participação, comunicação entre instituições e atores locais, e fortalecimento institucional.
- Aspectos de âmbito operacional, conforme a viabilidade, rentabilidade, transparência em critérios de atuação, retroalimentação, etc.

2.2.1.2 Atividade 202: Levantamento e Análise de Dados Primários

A coleta de dados primários consiste na recopilación de diversos tipos de dados originais das variáveis de interesse sócio territoriais, ambientais, econômicas e institucionais relativas à região costeira do Paraná, mediante técnicas de amostragem diretas realizadas no terreno.

Aspectos metodológicos

Para a recopilación de dados primários serão empregadas diferentes técnicas, entre as quais se incluem as seguintes:

TÉCNICA DE COLETA DE DADOS	DESCRIÇÃO
CARTOGRAFIA DIRETA	Registro espacial das características visíveis do terreno e da paisagem, normalmente codificadas e georreferenciadas mediante o uso do GPS.
FOTOGRAFIAS	Captura de imagens sobre o terreno ou aéreas, com objeto de ilustrar aspectos concretos do ambiente natural e humano da área de interesse.
CROQUIS DO TERRENO	Desenhos realizados manualmente ou digitalmente, que permitem anotar e ilustrar características concretas de determinadas zonas.
MEDIÇÕES	Integram o registro de dados numéricos medidos em distintas escalas graduadas utilizando diferentes instrumentos de medida segundo o tipo de dados, para obter dimensões espaciais para a elaboração de planos de detalhe, cartografado, e outras utilidades.
ENTREVISTAS E CONSULTAS	Normalmente utilizadas para a pesquisa e coleta de dados de tipo socioeconômico, as entrevistas podem ser efetuadas total ou parcialmente a distância através do telefone, o Skype, o e-mail e outros meios com os atores e membros da sociedade civil afetados ou envolvidos na realização de atividades ligadas ao meio costeiro bem como ao planejamento dos recursos costeiros e marinhos na área de interesse.
QUESTIONÁRIOS	Especialmente úteis para a coleta de dados de tipo socioeconômico, os questionários podem integrar diferentes técnicas, podendo realizar-se verbalmente de forma direta ou por correio e e-mail.

Para a maioria das técnicas mencionadas existem diversos protocolos técnicos amplamente aceitos e desenvolvidos pela comunidade científica no âmbito das pesquisas e o trabalho técnicos no âmbito do meio ambiente. Estas técnicas serão empregadas como referência para realizar a coleta de dados primários, naqueles casos em que se estime necessário. Para a seleção de protocolos de coleta de dados se levará em conta as necessidades da consultoria e a disponibilidade de recursos, de forma a escolher os métodos mais atualizados e efetivos em relação ao tempo, custo e qualidade dos dados obtidos.

Os dados obtidos mediante técnicas de amostragem direta têm um alto nível de precisão. Não obstante, a maior parte destas técnicas são dispendiosas em termos de tempo e custos, e exigem uma preparação importante para que as metas estejam claras e a equipe disponível para cumprir o calendário de atividades previsto, motivo pelo qual a coleta de dados primários focará em localizações muito concretas para dar resposta a carências detectadas na análise das informações secundárias realizadas na atividade anterior e quanto não se disponha de outros dados melhores que já tenham sido coletados e tratados (dados secundários).

2.2.1.3 Atividade 203: Coleta de Dados Geográficos e Elaboração de Mapas Georreferenciados

A Consultoria criará uma base de dados estatísticos, com indicadores-chave e tendências básicas, a partir das informações quantitativas disponíveis em uma plataforma SIG compatível com os sistemas de comunicação existentes nas áreas prioritárias do projeto.

Aspectos metodológicos

a. Coleta de dados geográficos

A elaboração do PDS Litoral tem uma dimensão espacial. A estruturação inicia-se com a seleção dos dados espaciais que serão representados nos documentos cartográficos e descritivos.

Os dados selecionados devem ser compatibilizados mediante o uso de ferramentas SIG, empregando o Sistema de Referência Geocêntrico para a América do Sul (SIRGAS 2000) em projeção cartográfica pelo sistema de UTM (Universal Transversa de Mercator). Entre os organismos que se consultará para o levantamento de informação geográfica encontram-se:

- Instituto Ambiental do Paraná (IAP)
- Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Paraná (SEMA)
- Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná (ITCG)
- Universidade Federal do Paraná (UFPR)
- Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA)
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
- Comissão Nacional de Cartografia (CONCAR)
- Infraestrutura de Dados Espaciais do Brasil (INDE)
- Ministério de Meio Ambiente do Brasil (MMA)
- Ministério de Pesca e Aquicultura (MPA)
- Registro Geral da Atividade Pesqueira no Brasil (RGP)
- Serviço Geológico do Brasil (CPRM)
- Sistema de Observação e Monitoramento da Agricultura no Brasil (SOMABRASIL-EMBRAPA)
- Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (INPE)
- Sistema Ibero-americano de Informação sobre a Água (SIAGUA)
- Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas (SIRGAS2000)
- SEDU/PARANACIDADE, Paraná Interativo

b. Elaboração de mapas georreferenciados

As informações do diagnóstico serão vinculadas à contextualização das diferentes regiões e áreas que constituem a faixa litoral de abrangência do projeto, a fim de determinar áreas de características ambientais e socioeconômicas relativamente homogêneas e propor um zoneamento para a implementação de ações e medidas que permitam o logro dos objetivos propostos.

Os mapeamentos dos dados levantados serão analisados espaço-temporalmente, para que seja possível a compreensão cronológica das dinâmicas observadas. Todas as informações e documentos colhidos para a análise

e compreensão de condições peculiares à região estudada serão integrados em uma base de dados e em plataforma tecnológica integrada, mapeada e georreferenciada, permitindo o geoprocessamento das informações, o melhor conhecimento e gestão inteligente do território, com a colaboração de todas as secretarias e instituições envolvidas, tendo em vista o princípio da eficiência e a maximização da utilização das informações colhidas. Para tanto se criará uma base de dados estatísticos, com indicadores-chave e tendências básicas, a partir das informações quantitativas disponíveis em uma plataforma SIG compatível com os sistemas de comunicação existentes.

O próprio SIG permite apresentar as informações por zonas, mediante consultas espaciais de interseção e agregação e obter resultados sobre mapas temáticos em escala adequada para a demonstração da informação gradativa ano a ano, visando avaliar as dinâmicas municipais existentes no território sob um enfoque espaço-temporal.

2.2.1.4 Atividade 204: Elaboração do Diagnóstico e Matriz FOFA

A equipe consultora reunirá todas as informações, na escala estadual e municipal, sobre as características físico-naturais e socioeconômicas da zona costeira, com a finalidade de orientar ações de preservação, conservação, regulamentação e fiscalização, se for o caso, a incluir no Plano de Desenvolvimento Sustentável do Paraná. O diagnóstico contemplará os seguintes conteúdos mínimos organizando e sistematizando a informação:

- Informação atualizada sobre o estado de conservação da biodiversidade da zona costeira, fazendo um balanço do conhecimento existente no campo da biologia marinha da zona de abrangência, indicando áreas de ação prioritária que serão consideradas posteriormente no zoneamento;
- Conhecimento sobre a hidrodinâmica e os processos erosivos do litoral paranaense;
- Os dados mais atualizados existentes sobre a poluição marinha causada pelas atividades e infraestruturas em terra;
- As dimensões atuais e potenciais da atividade urbano-industrial e a sua interação com o resto das atividades;
- As normas e legislação existentes para a regulação do uso e proteção dos recursos costeiros e marinhos;
- As potencialidades turísticas e ecoturísticas da região;
- A organização institucional aos níveis do estado e dos municípios, vinculados ao gerenciamento costeiro.

Como complemento e resumo do processo de diagnóstico, será elaborada uma matriz FOFA para a identificação de potencialidades e vulnerabilidades da área costeira de abrangência.

Aspectos metodológicos

A equipe consultora reunirá todas as informações, na escala estadual e municipal, sobre as características físico-naturais e socioeconômicas da zona costeira, com a finalidade de orientar ações de preservação, conservação, regulamentação e fiscalização, se for o caso, a incluir no PDS Litoral.

O diagnóstico conterá uma matriz de interrelação das contextualizações por âmbitos de análise realizadas, apontando os pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças. Portanto, o diagnóstico destacará as vulnerabilidades ambientais e sociais que influenciam na conservação da biodiversidade e ameaçam os bens de uso comum das comunidades locais, o acesso aos serviços básicos e a exposição da população aos contaminantes ambientais e às mudanças climáticas e demográficas projetadas. Estas informações serão combinadas de forma a gerarem os cenários futuros. Como complemento e resumo do processo de diagnóstico, será elaborada uma matriz FOFA para a identificação de Potencialidades e Vulnerabilidades da área costeira de abrangência.

A matriz FOFA é uma ferramenta analítica que permitirá identificar de maneira estruturada os diversos fatores que interagem entre si no espaço e que, por isso, são capazes de indicar as necessidades mais urgentes de gestão, baseadas em situações de ameaças ao bom estado ambiental das regiões que integram o Litoral do Paraná, bem como o bom estado de desenvolvimento e qualidade de vida das comunidades locais e as perspectivas de desenvolvimento sustentável futuro. Assim, a matriz FOFA colocará em relevância as potencialidades para, através do desenho e implementação de ações estratégicas de gerenciamento, contribuir para um equilíbrio ecológico e social no desenvolvimento futuro do Litoral Paranaense.

As potencialidades estarão definidas pelas Forças (intrínsecas) e as Oportunidades (externas) identificadas, enquanto que as vulnerabilidades são definidas pelas Fraquezas (intrínsecas) e as Ameaças (externas). Esse cenário apoiará a definição das ações a serem contempladas no Plano de Gerenciamento e reforçadas mediante o Projeto de Lei, que estarão orientadas a:

- Potencializar as forças
- Reduzir as fraquezas
- Aumentar as oportunidades
- Minimizar ou cancelar as ameaças

O diagrama a seguir sintetiza os quatro componentes da análise FOFA:



2.2.1.5 Atividade 205: Benchmarking de Boas Práticas Internacionais

Além do diagnóstico multidisciplinar da região do litoral do Paraná, será realizado um processo de análise focado em identificar, avaliar e comparar as práticas e estratégias de desenvolvimento sustentável em regiões costeiras de características similares, com objetivo de comparar os resultados com a situação de partida do litoral do Paraná e projetar assim as prioridades de ações necessárias para melhorar a sustentabilidade da região e corrigir as ameaças e vulnerabilidades detectadas, extraindo as lições aprendidas aplicáveis ao território costeiro paranaense.

Aspectos metodológicos

O estudo do benchmarking pretende comparar os resultados obtidos no diagnóstico com as melhores práticas nacionais e internacionais – tendo sempre como referência a América Latina – na área de planejamento regional sustentável. Para isso, serão considerados especialmente as estratégias e lições aprendidas nos seguintes âmbitos do desenvolvimento litoral e regional:

- O desenvolvimento de formas alternativas de turismo sustentável, como o ecoturismo.
- A harmonização de aplicações industriais e de infraestrutura, com a conservação dos serviços dos ecossistemas.
- A promoção de atividades alternativas que geram múltiplos benefícios para as comunidades locais.
- A correção dos desequilíbrios territoriais entre as zonas costeiras de alta carga turística e zonas costeiras da área de influência do caráter rural.
- A igualdade de gênero em todos os âmbitos de atividade.
- A inclusão das populações locais nos órgãos de tomada de decisão e de formação e instituições envolvidas na gestão dos recursos costeiros.
- A detecção precoce de riscos e impactos.
- Promoção do turismo e marketing orientado à valorização dos recursos naturais e culturais.

A Consultoria elaborará uma análise abrangente das informações encontradas, projetando fichas de resumo de boas práticas e estratégias bem-sucedidas no planejamento do desenvolvimento sustentável aplicadas em diferentes países, estados ou regiões, com foco nos benefícios de abordagens alternativas para recomendar a adoção de novos instrumentos, ferramentas, plataformas e metodologias. As fichas especificarão, pelo menos, as seguintes informações:

- País ou região em que se aplica.
- Setor ou âmbito do desenvolvimento a que se aplica.
- Público objetivo da prática ou estratégia.
- Entidade, agente ou agência responsável pela sua implementação.
- Descrição e aplicabilidade no contexto do Litoral do Estado do Paraná.

2.2.1.6 Atividade 206: Elaboração do Relatório de Contextualização Inicial (RCI)

A Consultoria elaborará a versão inicial do Relatório de Contextualização (RCI), através de levantamentos e diagnósticos de dados primários e secundários, elaboração de pesquisas, oficinas, entrevistas e compilação e diagnóstico de dados existentes (diretrizes, programas, projetos e estudos a serem considerados), dentre outros.

O Termo de Referência relaciona um conjunto de planos, programas, projetos e estudos a serem considerados nesse sentido, assim como define de forma detalhada o conteúdo mínimo do RCI e prevê a integração de todas as informações e documentos colhidos em uma base de dados e em plataforma tecnológica integrada, mapeada e georreferenciada, permitindo o geoprocessamento das informações.

A contextualização será analisada sob as condições peculiares de sazonalidade da população e tendo em vista a população projetada, bem como, as pressões de expansão urbana e de infraestrutura, sem com isto, perder de vista um cenário futuro de perenidade, buscando propor melhorias sociais e econômicas e preservação do ambiente da região do litoral. A contextualização conterà análises dinâmicas comparativas, permitindo situar a região em relação a outras regiões do estado e do país, de tal forma, que permita dimensionar seu grau de desenvolvimento sustentável e competitividade.

Aspectos metodológicos

Como resultado do diagnóstico atualizado, serão identificadas as prioridades de ação que deverão ser contempladas no PDS Litoral, considerando as tendências observadas na expansão urbana, no crescimento do uso dos recursos naturais (pesca, aquicultura, turismo, etc.). Serão definidos os principais vetores de risco aos que fará frente o Estado nos próximos anos e que servirão para orientar as linhas de ações prioritárias do PDS Litoral previstas na etapa seguinte.

O Relatório do Diagnóstico terá o conteúdo a seguir:

ESTRUTURA DO RELATÓRIO DE CONTEXTUALIZAÇÃO	
1.	INTRODUÇÃO
2.	CONTEXTO REGIONAL
3.	CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DO LITORAL
3.1	Sócio Territorial
3.1.1	<i>Diagnóstico sócio territorial</i>
3.1.2	<i>Padrões de uso e ocupação do solo</i>
3.1.3	<i>Demografia e fluxos migratórios</i>
3.1.4	<i>Funções públicas de interesse comum</i>
3.1.5	<i>Habitação</i>
3.1.6	<i>Questões fundiárias</i>
3.1.7	<i>Saúde</i>
3.1.8	<i>Segurança</i>
3.1.9	<i>Educação</i>
3.1.10	<i>Esporte, entretenimento e lazer</i>
3.1.11	<i>Comunidades e comunidades tradicionais</i>
3.1.12	<i>Culturas tradicionais e étnicas</i>
3.1.13	<i>Patrimônio histórico, cultural e sítios arqueológicos</i>
3.2	Ambiental
3.2.1	<i>Clima, Geomorfologia e Solo</i>
3.2.2	<i>Ambientes hidromórficos (áreas úmidas)</i>
3.2.3	<i>Unidades de conservação</i>
3.2.4	<i>Hidrografia e hidrologia</i>
3.2.5	<i>Fauna e flora</i>
3.2.6	<i>Áreas de risco</i>
3.3	Infraestrutura
3.3.1	<i>Transporte público e sistema viário</i>
3.3.2	<i>Infraestrutura Portuária e Logística</i>
3.3.3	<i>Infraestrutura de energia e comunicações</i>
3.3.4	<i>Saneamento</i>
3.3.5	<i>Resíduos sólidos e efluentes</i>
3.3.6	<i>Empreendimentos</i>
3.4	Econômica
3.4.1	<i>Produção e desempenho</i>
3.4.2	<i>Cadeias produtivas e arranjos produtivos locais (APL)</i>
3.4.3	<i>Turismo</i>
3.4.4	<i>Emprego e renda</i>
3.4.5	<i>Investimentos previstos ou em andamento</i>
3.5	Institucional
3.5.1	<i>Arcabouço legal (Federal, Estadual e Municipal)</i>
3.5.2	<i>Instituições</i>
3.5.3	<i>Arrecadações municipais e dependências de repasses fiscais</i>
3.5.4	<i>Órgãos de fiscalização e licenciamento</i>
3.5.5	<i>Infrações</i>
4.	DIAGNÓSTICO DO ESTADO DA ÁREA DO LITORAL
4.1	Identificação de problemáticas e inter-relações entre fatores
4.2	Identificação de oportunidades
4.3	Prioridades de ação
4.4	Estado de conservação dos valores naturais e culturais
4.5	Previsões e tendências
4.6	Conclusões do diagnóstico
4.7	Análise FOFA e matriz
5.	DEFINIÇÃO DE PRIORIDADES DE DESENVOLVIMENTO
5.1	Benchmarking e análise de boas práticas internacionais
5.2	Detecção de pontos de melhora
5.3	Definição das prioridades de ação
6.	CARTOGRAFIA E ANEXOS
7.	PRÓXIMOS PASSOS
	ANEXOS
	ANEXO I – Oficinas de Contextualização
	ANEXO II – Outros eventos
	ANEXO III - Comunicação

2.2.1.7 Atividade 207: Realização da Reunião Técnica 02

O Relatório de Contextualização Inicial (RCI) será encaminhado por meio eletrônico à Equipe Técnica Intersecretarial (ETI), para a análise do relatório, com prazo previsto de 15 (quinze) dias corridos. Após esse período se realizará a Reunião Técnica 02, entre a ETI e a Consultoria, na qual serão apresentadas pela ETI suas considerações e contribuições em relação ao relatório. A Consultoria disporá do prazo de 7 (sete) dias corridos para a realização dos ajustes necessários, e ao final desse período encaminhará à ETI o relatório revisado para sua validação.

O período previsto para a realização dessas atividades é de 07/05 a 25/05.

2.2.1.8 Atividade 208: Disponibilização do Relatório de Contextualização Inicial (RCI)

O **Produto 04 – Relatório de Contextualização Inicial (RCI)** será disponibilizado para consulta pública através da internet, junto com o material elaborado como informação para consultas públicas, com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência da data de realização das Oficinas de Contextualização.

<p>PRODUTO 04 Relatório de Contextualização Inicial (RCI)</p>	<p>A contextualização deverá abordar, no mínimo, as seguintes dimensões: sócio territorial, ambiental, infraestrutura, econômica e institucional. Informações indispensáveis para a análise e compreensão de condições peculiares à região estudada, integrando todas as informações e documentos colhidos em uma base de dados e em plataforma tecnológica integrada, mapeada e georreferenciada, permitindo o geoprocessamento das informações, o melhor conhecimento e gestão inteligente do território.</p>
--	---

2.2.1.9 Atividade 209: Realização das Oficinas de Contextualização

As Oficinas de Contextualização são encontros, com a presença da Equipe Técnica Intersecretarial, da Equipe de Acompanhamento, da Consultoria e de atores sociais locais de maior representatividade, realizados em três municípios (Guaraqueçaba, Matinhos e Paranaguá), e têm como propósito serem qualificadoras e propositivas, de discussão e recebimento de contribuições ao Relatório de Contextualização Inicial.

A pauta prevista para as Oficinas de Contextualização, que têm duração prevista de 3 (três) horas, consiste em:

- Abertura da oficina pela Equipe Técnica Intersecretarial;
- Apresentação dos temas mais relevantes pela Consultoria;
- Discussão e acolhimento de contribuições (equipe de mediação);
- Considerações finais e encerramento da oficina pela Equipe Técnica Intersecretarial.

Para cada Oficina de Contextualização será elaborada uma ata que deverá ser submetida à apreciação da Equipe de Acompanhamento e, após a realização de ajustes, se houver, validada pela mesma.

Após a realização das Oficinas de Contextualização a Consultoria atualizará o RCI com as contribuições advindas das oficinas, resultando no Relatório de Contextualização Consolidado, que contará ainda com a definição do local e listagem prévia dos participantes da Audiência Pública de Contextualização.

Além do Relatório de Contextualização Consolidado, o Relatório de Atividades (RA 02) conterá, pelo menos, as seguintes informações relacionadas às oficinas de contextualização:

- Lista de presença, contendo nomes, instituição e informações de contato;
- Ata da reunião que contenha a transcrição das contribuições de cada município;
- Relatórios fotográficos;
- Relatórios e entrevistas em vídeo;
- Lista dos integrantes da Equipe de Acompanhamento;
- Outras informações pertinentes.

O **Produto 05 – Relatório de Atividades (RA 02)** será analisado pela ETI em até 15 (quinze) dias e o retornará à Consultoria para os devidos ajustes, se necessário, que por sua vez terá um prazo de até 15 (quinze) dias para reapresentá-lo. Uma vez aprovado pela ETI, todo material elaborado será disponibilizado para consulta pública através da internet, ao menos 15 (quinze) dias antes da realização da Audiência Pública de Contextualização.

<p>PRODUTO 05 Relatório de Atividades 02 (RA 02)</p>	<p>De cada uma das oficinas de contextualização:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Lista de presença contendo nomes, instituição e informações de contato; ▪ Ata da reunião que contenha a transcrição das contribuições de cada município; ▪ Relatórios fotográficos; ▪ Relatórios e entrevistas em vídeo; ▪ Lista dos integrantes das Equipes de Acompanhamento (EA); ▪ Outras informações pertinentes. <p>Relatório de Contextualização Consolidado:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Contextualização da Região avaliado e compilado com as contribuições das oficinas de contextualização; ▪ Definição do local e listagem prévia dos participantes da Audiência Pública de Contextualização da Região.
---	---

Participantes

- I. ETI – Equipe Técnica Intersecretarial (ver Anexo I)
- II. EA – Equipe de Acompanhamento: Oficina 01 – Antonina, Guaraqueçaba e Morretes; Oficina 02 – Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná; Oficina 03 – Paranaguá (Anexo I)
- III. Consultoria (ver Anexo I)
- IV. Outros (ver Anexo I)

Locais

EVENTO	DATA	LOCAL
Oficina de Contextualização 01	11/6 a 15/6	Antonina
Oficina de Contextualização 01	11/6 a 15/6	Guaratuba
Oficina de Contextualização 01	11/6 a 15/6	Paranaguá

2.2.1.10 Atividade 210: Realização da Audiência Pública de Contextualização

As Audiências Públicas de Contextualização serão realizadas em três municípios (Antonina, Guaraqueçaba e Paranaguá), conforme o agrupamento previsto no Item 1.5, e têm como propósito apresentar o Relatório de Contextualização para a população, ouvir seus anseios e recolher as contribuições para a construção do Plano.

Participantes

- I. ETI – Equipe Técnica Intersecretarial (ver Anexo I)
- II. EA – Equipe de Acompanhamento: Audiência 01 – Antonina, Guaraqueçaba e Morretes; Audiência 02 – Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná; Audiência 03 – Paranaguá (Anexo I)
- III. Consultoria (ver Anexo I)
- IV. Outros (ver Anexo I)

Locais

EVENTO	DATA	LOCAL
Audiência Pública 01	9/7 a 13/7	Antonina
Audiência Pública 02	9/7 a 13/7	Guaratuba
Audiência Pública 03	9/7 a 13/7	Paranaguá

2.2.1.11 Atividade 211: Validação do Relatório de Contextualização Final (RCF)

Após a realização da Audiência Pública de Contextualização a Consultoria incorporará as contribuições pertinentes ao Relatório de Contextualização, resultando na entrega do **Produto 06 – Relatório de Contextualização Final (RCF)**, que será analisado pela ETI em até 07 (sete) dias e o retornará à Consultoria para os devidos ajustes, se necessário, que por sua vez terá um prazo de até 07 (sete) dias para reapresentá-lo. Uma vez aprovado, a Consultoria deverá disponibilizar todo o material elaborado para consulta pública através da internet.

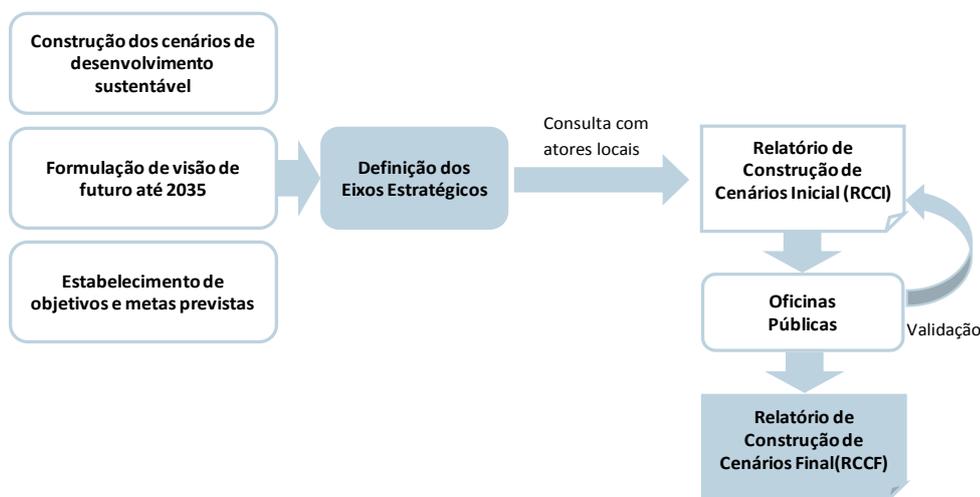
<p>PRODUTO 06 Relatório de Contextualização Final (RCF)</p>	<p>Consiste no documento resultante da:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Compilação do Relatório de Contextualização Inicial (RCI); ▪ Relatório de Atividades 02: Oficinas de Contextualização e Relatório de Contextualização Consolidado (RA 02); ▪ Contribuições recebidas durante a Audiência Pública de Contextualização. Deverá conter um relato das contribuições e das presenças dos participantes durante a audiência pública.
--	--

2.3 ETAPA 3: CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS E VISÃO DE FUTURO

O desenvolvimento de cenários auxilia na adoção de uma visão de longo prazo, em um mundo onde a incerteza é constante. Assim, o Planejamento por Cenários tem por propósito auxiliar os gestores na mudança de sua visão em relação à realidade. A intenção é combinar a visão da realidade atual com a realidade futura, buscando dessa síntese um conjunto de ações robustas hoje e que tenham repercussões no futuro.

Cabe aqui a técnica dos cenários como visões parciais do futuro, facilitando pensar na limitação das circunstâncias que podem vir a surgir.

Portanto, com base na análise das informações coletadas na etapa anterior, a Consultoria elaborará os documentos de síntese dos dados e tendências, cenários e visões de futuro que permitam coordenar os debates públicos previstos nesta etapa, estabelecendo um processo de reflexão estratégica local/regional e a avaliação rigorosa das linhas de ação que serão estabelecidas na etapa seguinte.



A Consultoria adotará o uso da tecnologia na criação dos modelos de previsão, permitindo a posterior avaliação dos cenários para apresentação dos resultados nas Oficinas Locais e Audiências Públicas. Os modelos de previsão informatizados não substituem o conhecimento que procede da experiência, mas são indispensáveis como ferramentas de apoio que contribuem objetividade e rigor científico na análise de problemas e soluções.

O “exercício de visão” deverá se concentrar na identificação do cenário geral desejado e os resultados/objetivos para cada uma das áreas principais incluídas no plano, e políticas e estratégias mais amplas para alcançar esses resultados/objetivos no horizonte de 2035. A visão constitui as ideias e necessidades dos demandantes locais e se formula sobre a base do diagnóstico e prognóstico realizado nas etapas anteriores, sobre o que posteriormente se apresentarão as metas e estratégias de desenvolvimento e o plano de ação.

Esta etapa corresponde à fase de prognóstico visando a realização de projeções para o futuro com base no diagnóstico, somado às expectativas dos envolvidos, às oportunidades e potencialidades levantadas, e às restrições e riscos que poderão influenciar o PDS Litoral, e indica aquilo que poderá ser esperado no futuro, em médio e longo prazo. No prognóstico devem ser observados os aspectos quantitativos (a partir de projeções estatísticas) e os aspectos qualitativos levantados nas oficinas e ações de planejamento participativo realizadas. As atividades a serem desenvolvidas para tanto, sintetizadas no quadro a seguir e descritas nos itens subsequentes, visam a elaboração e entrega dos seguintes produtos:

- Relatório de Construção de Cenários Inicial (RCCI);
- Relatório de Atividades 03 (RA 03);
- Relatório de Construção de Cenários Final (RCCF).

CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS

ATIV.	ITEM	RESPONSÁVEL
301	Construção dos cenários de desenvolvimento sustentável	Consultoria
302	Formulação de visão de futuro para até 2035	Consultoria
303	Estabelecimento de objetivos e metas previstas	Consultoria
304	Definição dos eixos estratégicos	Consultoria
305	Processo de consulta com os atores locais	Consultoria / Atores locais
306	Elaboração do Relatório de Construção de Cenários Inicial (RCCI)	Consultoria
307	Realização da Reunião Técnica 03	ETI / Consultoria
308	Disponibilização do Relatório de Construção de Cenários Inicial	Consultoria
309	Realização das Oficinas de Construção de Cenários	ETI / EA / Consultoria / Atores locais
310	Audiência Pública de Construção de Cenários	ETI / EA / Consultoria / População
311	Validação do Relatório de Construção de Cenários Final (RCCF)	Consultoria

2.3.1 Atividades

2.3.1.1 Atividade 301: Construção dos Cenários de Desenvolvimento Sustentável

Com base nos dados secundários e primários levantados na fase anterior, monta-se um Cenário Atual, ou seja, para o ano base, constituído pela representação numérica da realidade existente, tanto dos aspectos socioeconômicos, territoriais, demográficos, ambientais e de mobilidade, entre outros. Com base nas tendências detectadas, projeta-se um Cenário Tendencial. Ao lado dele, com base nas desejadas alterações de tendências, constituindo novas políticas públicas, seja de desenvolvimento sócio-econômico-ambiental, seja especificamente de uso do solo e transporte, projeta-se um Cenário Planejado ou mais de um, se for o caso, para que disputem a preferência política. Para tanto serão elaborados modelos de previsão estabelecidos num horizonte de 5 anos (curto prazo), 10 anos (médio prazo) e 20 anos (longo prazo), a partir de projeções estatísticas dos indicadores levantados no diagnóstico.

Aspectos Metodológicos

Objeto da Metodologia de Criação de Cenários

Por causa da natureza desterritorializada da globalização e das novas tecnologias de comunicação, os impactos sobre as pessoas que vivem e trabalham em um determinado local derivados das macrotendências exógenas são muito mais importantes do que décadas e séculos atrás, e as políticas públicas devem estar atentas às especificidades e necessidades dos lugares e das pessoas.

Os futuros que somos capazes de imaginar são fortemente influenciados por nossas memórias e preocupações atuais. Compreendemos a técnica de criação de cenários como um marco para pensar e imaginar conjuntamente possíveis futuros de forma estruturada e maneira construtiva, considerando alternativas e implicações de cada uma dessas alternativas. O objetivo final da técnica de criação de cenários não é apenas pensar no futuro, mas apoiar processos mais informados de tomada de decisões e criação de políticas públicas.

A previsão territorial é uma abordagem orientada para o futuro caracterizada por (a) pensamento crítico sobre a evolução do território a longo prazo, e dos impactos sobre o seu desenvolvimento territorial, (b) o envolvimento participativo e (c) a informação dos processos de tomada de decisão. A prospectiva territorial fornece um quadro para apoiar um pensamento estruturado sobre o desenvolvimento territorial. A prospectiva territorial pode ajudar a compreender melhor as implicações de tendências de desenvolvimento, projetos ou ideias para futuros desejados ou não desejados.

A técnica de criação de cenários vai assistir nos seguintes vetores:

- **Aproximação à complexidade e à incerteza:** ajuda a reunir ideias e conhecimento de uma ampla gama de participantes diferentes para abordar complexidades e incertezas onde não há informações quantitativas disponíveis.
- **Compreender as consequências territoriais de futuros (im)possíveis :** isso ajuda a entender possíveis consequências territoriais de uma tendência importante, grandes objetivos de desenvolvimento territorial ou ainda possíveis distopias ou futuros não desejáveis.
- **Criação do senso de propriedade do conhecimento (empoderamento):** com foco no envolvimento das pessoas para discutir problemas e conflitos comuns e possíveis consequências territoriais, podem fortalecer-se a formulação de políticas públicas.
- **Informar a tomada de decisão:** conscientizar sobre as consequências territoriais de um tópico pode informar a formulação de políticas públicas. Isso pode prevenir implicações territoriais indesejadas ou acelerar implicações queridas.

A prospectiva territorial pode ser conduzida a qualquer nível geográfico, tanto na escala local como na escala global, ou em qualquer outra escala intermediária.

Com base nas práticas em prospectiva, entende-se que nenhum método de prospectiva simples pode ser completo e consistente ou suficiente para ser o único método de previsão territorial, reconhecendo que a aplicação de qualquer manual ou diretriz depende principalmente de dois fatores: a tradição em que o praticante trabalha e o contexto organizacional em que o trabalho tem a ser realizado.

Metodologia de Trabalho

Os futuros possíveis podem ser explicados e discutidos com base nas narrativas abrangentes dos cenários criados.

A técnica de criação de cenários é uma das técnicas mais conhecidas e mais citadas para pensar sobre o futuro. Os cenários são histórias (ou narrativas) definidas no futuro que exploram como o mundo mudaria se certas tendências fossem fortalecer ou diminuir, ou vários eventos ocorreriam. O planejamento do cenário não tenta prever o que acontecerá, mas através de um processo formal identifica um conjunto limitado de exemplos de futuros possíveis que fornecem um valioso ponto de referência ao avaliar estratégias atuais ou formular novas estratégias. Este método questiona os pressupostos sobre o futuro e cria confiança para atuar em um mundo de incerteza (UNDP, 2014).

Os cenários enfocam a atenção nas relações entre eventos e pontos de decisão. Como regra geral, a construção do cenário é particularmente útil em situações em que o passado ou o presente provavelmente não serão um guia para o futuro. Os cenários ajudam a direcionar a atenção para forças motrizes, possíveis caminhos de evolução e a extensão das contingências que podem ser confrontadas. Assim, eles são particularmente úteis quando muitos fatores precisam ser considerados e o grau de incerteza sobre o futuro é alto.

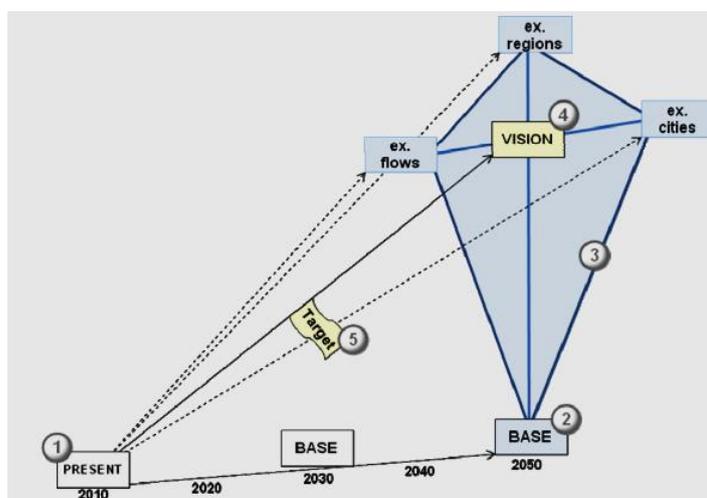
Os cenários mais úteis tentam ilustrar o trade-off ou compromissos entre os objetivos políticos em disputa. Enquanto um cenário pode explorar se o crescimento econômico e a criação de emprego desempenham um papel primordial, outros cenários podem atribuir a mesma relevância política para a equidade social ou os valores ambientais. Uma vez que o objetivo final dos cenários é o suporte a políticas, a escolha dos cenários deve ser politicamente relevante.

Os cenários exploratórios baseiam-se num modelo de continuidade do futuro – ou seja, existe um vínculo claro entre as forças em jogo e seus efeitos sobre os componentes do sistema em estudo. O objetivo é examinar as formas com que essas forças e componentes podem se desempenhar. Raramente sugere um único resultado, mas sim produz futuros alternativos e cadeias de causa e efeito. Eles incluem narrativas ou argumentos qualitativos, fornecendo o contexto para orientações gerais de políticas ou territoriais, e figuras quantitativas que mostram a implicações das decisões qualitativas sobre uma série de dimensões sociais, econômicas e ambientais. Diferentes cenários podem ter associados diferentes projetos, iniciativas, agentes interessados e instituições.

Os cenários normativos de previsão ou visões, em contraste, saltam à frente estabelecendo metas desejadas ou objetivos desejados, que podem ser substancialmente ou apenas aparentemente descontínuos com as tendências

em jogo. Ao definir esse futuro “objetivo”, o pré-analista volta para o presente para identificar os passos necessários para alcançar o seu objetivo. Os cenários normativos ou Visões colocam questões sobre os desejos em relação às condições de futuro "Como queremos que o futuro seja? Para onde queremos ir com ele?"

Após a Definição da Visão, há necessidade de precisão sobre como podemos passar da situação atual para o futuro ideal, resolvendo os problemas existentes e aproveitando as oportunidades disponíveis. O roteiro desde hoje até o futuro exige metas políticas de curto e médio prazo, tão quantitativas quanto possível.



	Cenário Explorativo	Normativo (Visão)
Procedimento	Explora possíveis desenvolvimentos futuros com o presente como ponto de partida	Identifica futuros desejáveis ou investiga como chegar a condições futuras
Função	Função explorativa	Função de criação de destino estratégico
Implementação	Estudo de fatores e imprevisíveis, teste de possíveis ações a serem tomadas e / ou processos de tomada de decisão.	Definição e concretização de metas e / ou, se for caso disso, identificação de possíveis formas de atingir um objetivo
Pergunta central	O que? • E se?	Como? • Como é que acontece? • Como chegamos lá?

Figura. Comparação esquemática de cenários exploratórios e normativos. Fonte: Kosow H. & Gaßner R. (2008)

O processo de construção de cenários em uma abordagem participativa pode ajudar a construir uma visão comum entre os participantes. Isso pode ser usado para gerar consenso e direção. Os interessados entenderão melhor as estratégias e as opções políticas necessárias para a construção de futuros alternativos. Os processos de criação de imagens desses futuros e como realizá-los podem facilitar a ação. Os participantes também entenderão melhor os pontos de vista e as estratégias dos outros.

2.3.1.2 Atividade 302: Formulação de Visão de Futuro para até 2035

A partir da metodologia dos cenários, será elaborada a visão de futuro para o Litoral do Paraná num horizonte de 5 anos (curto prazo), 10 anos (médio prazo) e 20 anos (longo prazo). O “exercício de visão” deverá se concentrar na identificação do cenário geral desejado e os resultados/objetivos para cada uma das áreas principais incluídas no plano, e políticas e estratégias mais amplas para alcançar esses resultados/objetivos.

2.3.1.3 Atividade 303: Estabelecimento de Objetivos e Metas Previstas

Em relação aos Objetivos, referem-se ao estado ou situação que se pretende atingir, sendo reflexos ponderados dos diferentes motivos que movem os sujeitos envolvidos no processo. Os objetivos propostos devem ser hierarquizados em função de sua importância (finalísticos ou instrumentais), mensuráveis qualitativa e quantitativamente e avaliáveis periodicamente, de forma a poder estabelecer um sistema de monitoramento e controle dos resultados obtidos. Deverá haver objetivos de médio prazo e de longo prazo (visão 2030). Para serem operacionais, os objetivos devem ser coerentes com as condições do mercado e com as disponibilidades de orçamento, controláveis e assumidos pelo conjunto dos agentes envolvidos. Finalmente, a definição das Metas representa uma descrição detalhada dos objetivos, elaborada de modo que possam ser medidas, tanto quanto à qualidade, como quanto à quantidade. Elas devem estar dentro das possibilidades da capacidade do setor em alcançá-las, pois caso contrário irão gerar situações de estresse, perda de confiança, ansiedade ou desinteresse. A realização das metas leva ao alcance dos desafios propostos, segundo os objetivos planejados, definindo-se o prazo para a sua realização.

Aspectos metodológicos

Essa fase do planejamento estratégico refere-se ao tratamento dos instrumentos prescritivos que explicitarão os desafios a serem enfrentados, assim como os objetivos e as metas que se pretende alcançar, momento em que devem ser, ainda, definidas as estratégias e as políticas funcionais, bem como os projetos e os planos de ação necessários. Os objetivos são os resultados, os alvos, os focos a serem alcançados, e as metas são os objetivos quantificados (tempo, quantidade, outros).

2.3.1.4 Atividade 304: Definição dos Eixos Estratégicos

Esta atividade visa a definição dos eixos estratégicos que nortearão a construção do plano para formulação de diversos cenários prospectivos desejáveis, alternando as prioridades de cada dimensão analisada.

Aspectos metodológicos

A definição dos eixos estratégicos norteará a construção do Plano para formulação de diversos cenários prospectivos desejáveis, alternando as prioridades de cada dimensão analisada. Para tanto, será aplicada a metodologia do pensamento sistêmico e do Design Thinking como princípios orientadores do Plano.

Os cenários proporcionam subsídios para lidar com a incerteza, através da visualização de múltiplos futuros. O pensamento sistêmico fornece subsídios para lidar com a complexidade dinâmica, trazendo à tona as relações entre as variáveis e demonstrando seu comportamento do passado até o presente. Juntos, geram uma visão do passado, do presente e do futuro, complementando-se para prover aos tomadores de decisão uma plataforma para a comunicação, um veículo para a aprendizagem, questionamento dos modelos mentais e uma visão compartilhada do assunto em questão, ou seja, uma ferramenta para lidar com a complexidade dinâmica.

2.3.1.5 Atividade 305: Processo de Consulta com os Atores Locais

A proposta de eixos estratégicos elaborada será ajustada em um processo de consulta local, a partir da metodologia de Avaliação Multicritério visando hierarquizar os resultados do diagnóstico, as diretrizes e os projetos a serem incluídos no PDS Litoral.

Aspectos metodológicos

A metodologia do Design Thinking (DT) proposta visa perceber e utilizar essa ferramenta na identificação dos desafios a serem superados pela região do Litoral do Paraná, no entendimento dos sentimentos e preocupações dos indivíduos que se relacionam com a região (moram, frequentam, visitam) e na busca por soluções colaborativas.

Para tanto, a Consultoria acompanhará um processo de consulta visando ao planejamento participativo do PDS Litoral a partir da metodologia de Avaliação Multicritério. Esta metodologia é uma técnica de análise para planejamento que se baseia no princípio de que, para a tomada de decisão, a experiência e o conhecimento das pessoas é tão valioso quanto os dados utilizados. A análise multicritério permitirá, através do debate, hierarquizar os resultados do diagnóstico, as diretrizes e os projetos a serem incluídos no PDS Litoral.

2.3.1.6 Atividade 306: Elaboração do Relatório de Construção de Cenários Inicial (RCCI)

A partir dos resultados obtidos nas atividades anteriores desta fase, a Consultoria elaborará a versão inicial do Relatório de Construção de Cenários (RCCI), cujo processo apresenta a oportunidade para concatenar as diferentes visões de futuro de cada um dos atores envolvidos. Tem como resultado a elaboração de cenário desejável e a consolidação de uma “visão de futuro”, compartilhado por todos, em busca do desenvolvimento sustentável.

O Termo de Referência descreve a “visão de futuro” como um modelo mental claro e ‘luminoso’ de um estado ou situação altamente desejável: (i) de uma realidade futura e possível; (ii) descrita de uma forma simples e objetiva; e (ii) partilhada por todos, que envolve a construção de cenários e objetivos a serem buscados pela região em um futuro de médio e longo prazos, considerando as atuais tendências e influências, visando a sua competitividade.

2.3.1.7 Atividade 307: Realização da Reunião Técnica 03

O Relatório de Construção de Cenários Inicial (RCCI) será encaminhado por meio eletrônico à Equipe Técnica Intersecretarial (ETI), para a análise do relatório, com prazo previsto de 7 (sete) dias corridos. Após esse período se realizará a Reunião Técnica 01, entre a ETI e a Consultoria, na qual serão apresentadas pela ETI suas considerações e contribuições em relação ao relatório. A Consultoria disporá do prazo de 7 (sete) dias corridos para a realização dos ajustes necessários, e ao final desse período encaminhará à ETI o relatório revisado para sua validação.

O período previsto para a realização dessas atividades é de 16/07 a 27/07.

2.3.1.8 Atividade 308: Disponibilização do Relatório de Construção de Cenários Inicial (RCCI)

O Produto 07 – Relatório de Construção de Cenários Inicial (RCCI) será disponibilizado para consulta pública através da internet, junto com o material elaborado como informação para consultas públicas, com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência da data de realização das Oficinas de Construção de Cenários e Visão de Futuro.

<p>PRODUTO 07 Relatório de Construção de Cenários Inicial (RCCI)</p>	<p>Apresenta um conjunto propositivo de diretrizes, objetivos e metas, que contemple:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Eixos estratégicos orientadores do Plano; ▪ Formulação de visão geral de futuro para até 2035; ▪ Previsão detalhada dos cenários de desenvolvimento sustentável; ▪ Os efeitos/impactos no meio natural e comunidades (pesqueiras, rurais, tradicionais, quilombolas e indígenas); ▪ Esboço dos princípios orientadores do Plano; ▪ Metas previstas e as políticas do Plano; e ▪ Realização de uma extensa consulta com as partes interessadas.
---	--

2.3.1.9 Atividade 309: Realização das Oficinas de Construção de Cenários e Visão de Futuro

As Oficinas de Construção de Cenários e Visão de Futuro são encontros, com a presença da Equipe Técnica Intersecretarial, da Equipe de Acompanhamento, da Consultoria e de atores sociais locais de maior representatividade, realizados em três municípios (Morretes, Pontal do Paraná e Paranaguá), e têm como propósito serem qualificadoras e propositivas, de discussão e recebimento de contribuições ao Relatório de Construção de Cenários Inicial.

A pauta prevista para as Oficinas de Construção de Cenários e Visão de Futuro, que têm duração prevista de 3 (três) horas, consiste em:

- Abertura da oficina pela Equipe Técnica Intersecretarial;
- Apresentação dos temas mais relevantes pela Consultoria;
- Discussão e acolhimento de contribuições (equipe de mediação);
- Considerações finais e encerramento da oficina pela Equipe Técnica Intersecretarial.

Para cada Oficina de Construção de Cenários e Visão de Futuro será elaborada uma ata que deverá ser submetida à apreciação da Equipe de Acompanhamento e, após a realização de ajustes, se houver, validada pela mesma.

Após a realização das Oficinas de Construção de Cenários e Visão de Futuro a Consultoria atualizará o RCCI com as contribuições advindas das oficinas, resultando no Relatório de Construção de Cenários Consolidado, que contará ainda com a definição do local e listagem prévia dos participantes da Audiência Pública de Construção de Cenários e Visão de Futuro.

Além do Relatório de Contextualização Consolidado, o Relatório de Atividades (RA 03) conterá, pelo menos, as seguintes informações relacionadas às oficinas de contextualização:

- Lista de presença, contendo nomes, instituição e informações de contato;
- Ata da reunião que contenha a transcrição das contribuições de cada município;
- Relatório fotográficos;
- Relatórios e entrevistas em vídeo;
- Lista dos integrantes da Equipe de Acompanhamento;

O **Produto 08 – Relatório de Atividades (RA 03)** será analisado pela ETI em até 7 (sete) dias e o retornará à Consultoria para os devidos ajustes, se necessário, que por sua vez terá um prazo de até 15 (quinze) dias para reapresenta-lo. Uma vez aprovado pela ETI, todo material elaborado será disponibilizado para consulta pública através da internet, ao menos 15 (quinze) dias antes da realização da Audiência Pública de Construção de Cenários e Visão de Futuro.

<p>PRODUTO 08 Relatório de Atividades 03 (RA 03)</p>	<p>De cada uma das oficinas de construção de cenários:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Lista de presença contendo nomes, instituição e informações de contato; ▪ Ata da reunião que contenha a transcrição das contribuições de cada município; ▪ Relatórios fotográficos; ▪ Relatórios e entrevistas em vídeo; ▪ Lista dos integrantes das Equipes de Acompanhamento (EA); ▪ Outras informações pertinentes. <p>Relatório de Construção de Cenários Consolidado:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Relatório de construção de cenários e visão de futuro avaliado e compilado com as contribuições das oficinas ▪ Definição do local e listagem prévia dos participantes da Audiência Pública de Construção de Cenários e Visão de Futuro.
---	---

Participantes

- I. ETI – Equipe Técnica Intersecretarial (ver Anexo I)
- II. EA – Equipe de Acompanhamento: Oficina 01 – Antonina, Guaraqueçaba e Morretes; Oficina 02 – Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná; Oficina 03 – Paranaguá (Anexo I)
- III. Consultoria (ver Anexo I)
- IV. Outros (ver Anexo I)

Locais

EVENTO	DATA	LOCAL
Oficina de Construção de Cenários 01	13/8 a 17/8	Guaraqueçaba
Oficina de Construção de Cenários 01	13/8 a 17/8	Matinhos
Oficina de Construção de Cenários 01	13/8 a 17/8	Paranaguá

2.3.1.10 Atividade 310: Audiência Pública de Construção de Cenários e Visão de Futuro

As Audiências Públicas de Construção de Cenários e Visão de Futuro serão realizadas em três municípios (Morretes, Pontal do Paraná e Paranaguá), e têm como propósito apresentar o Relatório de Construção de Cenários para a população, ouvir seus anseios e recolher as contribuições para a construção do Plano.

Participantes

- I. ETI – Equipe Técnica Intersecretarial (ver Anexo I)
- II. EA – Equipe de Acompanhamento: Audiência Pública 01 – Antonina, Guaraqueçaba e Morretes; Audiência 02 – Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná; Audiência Pública 03 – Paranaguá (Anexo I)
- III. Consultoria (ver Anexo I)
- IV. Outros (ver Anexo I)

Locais

EVENTO	DATA	LOCAL
Audiência Pública 01	10/9 a 14/9	Guaraqueçaba
Audiência Pública 02	10/9 a 14/9	Matinhos
Audiência Pública 03	10/9 a 14/9	Paranaguá

2.3.1.11 Atividade 311: Validação do Relatório de Construção de Cenários Final (RCCF)

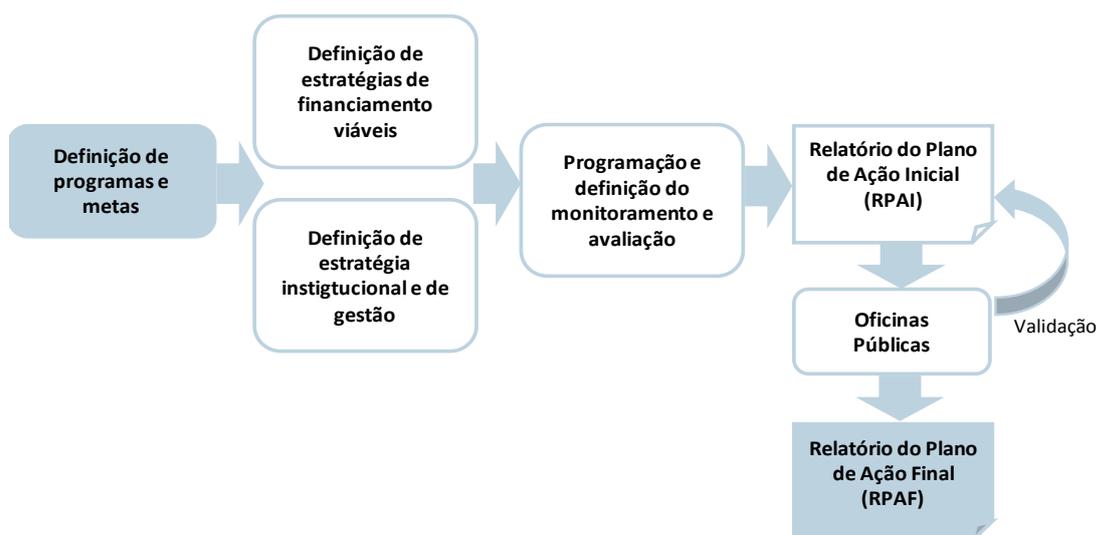
Após a realização da Audiência Pública de Construção de Cenários e Visão de Futuro a Consultoria incorporará as contribuições pertinentes ao Relatório de Construção de Cenários, resultando na entrega do **Produto 09** –

Relatório de Construção de Cenários Final (RCCF) que será analisado pela ETI em até 07 (sete) dias e o retornará à Consultoria para os devidos ajustes, se necessário, que por sua vez terá um prazo de até 07 (sete) dias para rerepresentá-lo. Uma vez aprovado, a Consultoria deverá disponibilizar todo o material elaborado para consulta pública através da internet.

<p>PRODUTO 09 Relatório de Construção de Cenários Final (RCCF)</p>	<p>Consiste no documento resultante da:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Compilação do Relatório de Construção de Cenários Inicial (RCCI); ▪ Relatório de Atividades 03: Oficinas de Construção de Cenários e Relatório de Construção de Cenários Consolidado (RA 03); ▪ Contribuições recebidas durante a Audiência Pública de Construção de Cenários. Deverá conter um relato das contribuições e das presenças dos participantes durante a audiência pública.
---	---

2.4 ETAPA 4: ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

O passo das reflexões às propostas de intervenção específicas no curto prazo é uma condição essencial para o sucesso do PDS Litoral. Para a elaboração das estratégias de ação, com base na caracterização da área costeira e na identificação de potencialidades e vulnerabilidades realizadas durante a fase de contextualização, e de acordo com as diretrizes dos diversos projetos, planos e programas desenvolvidos na região, serão identificados os objetivos e metas de desenvolvimento sustentável do Paraná, atendendo ao seu zoneamento e segundo as prioridades estabelecidas. As atividades previstas são indicadas na figura a seguir:



Esta etapa tem como objetivo o desenho das ações necessárias para garantir a implementação eficaz do PDS Litoral, bem como os instrumentos de monitoramento e controle das ações institucionais e governamentais e a forma em que se inter-relacionam. Isto permitirá não só a implementação do plano, mas a gestão adaptativa do

mesmo, com base na resposta e nas mudanças observadas. As atividades a serem desenvolvidas para tanto, sintetizadas no quadro a seguir e descritas nos itens subsequentes, visam a elaboração e entrega dos seguintes produtos:

- Produto 10: Relatório do Plano de Ação Inicial (RPAI).
- Produto 11: Relatório de Atividades (RA 04)
- Produto 12: Relatório do Plano de Ação Final (RPAF).

PLANO DE AÇÃO

ATIV.	ITEM	RESPONSÁVEL
401	Zoneamento territorial	Consultoria
402	Definição de programas e propostas de ação	Consultoria
403	Definição de estratégias de financiamento viáveis	Consultoria
404	Definição da estratégia institucional e de gestão	Consultoria
405	Estabelecimento de indicadores de monitoramento e avaliação	Consultoria
406	Elaboração do Relatório do Plano de Ação Inicial (RPAI)	Consultoria
407	Realização da Reunião Técnica 04	ETI / Consultoria
408	Disponibilização do Relatório do Plano de Ação Inicial (RPAI)	Consultoria
409	Realização das Oficinas do Plano de Ação	ETI / EA / Consultoria / Atores locais
410	Audiência Pública do Plano de Ação	ETI / EA / Consultoria / População
411	Validação do Relatório do Plano de Ação Final (RPAF)	Consultoria

2.4.1 Atividades

2.4.1.1 Atividade 401: Zoneamento Territorial

A partir da informação de caracterização da área costeira, e tendo em conta os objetivos gerais e específicos e as metas do Plano de Desenvolvimento Sustentável, serão definidas áreas homogêneas no que diz respeito aos seus valores ecológicos, estéticos, produtivos, paisagísticos, etc., e pelas suas necessidades de gestão. Entre os critérios empregados para definir as zonas, serão empregados os seguintes:

- Presença de habitats ou espécies prioritárias ou de interesse;
- Presença de elementos culturais ou patrimoniais relevantes;
- Estado de conservação dos habitats naturais
- Fragilidade e vulnerabilidade dos ecossistemas;
- Presença de atividades produtivas de sustento para as comunidades locais;
- Presença de infraestruturas chave;
- Valor paisagístico e turístico;
- Presença de usos tradicionais compatíveis com a conservação;
- Estado degradado ou contaminado de uma zona que precisa de ações de restauração;
- Capacidade de proteção e resiliência ante as perturbações.

Com base nos critérios mencionados, serão estabelecidas tipologias de zonas nas quais serão permitidos ou regulados determinados usos, e aquelas que requerem de ações de melhora, investimento ou restauração com vistas à conservação total. Parcial ou compatibilidade com as atividades humanas, e também zonas de amortecimento no entorno das áreas naturais e turísticas de maior valor.

2.4.1.2 Atividade 402: Definição de Programas e Propostas de Ação

Nesta etapa serão definidos os programas e metas de desenvolvimento sustentável para a região costeira do Paraná, de modo a compatibilizar as questões relacionadas aos riscos e vulnerabilidades ambientais e sociais traçadas pelos cenários futuros, e o crescimento sustentável. As ações propostas devem ser agrupadas nos eixos de intervenção estabelecidos, preparando-se uma descrição do seu conjunto, com as seguintes indicações:

- a. Descrição do produto;
- b. Objetivo;
- c. Justificativa;
- d. Descrição da ação;
- e. Prazo de execução estimado (ou previsão de continuidade);
- f. Previsão de custos;
- g. Análise legal (arcabouço jurídico) quanto aos aspectos ambientais, culturais, sociais, administrativo, financeiro;
- h. Fontes de investimentos (nacional e internacional);
- i. Modelo de gestão (público, privado, concessão, parceria público-privado);
- j. Impactos econômicos e sociais esperados na Região;
- k. Impactos na geração de empregos e qualificação;
- l. Análise de viabilidade físico-financeira quanto à sua execução;
- m. Principais atores privados e públicos envolvidos.

O conjunto dos Planos Operacionais deverá gerar um caderno de aplicação, incluindo a respectiva análise de viabilidade físico-financeira quanto à execução de cada um dos planos, bem como seu cronograma físico-financeiro de implementação, considerando, ainda, a estimativa dos investimentos necessários, suas fontes e modo de captação.

Aspectos metodológicos

As ações estratégicas contempladas no Plano de Desenvolvimento do Litoral estão vinculadas à delimitação de zonas funcionais que permitirão o ordenamento territorial do planejamento e da gestão, e orientar, distribuir e regular os usos e as atividades com base nos valores e usos atuais descritos no componente de Contextualização

e na construção dos Cenários futuros. O zoneamento incluirá como mínimo, a distinção entre as seguintes áreas funcionais, de acordo com o Termo de Referência:

- **Zonas funcionais** (existentes e propostas) necessárias para acomodar o crescimento demográfico e econômico projetado pela análise de Cenários Futuros: áreas urbanas, industriais/logísticas, turísticas, de uso público, de preservação natural, de educação ambiental, de esporte e segurança e áreas reguladas.
- **Zonas ambientais ou ecológicas** (existentes e propostas), tais como parques naturais, reservas ambientais, reservas marinhas, florestas, áreas agrícolas, de aquicultura, áreas úmidas, áreas de ecossistemas importantes para as espécies ameaçadas, etc.
- **Áreas vulneráveis às mudanças climáticas**, segundo os cenários futuros planejados (existentes e futuros) incluindo áreas de risco de inundação ou deslizamento, e outros riscos naturais, os sistemas de regulação e salvaguarda, bem como áreas destinadas à implementação de ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.
- **Zonas históricas, culturais e arqueológicas** (existentes e propostas) destinadas à preservação e salvaguarda de valores culturais e patrimoniais e à implementação de estratégias de valorização.
- **Zonas de importância para a melhora da conectividade e sustentabilidade da rede de transporte** (existentes e futuras) para a implementação de instrumentos regulatórios para garantir a comunicação e articulação da área litorânea a longo prazo mitigando ou evitando os impactos ambientais e compensando aqueles que não seja possível evitar.
- **Zonas destinadas ao investimento em infraestruturas chave**, nas que se localizarão as infraestruturas que precisam de investimentos para a melhora e a implantação de sistemas de drenagem, tratamento de efluentes, coleta de águas, tratamento e distribuição, descarte de resíduos sólidos, logística, telecomunicação, saúde, segurança, linhas de energia e outros.
- **Zonas marginais** de baixa renda que precisam de ações de compensação, melhoria dos serviços básicos e investimento para equilibrar as desigualdades.
- **Zonas municipais** que deverão ser tratadas do ponto de vista das suas particularidades ligadas às características dos municípios, no que diz respeito à implementação de áreas verdes, serviços públicos, mobilidade e conservação.
- **Zonas de conservação e aumento da conectividade** (corredores ecológicos), áreas de amortecimento que permitem assegurar a proteção de áreas naturais de alto valor, proporcionando maior conectividade, aumentando a resiliência, reduzindo o “efeito borde” e contribuindo para a comunicação e riqueza paisagística.

- **Outras zonas** ou iniciativas localizadas em pontos concretos.

Assim, o zoneamento visa alcançar os seguintes objetivos:

- Proteger os habitats, ecossistemas, espécies e processos de interesse particular para o desenvolvimento sustentável da área costeira.
- Separar e ordenar os usos e atividades humanas no espaço de forma a reduzir as ameaças para a conservação de valões chave e garantir a compatibilidade dos usos com a conservação.
- Regular e potenciar as atividades humanas que põem em valor os recursos naturais e culturais ligados à área costeira.
- Garantir o sucesso das ações e medidas contempladas no Plano de Gerenciamento melhorando a qualidade de vida das comunidades locais e gerando oportunidades de crescimento e desenvolvimento baseadas na conservação.

A definição de programas e propostas de ação atenderá os objetivos e metas estabelecidos na etapa anterior, fundamentados em uma série de princípios, dos quais detalhamos na continuação os aspectos fundamentais a considerar:

- A proteção dos ecossistemas de forma a garantir as funções ecológicas, a proteção da diversidade biológica e uso dos recursos conforme a sua capacidade de suporte.
- A melhora das condições de vida das populações costeiras, estimulando os usos tradicionais sustentáveis.
- A integração da Zona Costeira com as demais regiões que a influenciam ou que são influenciadas por ela.
- O reforço das capacidades institucionais a nível municipal, tendo em consideração as competências que afetam as questões de maior interesse para os Municípios.
- A regulação das atividades com vistas a minimizar o impacto sobre a Zona Costeira e os ecossistemas de alto valor.
- A recuperação ambiental com critérios ecológicos, das áreas degradadas, adequando o desenho das atuações às diretrizes estabelecidas no zoneamento.

As ações propostas devem ser agrupadas nos eixos de intervenção estabelecidos, preparando-se uma descrição do seu conjunto, com as seguintes indicações:

- Descrição do produto.
- Objetivo.
- Justificativa.
- Descrição da ação.
- Prazo de execução estimado (ou previsão de continuidade).

- Previsão de custos.
- Análise legal (arcabouço jurídico) quanto aos aspectos ambientais, culturais, sociais, administrativo, financeiro.
- Fontes de investimentos (nacional e internacional).
- Modelo de gestão (público, privado, concessão, parceria público-privado)
- Impactos econômicos e sociais esperados na região.
- Impactos na geração de empregos e qualificação.
- Análises de viabilidade físico-financeira quanto à sua execução.
- Principais atores privados e públicos envolvidos.

O conjunto dos Planos Operacionais deverá gerar um caderno de aplicação, onde estarão detalhados os elementos acima relacionados e outros que se mostrem necessários à prática das recomendações estratégicas, à elaboração de projetos específicos e à implementação de ações que ensejem, em seu conjunto, alcançar os resultados do Projeto.

Ademais, deverão constar de tais orientações as parcerias fundamentais e potenciais necessárias ao sucesso desses empreendimentos, apontando-se ali as responsabilidades e seus nível de execução, tanto quanto os modos de se buscar a formalização dos comprometimentos institucionais que viabilizem a execução do PDS Litoral.

2.4.1.3 Atividade 403: Definição de Estratégias de Financiamento Viáveis

Serão elaboradas fichas de investimento específicas para cada uma das ações do Plano de Desenvolvimento Sustentável nas que se contabilizarão os custos de implementação, monitoramento e avaliação, bem como as oportunidades de empreendimento e desenvolvimento de iniciativas locais e as opções de financiamento viáveis para cada ação, detalhando:

- Descrição do investimento;
- Tipo de investimento (obras, infraestruturas, melhora institucional, capacitação, formação, promoção, restauração, conservação, etc.);
- Custos associados à implementação;
- Opções de financiamento, indicando: se são públicas, privadas ou em parceria, as entidades implicadas, as formas de aplicação;
- Os documentos necessários para a aplicação;
- A temporalidade ou periodicidade do chamamento para a apresentação de aplicativos.

Aspectos metodológicos

Para poder implementar as estratégias e ações do PDS Litoral será fundamental ter uma estratégia de aquisição adequada e dimensionada para o custo das diferentes ações, tentando otimizar os recursos disponíveis, mas assegurando uma cobertura adequada dos custos estimados da sua aplicação durante o tempo em que as ações estão programadas.

Portanto, para lograr a consecução dos objetivos previstos através destas ações, serão definidas aquelas estratégias de financiamento viáveis para a implementação do Plano. O foco estará especialmente centrado na captação de recursos de curto prazo, mas também de médio prazo. Estas são algumas das que poderão ser utilizadas para o financiamento das ações previstas:

- Parcerias público-privadas entre diversos municípios, empresas, comunidades locais, etc.
- Procura de possíveis colaborações, tanto públicas como privadas, por parte de fundações e mecenas.
- Linhas de financiamento de projetos relacionados, de forma direta ou indireta, com o desenvolvimento sustentável (em todas ou alguma das suas dimensões: sociais, econômicas e ambientais) por parte da administração a diferentes níveis: nacional, federal, estadual, municipal, etc.
- Linhas de financiamento, tanto públicas como privadas, para associações, cooperativas, produtores ou empresas.
- Consulta de linhas de financiamento multilaterais a nível internacional para instituições e organizações.
- Recursos públicos oriundos dos Bancos de Desenvolvimento do Brasil e da América Latina (CAF).

2.4.1.4 Atividade 404: Definição da Estratégia Institucional e de Gestão

Esta atividade consiste na elaboração de um quadro institucional apropriado para gerenciar a implementação, revisão e atualização do Plano de Desenvolvimento Sustentável, tanto no curto, como no médio e longo prazo. Para isso se estabelecerá um organograma organizativo no qual estejam representadas as partes interessadas para levar a cabo este gerenciamento do Plano de forma participativa e com consenso.

Aspectos metodológicos

A atividade visa a elaboração de estatutos e um protocolo de atuação no qual sejam definidos o seu status jurídico, a composição institucional, o escopo de trabalho, a equipe e o orçamento preciso para o seu funcionamento de forma anual. Além disso, serão definidas as funções principais, de forma que exista uma divisão equilibrada entre elas. Igualmente deverão ser potencializadas as sinergias e relações entre as diferentes entidades ou instituições, para levar a cabo, de forma otimizada, o cumprimento das ações e objetivos propostos.

Deverão estar representados os distintos agentes implicados do território, para a implementação do Plano de Desenvolvimento Sustentável. De forma preliminar a sua composição será:

- Cada um dos 7 municípios deverá estar representado nas distintas áreas, tendo em conta as dimensões do desenvolvimento sustentável: social, econômica e ecológica.
- Representantes estaduais das áreas que abrangem o projeto: turismo, ecologia, unidades de conservação, território, cultura, arqueologia, zonas rurais e urbanas, transportes, etc.
- Representantes das comunidades locais do litoral paranaense.
- Representantes de associações de empresariado turístico do litoral paranaense.
- Associações culturais, ambientalistas, ou implicadas no desenvolvimento do território do litoral paranaense.

Com os contatos de todas as pessoas que formam parte deste Comitê de Gerenciamento será criada uma base de dados. Além da comunicação por meio de e-mail e telefone serão realizadas reuniões presenciais periódicas.

Todas estas medidas facilitarão a gestão do projeto e a estratégia institucional de trabalho dentro do mesmo, de forma que o funcionamento da equipe seja mais organizado.

2.4.1.5 Atividade 405: Estabelecimento de Indicadores de Monitoramento e Avaliação

Esta fase tem por objetivo promover o monitoramento da evolução do projeto, o acompanhamento e a avaliação dos resultados. Com esta finalidade será elaborada uma matriz de indicadores de desempenho do projeto, tendo como linha de base o período inicial dos trabalhos, indo até a sua conclusão. A seleção de indicadores deverá ser realizada de forma participativa com os atores implicados no gerenciamento costeiro e os agentes interessados, compartilhando a visão estratégica proposta para o litoral do Paraná.

Aspectos metodológicos

O mecanismo de acompanhamento e avaliação deverá ser de fácil compreensão tanto para que as informações possam ser visualizadas no site do Projeto, quanto para haver meios de atualizá-las ao longo da aplicação do Plano de Ação.

No marco da elaboração do Sistema de Monitoramento do PDS Litoral serão consideradas as diretrizes estabelecidas pelo Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC) como parte integrante da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) e da Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM). Atendendo ao PNGC II, Resolução CIRM 005/97, além dos instrumentos de gerenciamento ambiental previstos no artigo 9º da Lei 6936/81, que trata da Política Nacional do Meio Ambiente, entre outros instrumentos deverá ser considerado um Sistema de Monitoramento Ambiental da Zona Costeira – SMA-ZC que se constitui na estrutura operacional de coleta de dados e informações, de forma contínua, de modo a acompanhar os indicadores de qualidade socioambiental da Zona Costeira e propiciar o suporte permanente dos Planos de Gestão. No entanto, esse sistema apresenta ainda lacunas importantes no seu desenvolvimento, pelo que a Consultoria desenvolverá um sistema para o monitoramento e avaliação empregando indicadores de sustentabilidade e unidades de medição.

Os indicadores estarão relacionados a todos os aspectos que definem a sustentabilidade da área costeira:

- Capacitação institucional e governança local (integração das políticas e planos, melhora das ferramentas de gestão e monitorização, recursos humanos, implementação de boas práticas, participação da população na tomada de decisões).
- ~Crescimento econômico e correção dos desequilíbrios territoriais (oportunidades, empreendimentos, uso do solo, melhoria da eficiência, pesca e aquicultura, turismo sustentável).
- Qualidade ambiental e de vida (seguridade, saúde e proteção dos recursos).
- Bem-estar social (igualdade, demografia, educação, saúde, cultura e identidade).

Cada um dos indicadores selecionados para a avaliação do cumprimento dos critérios mencionados será avaliado numa escala de acordo com a sua variabilidade e importância (peso), de modo que eles podem ser quantificados. Em qualquer caso, ele garante que os indicadores sejam mensuráveis, alcançáveis, relevantes e monitoráveis (“SMART”).

Para a seleção serão empregadas fontes de consulta disponíveis que poderão ser adaptadas ao contexto do Litoral do Paraná. Entre as fontes disponíveis, a *Sustainable Development Solutions Network* (SDSN), rede criada pela ONU (Organização das Nações Unidas) para mobilizar a sociedade civil, a academia e o setor privado para apoiar o desenvolvimento sustentável, criou uma lista dos 100 indicadores globais de monitoramento dos objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) mencionados no Termo de Referência.



A lista será atualizada sempre que os especialistas concordarem em novos indicadores e métricas para preencher as lacunas identificadas, pelo que o sistema de monitoramento aplicado no Paraná poderá servir para retroalimentar essa base de dados internacional.

O resultado das avaliações periódicas realizadas permitirá corrigir aqueles aspectos que sejam necessários para caminhar rumo aos objetivos e visão estratégica de desenvolvimento sustentável para o Litoral do Paraná, garantindo a gestão adaptativa e a capacidade de resposta ante mudanças acontecidas e a melhoria contínua da gestão. A definição da estratégia de coordenação institucional detalhará os responsáveis para o monitoramento e avaliação e a periodicidade e custo associados a essas ações de seguimento.

2.4.1.6 Atividade 406: Elaboração do Plano de Ação Inicial (RPAI)

A Consultoria elaborará a versão inicial do Relatório do Plano de Ação (RPAI), que apresentará, como resultado das atividades anteriores, um conjunto de planos, programas, projetos e ações, que contenham mecanismos de monitoramento e controle de ações governamentais para cada um dos meios diagnosticados e de forma que se inter-relacionem, por meio de uma matriz de inter-relacionamento.

2.4.1.7 Atividade 407: Realização da Reunião Técnica 04

O Relatório do Plano de Ação Inicial (RPAI) será encaminhado por meio eletrônico à Equipe Técnica Intersecretarial (ETI), para a análise do relatório, com prazo previsto de 7 (sete) dias corridos. Após esse período se realizará a Reunião Técnica 01, entre a ETI e a Consultoria, na qual serão apresentadas pela ETI suas considerações e contribuições em relação ao relatório. A Consultoria disporá do prazo de 7 (sete) dias corridos para a realização dos ajustes necessários, e ao final desse período encaminhará à ETI o relatório revisado para sua validação.

O período previsto para a realização dessas atividades é de 17/09 a 28/09.

2.4.1.8 Atividade 408: Disponibilização do Relatório do Plano de Ação Inicial (RPAI)

Uma vez aprovado pela ETI, o **Produto 10 – Relatório do Plano de Ação Inicial (RPAI)** será disponibilizado para consulta pública através da internet, junto com o material elaborado como informação para consultas públicas, com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência da data de realização das Oficinas do Plano de Ação.

<p>PRODUTO 10 Relatório do Plano de Ação Inicial (RPAI)</p>	<p>Contendo propostas para intervenções físicas, estudos complementares e ações institucionais, de curto, médio e longo prazo, focando nas seguintes áreas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Identificação e localização das zonas funcionais (existentes e propostas) que serão necessárias para acomodar o crescimento demográfico e econômico projetado para a área do litoral; ▪ Zonas ambientais/ecológicas para preservação; ▪ Áreas vulneráveis à mudança climática; ▪ Zonas históricas, culturais e arqueológicas para preservação (existentes e propostas) e instrumentos de salvaguarda e estratégias de valorização propostas; ▪ Rede principal de transporte (existente e proposta) das zonas funcionais do projeto; ▪ Localização de investimentos-chave em infraestrutura urbana nas áreas funcionais do projeto visando apoiar o crescimento da área do litoral; ▪ Identificar áreas informais/de baixa renda para o aprimoramento de programas de desenvolvimento social; ▪ Definição de padrões de desenvolvimento para planejamento urbano voltados à forma de construção, utilização de terra, espaço público, áreas verdes, mobilidade não motorizada, e a prestação de serviços públicos básicos (educação, saúde e esportes); ▪ Identificação de unidades de conservação atuais e futuras e formação de corredores ecológicos e as áreas intocáveis; ▪ Identificação de outras iniciativas que irão apoiar a visão para a área do litoral a longo prazo.
--	--

2.4.1.9 Atividade 409: Realização das Oficinas do Plano de Ação

As Oficinas do Plano de Ação são encontros, com a presença da Equipe Técnica Intersecretarial, da Equipe de Acompanhamento, da Consultoria e de atores sociais locais de maior representatividade, realizados em três municípios (Guaraqueçaba, Matinhos e Paranaguá), e têm como propósito serem qualificadoras e propositivas, de discussão e recebimento de contribuições ao Relatório do Plano de Ação Inicial.

A pauta prevista para as Oficinas de Contextualização, que têm duração prevista de 3 (três) horas, consiste em:

- Abertura da oficina pela Equipe Técnica Intersecretarial;
- Apresentação dos temas mais relevantes pela Consultoria;
- Discussão e acolhimento de contribuições (equipe de mediação);
- Considerações finais e encerramento da oficina pela Equipe Técnica Intersecretarial.

Para cada Oficina do Plano de Ação será elaborada uma ata que deverá ser submetida à apreciação da Equipe de Acompanhamento e, após a realização de ajustes, se houver, validada pela mesma.

Após a realização das Oficinas do Plano de Ação a Consultoria atualizará o RPAI com as contribuições advindas das oficinas, resultando no Relatório do Plano de Ação Consolidado, que contará ainda com a definição do local e listagem prévia dos participantes da Audiência Pública do Plano de Ação.

Além do Relatório do Plano de Ação Consolidado, o Relatório de Atividades (RA 04) conterà, pelo menos, as seguintes informações relacionadas às oficinas de contextualização:

- Lista de presença, contendo nomes, instituição e informações de contato;
- Ata da reunião que contenha a transcrição das contribuições de cada município;
- Relatório fotográficos;
- Relatórios e entrevistas em vídeo;
- Lista dos integrantes da Equipe de Acompanhamento;
- Outras informações pertinentes.

O **Produto 11 – Relatório de Atividades (RA 04)** será analisado pela ETI em até 15 (quinze) dias e o retornará à Consultoria para os devidos ajustes, se necessário, que por sua vez terá um prazo de até 15 (quinze) dias para reapresentá-lo. Uma vez aprovado pela ETI, todo material elaborado será disponibilizado para consulta pública através da internet, ao menos 15 (quinze) dias antes da realização da Audiência Pública do Plano de Ação.

<p>PRODUTO 11 Relatório de Atividades 04 (RA 04)</p>	<p>De cada uma das oficinas do plano de ação:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Lista de presença contendo nomes, instituição e informações de contato; ▪ Ata da reunião que contenha a transcrição das contribuições de cada município; ▪ Relatórios fotográficos; ▪ Relatórios e entrevistas em vídeo; ▪ Lista dos integrantes das Equipes de Acompanhamento (EA); ▪ Outras informações pertinentes. <p>Relatório do Plano de Ação Consolidado:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Relatório do plano de ação avaliado e compilado com as contribuições das oficinas; ▪ Definição do local e listagem prévia dos participantes da Audiência Pública do Plano de Ação.
---	--

Participantes

- I. ETI – Equipe Técnica Intersecretarial (ver Anexo I)
- II. EA – Equipe de Acompanhamento: Oficina 01 – Antonina, Guaraqueçaba e Morretes; Oficina 02 – Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná; Oficina 03 – Paranaguá (Anexo I)
- III. Consultoria (ver Anexo I)
- IV. Outros (ver Anexo I)

Locais

EVENTO	DATA	LOCAL
Oficina do Plano de Ação 01	15/10 a 19/10	Morretes
Oficina do Plano de Ação 01	15/10 a 19/10	Pontal do Paraná
Oficina do Plano de Ação 01	15/10 a 19/10	Paranaguá

2.4.1.10 Atividade 410: Audiência Pública do Plano de Ação

As Audiências Públicas do Plano de Ação serão realizadas em três municípios (Antonina, Guaratuba e Paranaguá), conforme o agrupamento previsto no Item 1.5, e têm como propósito apresentar o Relatório do Plano de Ação para a população, ouvir seus anseios e recolher as contribuições para a construção do Plano.

Participantes

- I. ETI – Equipe Técnica Intersecretarial (ver Anexo I)
- II. EA – Equipe de Acompanhamento: Audiência Pública 01 – Antonina, Guaraqueçaba e Morretes; Audiência 02 – Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná; Audiência Pública 03 – Paranaguá (Anexo I)
- III. Consultoria (ver Anexo I)
- IV. Outros (ver Anexo I)

Locais

EVENTO	DATA	LOCAL
Audiência Pública 01	12/11 a 16/11	Morretes
Audiência Pública 02	12/11 a 16/11	Pontal do Paraná
Audiência Pública 03	12/11 a 16/11	Paranaguá

2.4.1.11 Atividade 411: Elaboração do Plano de Ação Final (RPAF)

Após a realização da Audiência Pública do Plano de Ação a Consultoria incorporará as contribuições pertinentes ao Relatório do Plano de Ação, resultando na entrega do **Produto 12 – Relatório do Plano de Ação Final (RPAF)** que será analisado pela ETI em até 07 (sete) dias e o retornará à Consultoria para os devidos ajustes, se necessário, que por sua vez terá um prazo de até 07 (sete) dias para reapresentá-lo. Uma vez aprovado, a Consultoria deverá disponibilizar todo o material elaborado para consulta pública através da internet.

PRODUTO 12 Relatório do Plano de Ação Final (RPAF)	Consiste no documento resultante da: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Compilação do Relatório do Plano de Ação Inicial (RPAI); ▪ Relatório de Atividades 04: Oficinas do Plano de Ação e Relatório do Plano de Ação Consolidado (RA 04); ▪ Contribuições recebidas durante a Audiência Pública do Plano de Ação. Deverá conter um relato das contribuições e das presenças dos participantes durante a audiência pública.
--	--

2.5 ETAPA 5: CONFERÊNCIA REGIONAL

A Conferência Regional celebra o fim dos trabalhos de elaboração do PDS Litoral e a entrega do documento final. As atividades a serem desenvolvidas para tanto, sintetizadas no quadro a seguir e descritas nos itens subsequentes, visam a realização da Conferência Regional e a elaboração e entrega do Documento Final.

CONFERÊNCIA REGIONAL

ATIV.	ITEM	RESPONSÁVEL
501	Elaboração do documento final do Plano	Consultoria
502	Apresentação e revisão do documento final do Plano	ETI / Consultoria
503	Realização da Conferência Regional	ETI / EA / Consultoria / População

2.5.1 Atividades

2.5.1.1 Atividade 501: Elaboração do Documento Final do Plano

Trata-se do documento consolidado e editorado do PDS Litoral, atendendo plenamente e satisfatoriamente a todos os itens previstos no Termo de Referência do projeto. Além disso, a Consultoria elaborará uma lista sugerindo a quantidade e destinatários das cópias do Documento Final.

2.5.1.2 Atividade 502: Apresentação e Revisão do Documento Final do Plano

A Consultoria apresentará uma prévia do Documento Final para a Equipe Técnica Intersecretarial (ETI), que será analisado pela ETI em até 15 (quinze) dias e o retornará à Consultoria para os devidos ajustes, se necessário, que por sua vez terá um prazo de até 15 (quinze) dias para efetuar as correções solicitadas.

Uma vez aprovado pela ETI, o Documento Final será disponibilizado para consulta pública através da internet, com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência da realização da Conferência Regional.

2.5.1.3 Atividade 503: Realização da Conferência Regional

A Conferência Regional será realizada no Município de Paranaguá, e contará com a participação mínima de um representante de cada setor da sociedade, apontados previamente nesse Plano de Trabalho, e divulgada amplamente por todos os envolvidos.

A Conferência Regional celebra o fim dos trabalhos de elaboração do PDS Litoral e a entrega do Documento Final do Plano.

PRODUTO 13 Documento Final	O Documento Final consiste no documento consolidado e editorado, atendendo plenamente e satisfatoriamente a todos os itens previstos no Termo de Referência.
--------------------------------------	--

Todos os produtos serão escritos em língua portuguesa e entregues em 3 cópias impressas e encadernadas em volume único e 1 cópia digital. O Documento Final será entregue em 20 cópias impressas, 3 cópias em meio digital em formato PDF e 3 cópias em meio digital em formato editável.

Participantes

- I. ETI – Equipe Técnica Intersecretarial (ver Anexo I)
- II. EA – Equipe de Acompanhamento – de todos os municípios (ver Anexo I)
- III. Consultoria (ver Anexo I)
- IV. Outros (ver Anexo I)

Local

EVENTO	DATA	LOCAL
Conferência Regional	21/1 a 25/1	Paranaguá

2.7 AÇÕES DE PARTICIPAÇÃO LOCAL

Os mecanismos de participação para elaboração do Plano precisam ser capazes de superar três obstáculos acentuados:

Identificar / sensibilizar parceiros – As organizações da sociedade civil têm acompanhado muito pouco o debate no âmbito regional, boa parte das organizações decorrem de uma cultura municipalista e territorializada, onde o debate político e intermunicipal não está colocado de maneira regular e consistente.

Superar a cultura assistencialista e de interesses partidários – O Plano poderá atravessar períodos eleitorais repletos de interinfluências nas ações públicas em curso. O forte histórico do controle efetuado por grupos políticos locais traz uma ameaça para a efetiva e franca participação local.

Fragmentação temática e fragilidade institucional das organizações civis – Boa parte das organizações trabalha temas segmentados e de maneira isolada. Poucas associações se arvoram em um debate articulado e institucionalizado. Além disso, há um enfraquecimento do modelo tradicional de participação por antigas organizações civis, em substituição de novos padrões de ingerência e comunicação (democracia virtual).

Nesse sentido a participação almejada demandará um trabalho intenso e contínuo de identificação, sensibilização e mobilização de atores plurais, que se disponha a formular o debate de uma cidadania regionalizada.

Por outro lado, há uma forte demanda por espaços de diálogo e de interação qualificada junto ao Estado. A compreensão predominante no campo civil entende como natural sua interação com a política pública como horizonte fundamental para processos de escala e sustentação. A oportunidade desse espaço e a agenda de impacto cotidiano na qualidade de vida das pessoas muito provavelmente, servirá de atrativo para um conjunto significativo de interessados, de distintas localidades e temas.

Desse modo, o desafio será dar consequência ao processo e efetividade ao diálogo formulado, de maneira que mantenha aquecido o espaço participativo, que se obtenham contribuições qualificadas e onde o elemento participativo seja um pilar do processo de implementação do Plano a ser desenvolvido.

Em situação semelhante, com alguma distinção de estrutura, se encontram as organizações de caráter econômico privado e organizações corporativas, que mantêm relevante presença municipal, mas tímida reflexão regional. Uma distinção importante é que esses segmentos assegurem uma estrutura capilarizada e conectada.

Neste cenário temos como desafio, incorporando o risco e oportunidade, de gerar um novo formato de participação do debate público, mais consequente e concreto, colocando ênfase nas ações regionais, diminuindo a distância da ambiência estadual e ampliando a visão estritamente local. A participação precisa ser estimulada, enquanto o modelo de participação pública precisa ser refundado.

Nos últimos anos, múltiplos esforços têm sido conduzidos em todo o mundo, e também no Brasil, para promover cidades mais sustentáveis. Alguns dos elementos essenciais, entre outros, devem ser desatados como fatores chaves: lideranças, conhecimento e parcerias.

Lideranças com vontade política e coragem para superar obstáculos são essenciais na reformulação da política regional – estejam elas nos governos municipais, nas empresas, em associações de bairro ou organizações da sociedade civil. A dimensão regional permite o acolhimento de expressões originadas por lideranças comunitárias, empresariais, juvenis, temáticas, etc. Manter um foco na participação de “condutores” de processos é uma estratégia a ser adotada.

Informação e conhecimento também são centrais para que a transformação do espaço urbano aconteça. Promover o debate em torno de estudos e pesquisas, lidar com métricas e cruzamentos de dados, por exemplo, permitem formar um retrato da realidade urbana – suas oportunidades e lacunas – e propor soluções que podem ter maior impacto na promoção da qualidade de vida. Além disso, garantir a transparência e o acesso das pessoas às informações públicas é fundamental para a democracia.

Em diversos países, entre eles o Brasil, experiências de trabalho articulado entre os setores público, privado e social têm mostrado um jeito moderno e inovador de criar soluções para as cidades. Mobilizar parcerias e conexões permite potencializar os esforços empregados e aproveitar debates já coletivizados por segmentos.

Assim, a metodologia de participação no PDS Litoral deve estar em consonância com a demanda por novos modelos de governança, canais e espaços de participação social inclusivos, com ampliação da democracia direta, possibilitando ao cidadão e sua institucionalidade influenciar nas discussões e nos processos de tomada de decisão. Neste sentido seguem algumas informações acerca das premissas, estratégias, público chave, mapa de participação, atividades relacionadas especificamente ao Plano de Participação.

Premissas

- A distribuição das atividades deverá estar em consonância com as etapas do Plano em foco (Plano de Trabalho, Contextualização da Região, Construção de Cenários e Visão de Futuro, Plano de Ação e Conferência Regional).
- Deverá ainda estar em estreita relação com as atividades de capacitação, comunicação, monitoramento e avaliação, promovendo uma visão sistêmica e articulada.
- As instâncias de participação deverão ser acompanhadas e validadas regularmente pela equipe da Consultoria para ajustes e aprimoramento.
- O contexto não é favorável à participação, pois o ambiente é de desestímulo de descrença na agenda pública. A crise econômica tem colocado obstáculos na mobilização de agendas coletivas, tanto de segmentos governamentais, quanto da sociedade civil. A mobilização deve ser capaz de superar este cenário adverso.

- Um dos desafios adotados é ampliar a percepção dos ganhos com o avanço de uma governança integrada dos municípios.

Estratégia

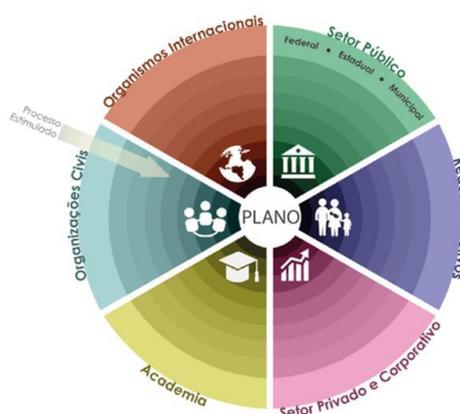
- Estabelecer as instâncias formais de participação permeadas e dinâmicas.
- Incluir mecanismos de participação virtual para membros das instâncias formais de participação e também para o público geral.
- Harmonizar o recorte de segmentos territoriais e temáticos ao longo do desenvolvimento do Plano, combinando espaços de participação com referência nos três elementos.
- Promover iniciativas localizadas nos municípios e simbólicas, visando estimular uma cidadania regional, sem perder a referência municipal.
- Estar atento ao calendário impactante aos processos de mobilização, tais como períodos festivos e eleitorais.
- Estimular ações relacionadas aos temas de destaque regional, entre eles: acidentes naturais, Porto de Paranaguá e turismo de praia sazonal.
- Desenvolver ferramenta tecnológica mostrando a distribuição da participação da sociedade civil na região, indicando seu perfil, área e abrangência de atuação (Mapa de Participação).

Público Chave

- Identificar pontos chave de cooperação com o segmento privado – priorizar instituições com capilaridade regional.
- Identificar pontos chave de cooperação com agências reguladoras estaduais e concessionárias. Articular com organismos vinculados aos eixos centrais do Plano e de amplo impacto na vida cotidiana das populações.
- Identificar pontos chave de cooperação com agências e órgãos federais – promover o diálogo com instituições nacionais relevantes para o desenvolvimento da região (BNDES, Caixa, Porto, etc.).
- Identificar organizações prioritárias acadêmicas – relacionar instituições de cunho acadêmico cujo foco concentre-se em ações envolvendo reflexões regionais.
- Identificar atores da sociedade civil de atuação local e regional – mapear atores da sociedade civil, com atuação local, espalhados nos distintos municípios, bem como de organizações com foco e diálogo regional.
- Identificar atores chave das organizações de classe – articular instituições de reconhecida relevância para intervenções urbanas.
- Identificar mídia local – relacionar os distintos segmentos de comunicação comunitária de forma a cativar estes atores para uma difusão do Plano.

- Identificar pontos focais de participação dos municípios – buscar interlocutores qualificados, nas prefeituras, sobre o tema da participação/gestão, visando um canal direto para participação em eventos/reuniões/diálogo.
- Identificar pontos focais em secretarias e órgãos do governo estadual – estabelecer rede de contatos com órgãos governamentais estaduais para contribuições na reflexão e intervenção no Plano.
- Identificar pontos de referência com legislativo estadual e municipais – estabelecer canal de participação do legislativo para temáticas que envolvam os debates regionais.
- Identificar atores chave nas agências internacionais – estabelecer canal de diálogo com agências internacionais para acompanhamento do Plano (ONU Habitat, PNUD, Banco Mundial, etc.).

A figura a seguir traz uma representação da estrutura geral de participação dos agentes do território no Plano. Este elemento articulador, além de respaldo legitimador, dá aderência à dinâmica das problemáticas a serem enfrentadas, e ao potencial das sinergias a serem efetivadas em escala regional. A participação terá início já na fase deste Plano de Trabalho e, dentro dos processos de elaboração do Plano, se pretende estabelecê-la como locus da consolidação de uma cultura regional permanente, participativa e propositiva, e indutora de ações que resultem em melhoria na qualidade de vida e competitividade sistêmica de um território em articulação.



Mapa de Participação

Elaborar e desenvolver um mapa georreferenciado da participação da sociedade civil na região em estudo, estabelecendo para isso uma tipologia de acordo com perfil associativo, temas prioritários de atuação, marco legal e grau de envolvimento com temas regionais. Espera-se contribuir para visibilidade da atuação comunitária, expansão da participação virtual e acréscimo da mobilização local.

Exemplos de atividades locais que podem ser inseridas (Expansão Geográfica)



- Café com mídia local – exposição itinerante com mídia comunitária (blogueiros e rádios) sobre temas afeitos à região. Uma espécie de informativo e detalhamento sobre o cenário do município.
- Atividade em escolas – mobilização de professores de ensino médio para criação de uma rede de difusão e reflexão, construindo nas escolas murais com conteúdo regional.
- Atividades na praça/espços públicos – ação espontânea de mobilização em pontos de concentração populacional com enquetes e consultas em relação aos temas regionais. Ação articulada à estratégia de comunicação.
- Aula na rua/trem/mar – estímulo à criação de atividades pedagógicas através de visitação guiada e reflexiva sobre os equipamentos regionais, destinado ao público diretamente afetado, acadêmicos e curiosos em geral.
- Atividades formativas – estruturação de atividades formativas direcionadas a gestores municipais e estaduais diretamente envolvidos com o tema regional.

Distribuição das Atividades Previstas (Eventos)

- Fase de Engajamento
 - 01 Reunião Técnica
 - 07 Oficinas Regionais
 - 03 Audiências Públicas
- Fase de Contextualização da Região
 - 01 Reunião Técnica
 - 03 Oficinas Regionais
 - 03 Audiências Públicas
- Fase de Construção de Cenários e Visão de Futuro
 - 01 Reunião Técnica
 - 03 Oficinas Regionais
 - 03 Audiência Pública

- Fase do Plano de Ação
 - 01 Reunião Técnica
 - 03 Oficinas Regionais
 - 03 Audiência Pública
- Fase da Conferência Regional
 - 01 Conferência Regional

O local, duração e programação dos eventos estão definidos no Plano de Trabalho.

No que diz respeito à dinâmica, dentre as alternativas possíveis, deve-se ter como premissa para a escolha que a mesma seja estimuladora de comportamento colaborativo através de atividades e metodologias participativas. A seguir apresenta-se uma possível estrutura para a dinâmica:

- Explicar dinâmica “*World Café*” inspired.
- Dividir a plenária em grupos menores (por exemplo, até 5 participantes).

1ª ETAPA: Brainstorming

- 1) Responder à pergunta (com o número de ideias que quiser), exemplo: “O que é indispensável (o que não pode faltar) na região que desejamos em 2040? (Visão de Futuro).

Registro: post it no flip chart

- Trocar de grupos
 - Clusterização e identificação
- 2) Clusterizar as “visões” dentro dos eixos estruturantes (mobilidade, saneamento, habitação, meio ambiente...).

Registro: post it no flip chart

- Permanecer nos grupos
- Cada grupo escolhe 2 (dois) eixos/grupos de visões e vai desenvolver o “framework” de 2 (duas visões daquele eixo

2ª ETAPA: Desenvolvimento / FRAMEWORK

- 3) “O que precisa acontecer para essa visão se tornar realidade”? (Como podemos alcançar essas “visões”? Que medidas ou ações deveriam ser realizadas para alcançar essa “visão”?
- 4) Como eu posso colaborar para essa solução e/ou quem eu indico para a ação?
(Elencar ainda sugestões livres de iniciativas, cidades inspiradoras ou estudos)

Registro: Framework

3ª ETAPA: Compartilhar os resultados

Registro: Plenária

2.7.1 Instâncias de Participação do PDS Litoral

As instâncias de participação previstas durante o desenvolvimento do PDS Litoral são:

- Oficinas participativas
- Escuta ativa
- Audiências públicas
- Consultas públicas

a) Oficinas Participativas

As oficinas participativas seguem caráter eminentemente propositivo e estão previstas a ocorrer em cada uma das quatro etapas do Plano. Seu objetivo geral é permitir que um conjunto de atores interessados possam contribuir de maneira pública e coletiva para a composição e elaboração do PDS do Litoral, respondendo as demandas formuladas pela equipe técnica contratada ou aportando questões não observados com o destaque desejado.

Sua metodologia e objetivos específicos deverão ser ajustados a cada período do plano estando em consonância com as demandas técnicas ou sociais necessárias e possíveis, para tanto caberá à equipe responsável pelo consórcio executivo propor, avaliar e ajustar as datas e metodologias de acordo com o cenário existente, validando com o comitê de acompanhamento do plano.

Em linha geral as oficinas terão a duração entre 120 e 150 minutos, serão conduzidas pela equipe do consórcio e ocorrerão em local de acesso facilitado para os participantes. As oficinas serão programadas para acolher um público estimado entre 30 e 60 pessoas, com o intuito de reafirmar seu caráter consultivo e eminentemente propositivo.

De um modo geral as oficinas seguirão abrangência sub-regional (assim como as audiências públicas) e servirão de espaço de debates de matérias de interesse de alcance regional. Deverão ocorrer de forma intercalada nos municípios envolvendo equipe técnica, a equipe de acompanhamento e outros atores convidados.

Desta forma, as oficinas do PDS Litoral deverão seguir dinâmicas específicas de modo a adequar-se aos cenários existentes e demandas do Plano, especialmente no que se refere à quantidade de participantes, divulgação, abrangência e metodologia.

Um elemento definidor das próximas atividades do Plano será a identificação do grupo de acompanhamento – definido nas primeiras oficinas do Plano – cuja tarefa consiste em monitorar as ações do plano, contribuindo para seu sucesso.

Em função da ação inédita e a indicação do grupo de acompanhamento, as primeiras oficinas seguirão modelo específico, detalhado a seguir:

Oficinas de apresentação do plano de trabalho e eleição do grupo de acompanhamento.

A realização da rodada de oficinas inicial irá ocorrer separadamente em cada um dos sete municípios abrangidos pelo PDS Litoral, mobilizando atores plurais relacionados aos temas e territórios incluídos no Plano. As oficinas acontecerão em espaços públicos, cedidos pelas Prefeituras, e serão conduzidos pela equipe do Consórcio seguindo metodologias específicas ajustadas a esta fase. As oficinas têm a previsão de duração de aproximadamente 150 minutos, incluindo um período de acolhimento e apresentação, e privilegiando a contribuição dos participantes.

Sendo estas as primeiras iniciativas públicas do Plano serão feitas chamadas públicas através de cartazes, convites eletrônicos, mídia local e contatos pessoais pela equipe do consórcio. Esta convocação ampliada deverá preocupar-se com o equilíbrio na participação dos atores envolvidos.

São dois os objetivos principais planejados para esta primeira rodada:

- Apresentar o Plano de Trabalho, com destaque ao cronograma e descrição das primeiras atividades do Plano;
- Eleição do grupo de acompanhamento municipal.

Ao final da rodada completa das oficinas deverá ser realizado um processo avaliativo para aprimoramento das oficinas futuras.

Oficinas participativas nas fases subsequentes

Cada fase deverá adicionar elementos específicos para a realização das oficinas que deverão ser alinhados regularmente junto ao Governo do Estado, sempre assegurando seu caráter público e participativo.

b) Escuta forte – Entrevistas

Após as oficinas e em articulação com as instituições previamente contatadas (Governo do Estado, Prefeituras, Ministério Público, Academia e sociedade civil) será montado um banco de dados de pessoas, instituições e comunidades a serem buscadas e ouvidas seguindo metodologia ajustada ao tempo e prazos disponíveis.

As entrevistas deverão ocorrer durante todo Plano e perseguirão o objetivo de levantar informações para a elaboração do diagnóstico e visão de futuro, bem como terão o propósito de difundir as atividades contidas no Plano de Desenvolvimento Social.

As entrevistas serão realizadas pela equipe sediada no Paraná com o complemento da presença regular de consultores nacionais e internacionais, e serão realizadas de acordo com as necessidades de informações pertinentes às áreas social e técnica.

As entrevistas poderão ocorrer de maneira oral, por meio de questionários, de forma presencial ou virtual, e ainda de maneira individual ou coletiva. Elas respondem à pretensão de levantar dados e expectativas dos atores envolvidos.

c) Audiências Públicas

As audiências públicas serão realizadas de maneira sub-regional, distribuídas em 3 grupos, a saber:

- Sub região 1: Morretes, Antonina e Guaraqueçaba
- Sub região 2: Matinhos, Pontal e Guaratuba
- Sub região 3: Paranaguá

As audiências públicas encerram cada fase do Plano apresentando materiais e informações sistematizadas naquele período. Possuem a finalidade principal de participar aos diferentes segmentos interessados os resultados e andamentos do PDS do Litoral e esclarecer questionamentos existentes.

Cada audiência deverá seguir finalidade específica e sua apresentação trará o conteúdo sistematizado nas oficinas, nas entrevistas e elaborado pela equipe técnica e será apresentada de maneira regionalizada. São sessões abertas, preferencialmente com transmissão virtual e de duração máxima de 180 minutos.

Nas audiências serão apresentados:

- Plano de Trabalho;
- Contextualização Regional (diagnóstico);
- Construção de Cenários e Visão de Futuro
- Estratégias de Ação

Vale ressaltar que este modelo de audiência pública assume o propósito de fomentar o debate regional, destacando desafios e propostas de caráter sub-regional e regional. Estimular uma percepção regional figura entre os resultados esperados neste trabalho.

As audiências públicas deverão ainda envolver autoridades do Governo do Estado e dos Municípios com a finalidade de avançar nos desafios estabelecidos pelo PDS. Estas audiências públicas não possuem caráter deliberativo e sim consultivo.

Ao final do trabalho será realizado um grande encontro mobilizando os participantes de todos os municípios do litoral paranaense.

d) Consultas Públicas

Esta é uma iniciativa adicionada com a finalidade de captar contribuições individuais e espontâneas para o Plano de Desenvolvimento Social. São iniciativas que serão implementadas de forma continuada ou através de ações pontuais direcionadas a determinados públicos específicos.

Um exemplo de abertura para a participação da população corresponde ao uso de ferramentas virtuais de colaboração, seja pelo site ou uso nas redes sociais, a proposta é manter um canal aberto para recebimento de críticas, sugestões e propostas.

Um exemplo de ação dedicada a públicos específicos são atividades a serem propostas com universidades, montado grupos específicos para colaboração em temas relevantes aos estudos e debates do PDS. Também serve de exemplo a colocação de urnas para contribuições de percepções e avaliações dos moradores das regiões afetadas pelas ações propostas no PDS.

Estas iniciativas serão melhor desenhadas ao longo da implementação do PDS Litoral, de maneira ajustada às possibilidades e prazos disponíveis.

2.8 TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO

Nas últimas décadas tem-se assistido a uma revolução nas tecnologias da informação. O aparecimento da internet trouxe uma dimensão totalmente nova de entender a realidade e a informação. Segundo alguns artigos, hoje o mundo produz cerca de 2.8 zetabytes (10²¹ bytes) de informação, o próprio vocábulo “zetabits” era inexistente há alguns anos atrás. Esta espiral produção de informação tem conduzido profundas mudanças em todos os campos da sociedade, o que tem suscitado por parte de alguns autores a designação de era do conhecimento. No entanto, esta era do conhecimento parece trazer um paradoxo implícito: grandes quantidades de informação gerada e uma dificuldade em transformar esta informação em conhecimento em sentido lato e em conhecimento aplicado em sentido mais restrito. O paradoxo reside no fato que a geração de grandes quantidades de informação não pressupõe a criação de conhecimento, é necessário um tratamento, uma análise e uma visão crítica à informação recolhida, para que seja possível passar da informação ao conhecimento.

É neste contexto que a transferência de conhecimento e programas de treinamento no âmbito do PDS Litoral ganham uma importância redobrada dada a multiplicidade do Tema Regional. São esses programas que vão permitir que se consolide o processo de transferência de conhecimento e que sejam efetivos ao longo do tempo tanto para a equipe do Contratante quanto para os diversos atores/stakeholders envolvidos nas diversas instâncias participativas, ou seja, dado ao paradoxo explicitado no parágrafo anterior será dado o treinamento necessário à transferência de conhecimento da equipe da Consultoria aos envolvidos de forma clara, concisa e adequada no seu volume, com profissionais qualificados permitindo sua perfeita assimilação contanto ainda com as melhores tecnologias utilizadas.

O PDS Litoral pautará a elaboração e implementação de políticas públicas estaduais para o Litoral do Paraná e deverá servir de subsídio para as demais esferas governamentais, iniciativa privada e instituições de ensino e pesquisa, extensão e inovação.

Para tanto, a Consultoria contempla dois tipos de ferramentas principais visando a transferência de conhecimento: (i) desenvolvimento de ferramentas tecnológicas de apoio aos processos de tomada de decisão pelos atores locais; e (ii) elaboração de um programa de capacitação voltado à organização de workshops e encontros de transferência de conhecimento.

2.8.1 Desenvolvimento de Ferramentas Tecnológicas

No marco do projeto, serão desenvolvidas várias ferramentas tecnológicas para comunicação do projeto e como ferramentas de apoio na apresentação dos resultados e para os processos de tomada de decisão no planejamento participativo previsto pelo projeto. Essas ferramentas são indicadas a seguir:

- Criação do site contendo o repositório online de informações do projeto: A Consultoria criará o site do projeto contendo uma base documental com todo tipo de materiais digitais de interesse e de livre acesso, contendo estudos, imagens e material audiovisual coletados no marco do projeto, permitindo o acesso on-line às informações pelo público geral e entidades envolvidas no processo de planejamento participativo do projeto, como uma ferramenta de consulta e informação para todos os participantes da Equipe Técnica Intersecretarial – ETI, Equipe de Acompanhamento – EA, atores locais e sociedade civil geral na área de abrangência do projeto. O site e base documental será desenvolvido em uma plataforma Joomla, com formato amigável para disponibilização das informações e para as ações de comunicação do projeto.
- Sistemas de informação: Uma pessoa informada é aquela capaz de dar sentido a todos os dados difusos que percebe continuamente em seu ambiente; por isso devem ser integrados numa estrutura comum que as interligue e permita a sua contextualização. Um sistema de informação visa colocar no contexto do planejamento as bases de dados disponíveis, selecionar e controlar a qualidade das variáveis mais importantes, estimando as variáveis que não estão disponíveis, mas necessárias, inter-relacionando cartografia e dados estatísticos georreferenciados, documentando as fontes e protocolos de manutenção e organizando o sistema de informação comum de acordo com uma estrutura temática, geográfica e temporal prefixada.
- Modelos de previsão: O objetivo de um modelo de previsão é o de criar novas informações sobre o futuro a partir de informação existente e de um conhecimento sobre o funcionamento do sistema a ser analisado. A utilização de modelos de previsão deve servir para objetivar as avaliações de cenários e estratégias

alternativas. Idealmente, devem ser concebidas como ferramentas interativas (pergunta – resposta – nova pergunta) acessíveis a usuários interessados.

- Modelos de avaliação: Desenvolver um modelo de avaliação serve para objetivar as avaliações de cenários e estratégias alternativas para adotar. O método mais simples de avaliação para a adoção de um projeto ou uma política ou estratégia seria a definição de um conjunto de critérios e indicadores. Os valores destes indicadores devem prosseguir tanto quanto possível dos modelos de previsão das atuações e modelos de impacto no meio ambiente, mas pode haver casos em que não há modelos disponíveis ou confiáveis e é necessário recorrer a valores expertos ou heurísticos. Em qualquer caso, indicadores devem ser explícitos. Para adicionar os valores dos indicadores, é construída uma matriz onde, para cada alternativa de decisão (ou projeto) são listados resultando em valores para cada indicador.

2.8.2 Relevância para o Programa de Capacitação

A transferência de conhecimento e tecnologia de forma planejada, estruturada e controlada é considerada fator crítico de sucesso, por ser pré-requisito fundamental para a continuidade das ações do Plano após o encerramento do contrato com a Consultoria.

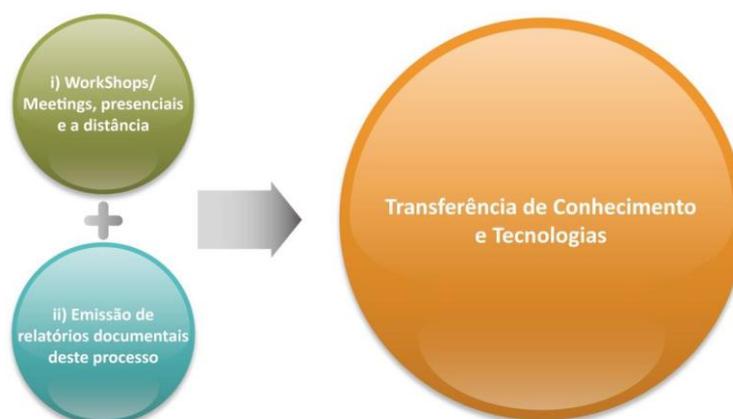
O treinamento e qualificação dos profissionais envolvidos e o aprendizado permanente são as bases para o crescimento e sucesso do empreendimento e das pessoas. Dada a natureza do objetivo proposto, são identificadas três esferas de atuação:

- Fase inicial com o objetivo de informar e esclarecer métodos, fases e resultados esperados.
- Ações que visam transmitir o conhecimento gerado ao longo do processo de análise e construção do Plano.
- Mecanismos que garantam a continuidade dos objetivos e estratégias definidas pelo Plano no futuro.

Cabe deixar bem claro que os eventos previstos ao longo da execução do Plano são diferentes dos “workshops e meetings de transferência de conhecimento” a seguir propostos, os primeiros se referem aos passos executados durante a preparação do plano em suas fases/etapas com o fortalecimento do mecanismo de participação plural, fazendo com que o plano seja construído por “múltiplas mãos”, Governo, Sociedade e Consultoria. O segundo se refere à necessidade de se aproveitar do extenso conhecimento e experiência da empresa de consultoria contratada para a elaboração de um plano desta envergadura para que os agentes públicos e privados diretamente envolvidos possam ser capazes de monitorar e avaliar sua implementação de forma crítica e eficiente ao longo dos anos vindouros no horizonte da implantação do Plano e possam ainda se utilizar deste conhecimento na elaboração de outros planos de interesse do Contratante e dos demais envolvidos.

2.8.3 Metodologia para a Capacitação

O repasse das informações e o método de trabalho adotado pela equipe contratada será realizado durante todo o plano. Serão realizados em duas formas:



Esses workshops/meetings serão realizados para no máximo 10 pessoas, terão a duração de 2h a 4h, dependendo do tema, se desenvolverão ao longo do período de contrato, ao início de cada uma das fases de elaboração do Plano e serão dirigidas pelos especialistas da Consultoria, sendo ministrados à equipe do Contratante e demais agentes envolvidos de modo que sejam apresentados detalhes sobre:

- Metodologia utilizada
- As práticas do sistema de qualidade/análise de riscos/mitigação
- O uso dos softwares utilizados
- E as lições aprendidas

Os relatórios documentais serão emitidos em até 15 dias após a realização do evento (workshop/meeting) no idioma português de forma impressa e na forma digital em mídia DVD-ROM.

Num plano ou programa, a transferência de conhecimento e tecnologia necessita de pessoas, ações e ferramentas que permitam sua adequação operacional a partir do conhecimento adquirido. A principal fonte de conhecimento são as pessoas, razão pela qual é necessário o envolvimento integral tanto dos representantes da equipe da Consultoria quanto dos profissionais do Contratante e demais agentes. Desta forma, a gestão do conhecimento resultará na evolução do modelo de trabalho, através de três linhas de atuação: coleta de informação, análise (transformação em conhecimento) e implementação.

- A primeira linha consiste na coleta de informações, como resultados de atividades, experiências individuais ou outras e registradas em meio eletrônico.

- A segunda linha de atuação consiste na análise da informação, com o objetivo de transformá-la em conhecimento e validação das lições pelos especialistas da equipe da Consultoria, preparando-se então a disseminação da informação no âmbito da UGP. Esta ação é considerada fundamental para garantir que a lição aprendida seja curada e que possa ser facilmente compreendida.
- A terceira linha de ação é a implementação, visando a sua utilização prática.

Também serão fornecidas informações sobre os motivos que levaram à escolha das ações corretivas/mitigações acerca da análise de risco da elaboração do Plano. Cabe ressaltar que a mitigação de riscos e a gestão da comunicação são as atividades encontradas com maior frequência em lições aprendidas nos programas e planos.

O pressuposto é que o conhecimento e a aprendizagem poderão ser compartilhados de maneira a evitar o retrabalho e que o conhecimento dos especialistas da Consultoria possa ser plenamente transferido aos técnicos do Contratante e demais agentes e se perenizem como multiplicadores para outras áreas do Governo.

A transferência de conhecimento e tecnologia ao longo do processo se dará de forma presencial, como nos momentos da realização dos eventos participativos e, se necessário, pela utilização de tecnologias da comunicação (plataformas virtuais e redes de conhecimento) que levem em conta as dificuldades de agenda dos participantes e dos palestrantes.

3 PLANO DE COMUNICAÇÃO E FERRAMENTAS DE COMUNICAÇÃO

O propósito do Plano de Comunicação é fornecer uma estrutura geral para o gerenciamento e coordenação da comunicação que irá, direta ou indiretamente, acontecer como componente do projeto de implementação do PDS Litoral. Ele enfoca os comunicadores, partes interessadas, mensagens, canais de comunicação, mecanismos de feedback e cronograma de mensagens, e esquematiza as ações conjuntas.

O objetivo do presente Plano de Comunicação é dimensionar ações executadas pela Comunicação de forma que a mensagem chegue corretamente ao público-alvo das cidades litorâneas do Estado: Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná, envolvendo todas as fases, compreendidas de 1 a 4 do escopo do PDS Litoral.

À comunicação cabe primar pelo acesso de um público amplo, abrangendo todo o Estado, às notícias de melhorias e desenvolvimento do Litoral, mediante diferentes suportes de comunicação, tais como rádios, jornais, sites, blogs e redes sociais.

Com a implantação deste Plano de Comunicação Integrado, pretendemos instituir um processo que possibilite o diagnóstico da efetividade dos veículos de comunicação e dos produtos divulgados de modo a propiciar a avaliação de resultados e a implementação de medidas de melhoria.

Como público-alvo tem-se: sociedade, academia, poder público municipal, órgãos de classe, organizações não-governamentais, associações e entidades de classe (stakeholders externos). Contempla-se como público-alvo também os stakeholders internos (secretaria e demais órgãos do governo do estado)

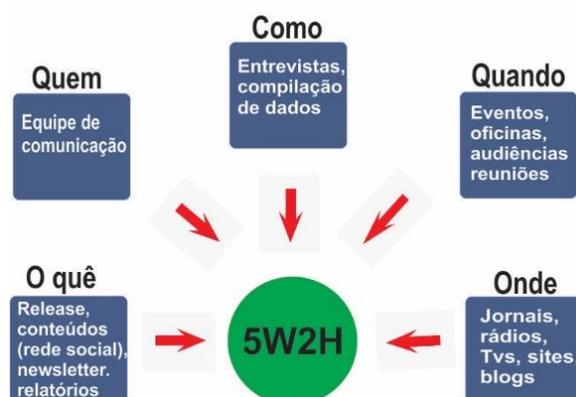
Será adotada a metodologia Matriz 5W2H e processos PMBOK (gerenciamento do projeto de comunicação). Na matriz 5W2H consta a sistemática utilizada pela Comunicação, saber quando será o evento, onde, quem participa, como fazer e o que fazer. Deste modo, o processo flui naturalmente. Seu uso se dará na rotina de trabalho dentro do Plano de Comunicação. O 5W2H sistematiza o processo e a PMBOK gerencia.

Vale salientar que a informação, elemento-chave no processo de comunicação, precisa ser gerada, coletada, interpretada, armazenada e transferida de modo que quem vai recebê-la interprete-a na forma e essência em que foi gerada. Esta linha de atuação será empregada em todos os eventos e seguindo o cronograma em conformidade ao preestabelecido.

Ainda dentro desta premissa e de acordo com o PMBOK), o gerenciamento da comunicação tem as seguintes funções:

- Determinação das necessidades de informações e comunicação das partes interessadas no projeto.
- Colocação das informações necessárias à disposição das partes interessadas no projeto no momento adequado.
- Coleta e distribuição das informações sobre o desempenho. Incluindo relatórios de desempenho.

5W2H - Plano de Ação Comunicação PDS Litoral



O PMBOK é a ferramenta que será utilizada no gerenciamento da comunicação do plano de comunicação. Sua utilização sistematiza o trabalho que deve ser realizado durante o ciclo de vida do projeto e, se necessário, há correção de rotas.

Canais e Ferramentas de Comunicação

Parte integrante do plano de comunicação, o site e a logomarca são também dois componentes da proposta técnica.

Segundo Menshhein (2007), “comunicar-se com os consumidores é essencial para manter o relacionamento ativo e constante”. Kotler e Keller (2006) citam os canais de comunicação como meios pessoais e não pessoais.

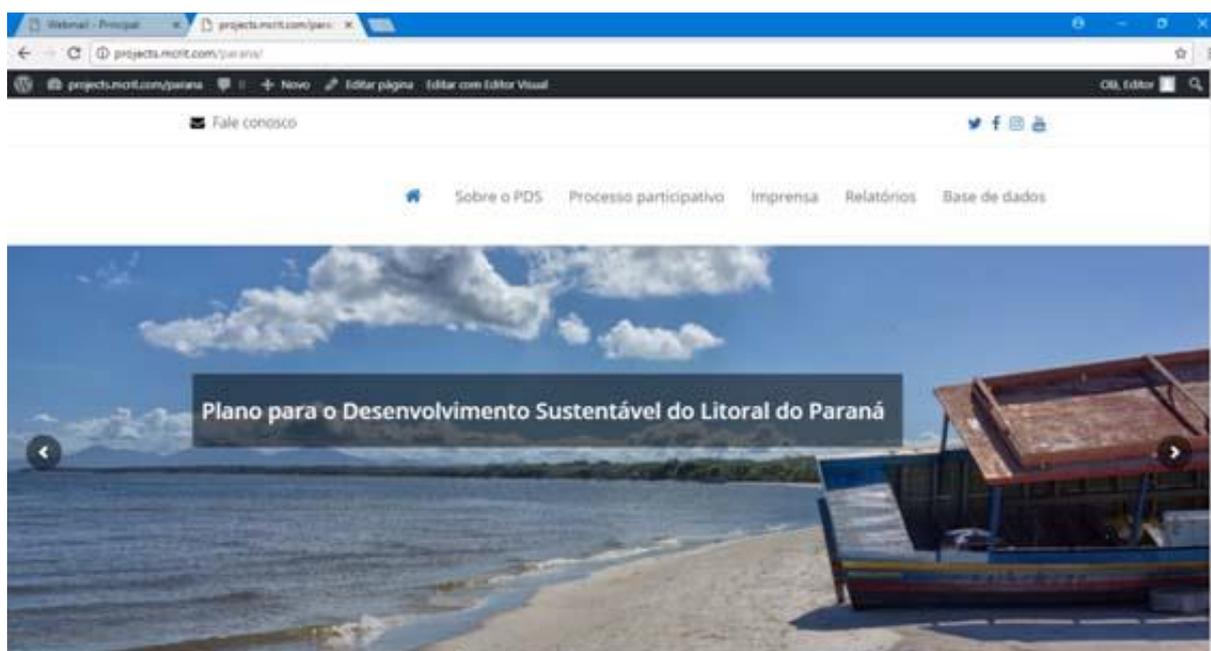
Os canais pessoais envolvem duas ou mais pessoas comunicando-se diretamente uma com a outra. Kotler e Keller (2006) afirmam que a influência pessoal representa um papel especificamente importante, sendo a influência do boca a boca comprovada, e com a modernização dos meios de comunicação ela ficou ainda mais eficiente e disseminador-formadora de opinião. De acordo com Fernanda Sperb (2010), “a internet vem causando uma mudança profunda na forma como as pessoas se relacionam. A tradicional comunicação interpessoal feita através do boca a boca ganhou novas dimensões de alcance, uma vez que as pessoas possuem novos canais para interagir e opinar sobre os mais variados assuntos. A facilidade de acesso à informação, independente de localizações geográficas, e a própria criação da mesma vem tornando os consumidores cada vez mais exigentes em relação à propaganda e ao marketing”.

Site PDS Litoral

Estar conectado à internet é uma necessidade para qualquer empresa. Para o PDS Litoral o site é uma ferramenta de comunicação que tem por objetivo mostrar as ações propostas e as executadas ao longo do período de um

ano. Além disso, toda a arquitetura do site foi planejada pensando no público-alvo, para que possa ter acesso às informações e ao mesmo tempo possa interagir via link FALE CONOSCO.

O site – www.pdslitoral.com – está em fase final de estruturação. Está sendo estudada a melhor forma de identificá-lo com o público-alvo, tornando o nome de fácil assimilação.



A estrutura (arquitetura) do Site PDS Litoral está assim constituída:

Sobre o PDS – Apresenta os Objetivos, Contexto e Parceiros, mostrando total transparência sobre a que se refere o projeto.

Processo participativo – Este link traz informativos dos eventos participativos futuros e o acompanhamento das etapas concluídas e resultados do processo participativo de elaboração do PDS Litoral.

Imprensa – Este link traz as notícias no que concerne às ações executadas pela equipe do PDS Litoral com seus stakeholders (internos e externos). Há também a possibilidade de consultar para leitura a Newsletter PDS Litoral, que será constituída por textos com as ações executadas no período. Sua periodicidade será mensal e todas deverão constar, em ordem do mês, no link. Outro sublink é Fotos, no qual constarão fotos tanto para mera visualização como para uso da imprensa, caso seja solicitado e sempre dando crédito aos profissionais que fizeram a foto.

Relatórios – Os Relatórios de Produtos elaborados ao longo do desenvolvimento do PDS Litoral constarão neste link.

Base de Dados – Nesta base de dados, constituída por Planos, Projetos, Mapas e Estatísticas, estão disponibilizadas as informações compiladas de diversos planos, projetos, estudos e análises desenvolvidos ao

longo do tempo por secretarias do Governo do Estado do Paraná, por Empresas Públicas e Instituições Estaduais e pelos sete Municípios do Litoral do Paraná – Antonina, Guaratuba, Guaraqueçaba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná, entre outros. Este é o link para acesso ao conteúdo direto do PDS Litoral.

Saliente-se que esta ferramenta (site) tem por objetivo o bem informar e ao mesmo tempo serve como instrumento de interação com os públicos-alvo a partir de um canal de comunicação que está aberto, o FALE CONOSCO. A partir do momento em que houver uma mensagem que necessite de resposta, esta será formulada ou pela equipe técnica (se for referente a ela) ou à equipe de comunicação. Jornalistas habilitados responderão dentro das premissas deste plano.

Logomarca PDS Litoral

A concepção da logomarca para o PDS Litoral procurou retratar o Litoral, suas características mais marcantes e potencialidades, levando em conta a diversidade da região e o conjunto de atrações que representam cada município e região, bem como a constatação que não se percebe um único item que represente todo o Litoral.

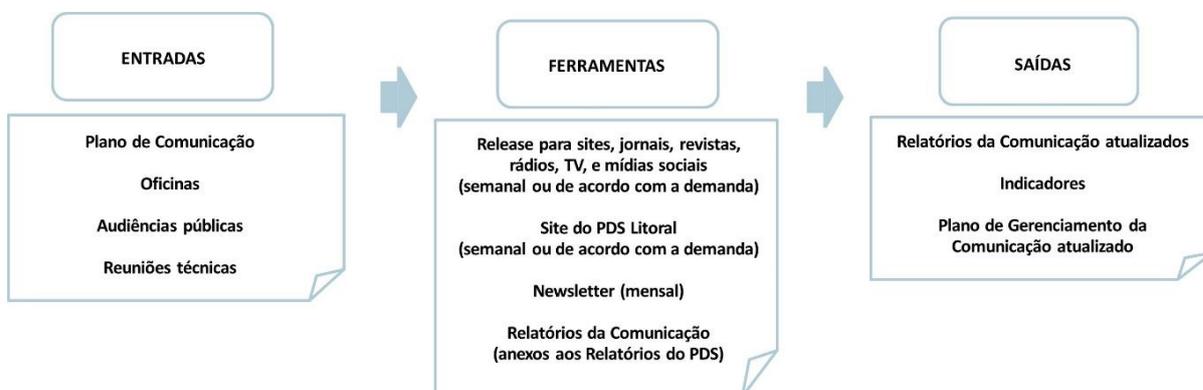


A logomarca proposta tem formato de um círculo colorido que possui ícones que representam todo o litoral paranaense. Foram usadas 5 cores para representar as 5 dimensões abordadas pelo projeto: ambiental, econômica, infraestrutura, institucional e sócio territorial.

Ao primeiro olhar, o círculo colorido aparenta ser só um símbolo abstrato. Porém, quando analisado com mais atenção, é possível identificar os ícones que representam todo o litoral.

Para o texto da logo foram escolhidas fontes e cores mais neutras, para equilibrar com as cores e ilustrações do símbolo, deixando a logomarca harmoniosa.

Processo do gerenciamento da Comunicação



3.7 COMPONENTES DO PLANO DE COMUNICAÇÃO

O Plano de Comunicação será constituído dos seguintes elementos:

- 1) Divulgação das ações executadas em forma de release (texto jornalístico) do Plano PDS Litoral na mídia, composta de jornais, rádios, revistas, TVs, sites e blogs. Destaca-se: Exame, Folha de S. Paulo, agência AE, O Globo, Gazeta do Povo, Bem Paraná, Folha do Litoral, Tribuna do Litoral, Correio do Litoral, Agora Litoral, Litoral do Paraná Notícias (dentre outros); sites – Ambiente-se Sustentabilidade (Estadão), Meio Ambiente (Exame), Envolverde (20 anos e um dos principais do mundo em sustentabilidade), eCycle, Mundo Sustentável (André Trigueiro/columnista da CBN), Blog do Planeta (Época), EcoD, Ciclo Vivo, Paranashop, Indústria e Comércio, Bonde.
- 2) Textos para o site do PDS Litoral para que a população tenha acesso ao andamento dos trabalhos e com isso dê total transparência às ações;
- 3) Divulgação nas Redes Sociais (Facebook, Instagram, Twitter, YouTube) das ações realizadas pelo Plano PDS Litoral;
- 4) Compilação de textos produzidos para que seja gerada a newsletter oficial do PDS Litoral. Para tanto, há que se ter uma plataforma de envio de e-mails e um mailing list.
- 5) Atualização das matérias de cunho jornalístico no link Imprensa do site do PDS Litoral.
- 6) Responder, dentro dos critérios estabelecidos do que cabe à Comunicação, em tempo hábil, os comentários das redes sociais.

Eventos com cobertura da Comunicação

Desenvolvimento de ações para execução dos principais eventos como Audiências, Oficinas e reuniões técnicas. Cabe à Comunicação como ouvinte interpretar o que foi falado, acordado e discutido nesses eventos para, na sequência, transformar em notícia (conteúdo gerado), fonte de informação para todos os públicos. Estão previstas

coberturas nas cidades de Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná.

Além disso, o conteúdo gerado terá sua linguagem adaptada para ser usado nas redes sociais e newsletter.

3.8 EXECUÇÃO DO PLANO DE COMUNICAÇÃO

Para execução do Plano de Comunicação deverá ser implementada uma rede de comunicação composta pela área de Comunicação do PDS Litoral, Governo do Estado do Paraná, prefeituras, mídias (jornal, rádio e TV) e agentes envolvidos. A Comunicação do PDS Litoral coordenará o processo de divulgação por meio do acompanhamento das ações, sistematizando e divulgando os dados oriundos das divulgações. O Governo do Estado do Paraná poderá promover campanha visando estimular a participação das comunidades envolvidas no projeto. As entidades de classe, ONGs e demais agentes envolvidos deverão ser inseridos no processo de divulgação do PDS Litoral a partir do momento em que tiverem à disposição material de comunicação (textos jornalísticos).

3.8.1 Competências no âmbito da rede de comunicação

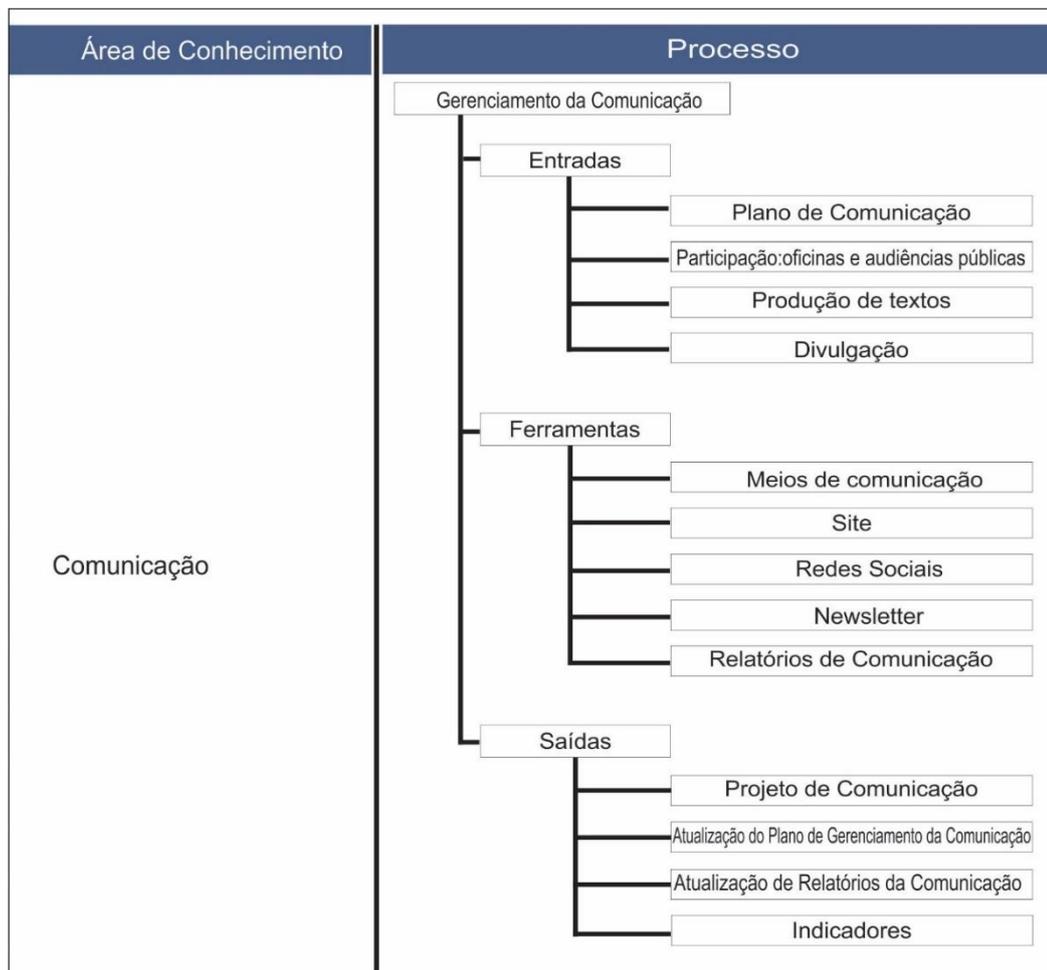
Divulgar o Plano PDS Litoral e suas diretrizes em parceria com o Governo do Estado do Paraná, entidades e atores envolvidos. Para tanto, será necessário produzir conteúdo jornalístico para divulgação na mídia e também disponibilizar este conteúdo no site PDS Litoral.

3.8.2 Cronograma de comunicação

O Plano de Comunicação será executado a partir do mês de janeiro de 2018 com previsão de término em janeiro de 2019.

Evento de Comunicação	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan
Participação em Audiências, oficinas, reuniões técnicas		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Site (produção de textos)		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Redes Sociais		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Imprensa (jornal, rádio, TV revistas, sites, blogs)		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Newsletter		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

3.8.3 Fluxograma de Execução do Plano de Comunicação (PMBOK)



Entradas

Plano de Comunicação – já descrito

Participação: oficinas e audiências públicas – o profissional do jornalismo participará das oficinas e audiências públicas previamente agendadas e em conformidade ao cronograma preestabelecido como ouvinte para poder fazer a matéria.

Produção de textos – cabe ao jornalista a produção do texto ao término de cada evento. Após a matéria pronta, a mesma será liberada para divulgação.

Divulgação – nos canais de comunicação já citados no plano de comunicação. O público-alvo são as comunidades que fazem parte do PDS Litoral.

Ferramentas

Meios de comunicação – jornais, revistas, TVs, rádios, sites e blogs.

Site – no site do PDS Litoral consta um link Imprensa. Lá estarão todas as matérias produzidas pelo jornalismo.

Redes sociais – notas sobre as matérias produzidas pelo jornalismo, bem como informações como dias de eventos (oficinas e audiências públicas) e andamento do PSD Litoral.

Newsletter – envio de informações em boletim digital de periodicidade mensal ao mailing dos stakeholders. Cabe ao cliente, no caso a SEPL, o fornecimento deste mailing.

Relatórios de comunicação – nele constarão o número de matérias produzidas, de entrevistas e número de matérias publicadas.

Saídas

Projeto de Comunicação – supracitado

Atualização do Plano de Gerenciamento da Comunicação – sempre que houver necessidade, como, por exemplo, atingir uma comunidade onde não há luz. Neste caso a comunicação terá uma variante a ser explorada e a questão será debatida entre os envolvidos, ou seja, Coordenação Técnica da SEPL e Consórcio.

Atualização do Relatório de comunicação – os relatórios serão mensais e devidamente atualizados.

Indicadores – fazem parte do relatório de comunicação e terão atualização mensal.

3.8.4 Acompanhamento do Plano de Comunicação

O acompanhamento da execução do Plano de Comunicação será realizado mediante a apresentação de relatórios a serem elaborados pela equipe de Comunicação. Haverá um relatório mensal que será abalizado pela coordenação do PDS Litoral.

Informações que devem compor o Relatório:

- I. Participação em eventos (audiências públicas, oficinas e reuniões técnicas) no sentido de gerar material jornalístico para divulgação na mídia especializada e também em sites, redes sociais e newsletter;
- II. Releases distribuídos (quantidade);
- III. Notícias/matérias veiculadas;
- IV. Gráficos estatísticos acerca da efetividade da divulgação do Plano PDS Litoral a partir dos seguintes parâmetros:
- V. Número de textos jornalísticos produzidos;
- VI. Divulgação alcançada;

VII. Número de entrevistas concedidas.

VIII. Número de views e likes no Facebook bem como comentários. O mesmo vale para Twitter, Instagram e YouTube.

O Relatório será sistematizado pela Assessoria de Comunicação do PDS Litoral.

Os resultados do Relatório visam à avaliação da eficiência da divulgação a partir dos critérios fixados pela área de comunicação e à adoção de medidas corretivas, caso seja necessário.

3.9 GERENCIAMENTO DE NOTÍCIAS

3.9.1 Dos produtos para o público (sociedade civil)

Produto	O quê	Quem	Como	Quando (orientativo)	Onde
Mídia espontânea Contrapartida: reportagens, vídeos	Release – notícias sobre as ações executadas pelo PDS Litoral	Coordenação de Comunicação	Produção de textos jornalísticos (envio à mídia) e demais canais de comunicação	A partir de janeiro	Rádios, TVs, jornais, revistas, sites e blogs
Site PDS Litoral	Conteúdo gerado a partir de releases produzidos	Coordenação de Comunicação		A partir de janeiro	(Nome do site do PDS Litoral)
Redes Sociais	Conteúdo gerado a partir de releases produzidos	Coordenação de Comunicação		A partir de janeiro	(Nome do site do PDS Litoral)
Newsletter	Conteúdo gerado a partir de releases produzidos	Coordenação de Comunicação	Seleção de textos para viabilizar a produção da newsletter	A partir de janeiro	Newsletter oficial do Plano PDS Litoral

3.9.2 Dos produtos para o público (agentes envolvidos)

Produto	O quê	Quem	Como	Quando (orientativo)	Onde
Oficinas públicas Contrapartida: reportagens, vídeos	Release – notícias sobre as Oficinas públicas (dia, hora, local)	Coordenação de Comunicação	Produção de textos jornalísticos (envio à mídia) e demais canais de comunicação	A partir de janeiro	Rádios, TVs, jornais, revistas, sites e blogs
Audiência pública	Release – notícias sobre as Oficinas públicas (dia, hora, local)	Coordenação de Comunicação	Produção de textos jornalísticos (envio à mídia) e demais canais de comunicação	A partir de janeiro	(Nome do site do PDS Litoral)

3.10 COMUNICAÇÃO COM STAKEHOLDERS

A comunicação para direcionar pautas, consequentemente fontes, por parte do governo do estado (stakeholder interno) será via grupo de discussão (representantes da SEPL), coordenação do PDS Litoral e Comunicação. Cabe à SEPL indicar os nomes que farão parte desse grupo, no máximo 3 pessoas, com nome e contato para que sejam agendados via e-mail encontros para discussão de pautas. Saliente-se que a rotina de reunião de pauta, uma vez estabelecida, a cada 15 dias, deverá ser cumprida por todos ou na eventualidade por algum representante no caso de ausência do titular.

Relatórios mensais de desempenho serão enviados aos stakeholders internos para mantê-los informados de todas as ações executadas. Neles serão incluídos: Número de textos jornalísticos produzidos; Divulgação alcançada; Número de entrevistas concedidas, conforme item 3.2.5 acima. Outra ferramenta de informação será a newsletter oficial do PDS Litoral. Terá periodicidade mensal.

Os stakeholders externos terão conhecimento das ações executadas via publicação em jornais, revistas, matérias em rádio e TV e meio virtual (redes sociais). Também estará disponível mensalmente no link Imprensa do site do PDS Litoral a newsletter oficial que terá periodicidade mensal. Além disso, há também a possibilidade de consulta dos relatórios mensais.

3.11 REFERÊNCIAS

MENSHEIN, RAFAEL MAURICIO. (16/11/2007).

http://www.portaldomarketing.com.br/Artigos1/Ferramentas_e_comunicacao_em_marketing.htm

KOTLER, P.; KELLER, Kevin L. Administração de marketing. 12. ed. São Paulo : Pearson Prentice Hall, 2006 – capa vermelha. (Ou Kotler, P., 10. ed., de 2000 – capa azul).

SPERB, FERNANDA COSTA. Comunidades virtuais : a influência do boca a boca on-line no comportamento dos consumidores.

<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/18164>

ANEXO I - ATORES ENVOLVIDOS NA ELABORAÇÃO DO PDS LITORAL

1. ETI – EQUIPE TÉCNICA INTERSECRETARIAL

ENTIDADE

Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL)

Secretaria do Desenvolvimento Urbano (SEDU)

Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (SEIL)

Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA)

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES)

Paraná Turismo (PRTUR)

NOME

Milton de Almeida Barbosa

Patrícia Cherobim

Carlos Augusto Storer

Fernando Domingues Caetano

Fernando Raphael Ferro de Lima

Kamille Tombely Gumurski

Paulínio Heitor Mexia

Gislene Lessa

Julio Takeshi Suzuki Junior

Daniel Nojima

Marilda Keller Zarpelon

Evandro Pinheiro

2. EA – EQUIPE DE ACOMPANHAMENTO

2.1 MUNICÍPIO DE ANTONINA

ENTIDADE

Prefeitura Municipal

Técnico municipal

Técnico municipal

Técnico municipal

Técnico municipal

Técnico municipal

Sociedade Civil

Representante do setor produtivo empresarial

Representante da academia

Representante do Conselho Municipal de Planejamento ou da Cidade

Representante do Conselho Municipal do Meio Ambiente

Representante de organização não governamental

Representante à livre escolha do plenário da oficina de engajamento

NOME

2.2 MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA

ENTIDADE	NOME
Prefeitura Municipal	
Técnico municipal	
Sociedade Civil	
Representante do setor produtivo empresarial	
Representante da academia	
Representante do Conselho Municipal de Planejamento ou da Cidade	
Representante do Conselho Municipal do Meio Ambiente	
Representante de organização não governamental	
Representante à livre escolha do plenário da oficina de engajamento	

2.3 MUNICÍPIO DE GUARATUBA

ENTIDADE	NOME
Prefeitura Municipal	
Técnico municipal	
Sociedade Civil	
Representante do setor produtivo empresarial	
Representante da academia	
Representante do Conselho Municipal de Planejamento ou da Cidade	
Representante do Conselho Municipal do Meio Ambiente	
Representante de organização não governamental	
Representante à livre escolha do plenário da oficina de engajamento	

2.4 MUNICÍPIO DE MATINHOS

ENTIDADE	NOME
Prefeitura Municipal	
Técnico municipal	
Sociedade Civil	
Representante do setor produtivo empresarial	
Representante da academia	
Representante do Conselho Municipal de Planejamento ou da Cidade	
Representante do Conselho Municipal do Meio Ambiente	
Representante de organização não governamental	
Representante à livre escolha do plenário da oficina de engajamento	

2.5 MUNICÍPIO DE MORRETES

ENTIDADE	NOME
Prefeitura Municipal	
Técnico municipal	
Sociedade Civil	
Representante do setor produtivo empresarial	
Representante da academia	
Representante do Conselho Municipal de Planejamento ou da Cidade	
Representante do Conselho Municipal do Meio Ambiente	
Representante de organização não governamental	
Representante à livre escolha do plenário da oficina de engajamento	

2.6 MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

ENTIDADE	NOME
Prefeitura Municipal	
Técnico municipal	
Sociedade Civil	
Representante do setor produtivo empresarial	
Representante da academia	
Representante do Conselho Municipal de Planejamento ou da Cidade	
Representante do Conselho Municipal do Meio Ambiente	
Representante de organização não governamental	
Representante à livre escolha do plenário da oficina de engajamento	

2.7 MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ

ENTIDADE	NOME
Prefeitura Municipal	
Técnico municipal	
Sociedade Civil	
Representante do setor produtivo empresarial	
Representante da academia	
Representante do Conselho Municipal de Planejamento ou da Cidade	
Representante do Conselho Municipal do Meio Ambiente	
Representante de organização não governamental	
Representante à livre escolha do plenário da oficina de engajamento	

2.8 OUTRAS ENTIDADES (lista em construção)

ENTIDADE	NOME
Academia	
Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR	
Universidade Federal do Paraná – UFPR	Eduardo Vedor de Paula
Pontífice Universidade Católica – PUC	Leticia
Universidade Federal do Paraná – Campus Litoral	
UFPR Litoral	Tiago
Universidade Federal do Paraná – Campus Pontal do Paraná – Centro do Mar – UFPR CEM	Daniel Telles
Instituto Federal do Paraná – IFPR	Roberto Teixeira Alves
Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR	
Organizações não governamentais	
Observatório de Conservação Costeira do Paraná	Dailey Fisher
Observatório Social (Paranaguá)	
Observatório Social (Morretes)	Sônia Regina Carzino
Mosaico Lagamar	Paulo Roberto Castella
Mar Brasil (observatório costeiro)	Juliano Dobis
SPVS	Clovis Ricardo S. Borges
Mater Natura (observatório costeiro)	Dailey Fisher
Ciminelli&Maranho Consultoria Socioeconômica (Observatório Costeiro)	Rossana Ciminelli
Observatório de Conservação Costeira do Litoral do Paraná	Maria Cecília Abbud
Ademadan	Cleonice da Silva Cordeiro
Centro Marista	Julio Cesar Ponciano
Fundação Boticário	Marion
Organizações comunitárias	
Associação dos Nativos da Ilha do Mel e Moradores Tradicionais da Bacia de Paranaguá - ANIME	Marcinho
MOPEAR	Claudio Araujo Nunes
Cooperativa de base comunitária	Sueli Santos
Associação de produtores de orgânicos	Sr. Francelino
Liderança caiçara no CPICT/PR (1)	Jorge da Silva França
Liderança caiçara no CPICT/PR (2)	Zuleide dos Santos
Liderança pescadores artesanais no CPICT/PR	Amarildo das Neves Alves
Conselhos de classe	
Conselho Federal de Administração – CFA	Marcelo Dias (Delegado da Seccional Paranaguá)
Ordem dos Advogados do Brasil – OAB	Ricardo Navarro
Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU	Antonio Carlos
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA	
Conselho Regional de Biologia – CRBIO	Ana Paula - gerente administrativa
Federações	
Federação das Indústrias do Estado do Paraná – FIEP	Edson Luiz Campagnolo
Federação da Agricultura do Estado do Paraná – FAEP	Agide Meneguette
Ministério Público	
Centro e Apoio Operacional do Meio Ambiente	
Coordenação Geral da Rede Ambiental	

Coordenadoria Regional da Bacia Litorânea	Priscila Cavalcante
Promotoria de Justiça – Comarca	
Ministério Público Federal	
Outros	
Programa de Cidades do Pacto Global da ONU	
Agência de desenvolvimento...	
ADETUR – Litoral	Rafael Andreguetto
Associação Brasileira de Bares e Restaurantes – Abrasel	
CORDRAP - Conselho de Desenvolvimento Rural, Pesqueiro e do Artesanato do Litoral	Haroldo Ferreira de Carvalho
FUNAI	
ICMBIO	Caio Pamplona
IPHAN	José Lautner
Polícia Ambiental	Major Fernandes
SPU – Superintendência do Patrimônio da União	Lucie Mara Pydd Winter / Ana Carolina Ferreira de França (suplente)
Capitania dos Portos	
IAP	Guilherme de Camargo Vasconcellos
Parque Nacional Guaricana	Luis Faraco
Parque Nacional Superagui	Mitzi Silva
Parque Nacional Saint-Hilaire/Langué	Rodrigo Filipak
SEBRAE	
SEAB	Paulo Roberto Christoforo
CMDR/AMANTANAL	Clairval Luiz Breda
Núcleo Regional de Educação – NRE	Clérys A. Evangelista
Núcleo Regional de Educação – NRE	Marilena A. S. Caetano
EMATER Antonina	Luis F. P. Martin
EMATER Guaratuba	Rodrigo Aguiar da Silva
EMATER Matinhos	Sergio Machado
EMATER Paranaguá	Satoshi Osmar Nonaka
EMATER Pontal do Paraná	Antonio Carlos Gerva
EMATER	Charles F. M. Peixoto

3. CONSULTORIA

EQUIPE

Representante legal do Consórcio

Equipe Chave

Coordenação e Macrozoneamento Regional
Direito Urbanístico e Ambiental
Infraestrutura – Sistema Viário e Transportes
Recursos Hídricos e Meio Ambiente
Estruturação Social

Mediação e Tratativas com a Comunidade

Equipe de Suporte

Engenheiro Civil
Biólogo
Economia e Finanças
Especialista Socioeconômico
Especialista em Turismo
Especialista em Geoprocessamento
Especialista em Patrimônio Artístico e Cultural
Esp. em Estatística e Projeções Demográficas

Equipe de Apoio

Especialista em Logística
Esp. em Planejamento do Território e Mobilidade
Esp. em Sistemas de Informação
Especialista em Com. Social e Mídias Sociais
Especialista em Modelagem e PPPs
Especialista em Gestão Pública
Especialista em Habitação e Equip. Sociais
Especialista em Monitoramento e Avaliação

Consultores

Engenheiro Civil
Técnico Informática
Engenheiro Civil
Engenheira Civil
Engenheiro civil
Arquiteto e Urbanista
Arquiteta e Urbanista
Engenheiro Ambiental (geoprocessamento)
Arquiteto e Urbanista

Comunicação

Jornalista
Jornalista

NOME

Judith Muntal Vásquez

Taco Roorda
Nereo Cardoso
Andreu Esquius
Fernando Lopez
Verônica Ferreira
Pedro Strozemberg

Gustavo Coelho
Patrícia Casal Rodriguez
Guilherme de Oliveira
Andreu Ulled / Rafa Rodrigo
Eduardo Martinez Dominguez
Natividad Franco Cherta
Lorena López Hermida
Grazia Burman

José Marcos Souto
Andreu Ulled / Oriol Biosca
Ramón Catala
Anabela Paiva
Charles Schramm
Alexandre Weber
Ivo Freire
Carlos Aquino
Antonio Alberto de Camargo Neves
Antonio Junior Alves Ribeiro
José de Ribamar Souza
José W. Ferreira do Nascimento
Marina Cabreira Bastos
Rui Santiago de Souza
Cid Blanco
Maria Fernanda Incote Teixeira
Marcelo Zotet
Maurício Maas

Márcia Campos
Heverson Bayer

ANEXO II – RELATORIA DA REUNIÃO PLENÁRIA E REUNIÕES TEMÁTICAS DE 30 E 31 DE JANEIRO DE 2018

Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná

Relatoria de reunião

Plenária Geral

Data: 30/01/18 09:00

Local: Secretaria de Planejamento, Sala de Situação, Palácio das Araucárias, 4º andar

Consórcio contratado:

Judith Muntal (Representante do Consórcio de Empresas de Consultoria), Taco Roorda (Coordenação e Macrozoneamento), Maria Fernanda Incote Montanha Teixeira (Assistente de Coordenação e Macrozonamento), Nereo Cardoso (Direito Urbanístico e Ambiental), Cid Blanco (Habitação e Equipamentos Sociais), Pedro Strozemberg (Mediação), Oriol Biosca (Infraestrutura de Transporte e Logística), Marcia Campos (Comunicação), Heverson Bayer (Comunicação), Manoel Figueredo (Projeções Demográficas e Economia), Eduardo Martínez (Recursos Hídricos), Patricia Casal (Meio Ambiente e Turismo), Emanuel Maciel (Saneamento, Resíduos Sólidos e Efluentes), Barbara Bravo de Moraes Mendes (Social), Marcelo Zolet (Cartografia e Geoprocessamento), Mauricio Maas (Mediação).

Governo do Estado do Paraná:

Julio Suzuki (IPARDES), Danielle Prim (ITCG), Homero Leite Pereira (SEPL), Jorge Guerra (SEPL), Mauricio Lunardon (SEAB), Marta Yosaie Takahashi (Paraná Projetos), Deise Bezerra (Paraná Turismo), Marilda Zarpelon (Paraná Turismo), Evandro Pinheiro (Paraná Turismo), Katia Pimentel (Paraná Projetos), Patricia Atherino (Paraná Projetos), Tobias Prando (CDG/SEPL), Sônia Maria dos Santos (SEPL), Gislene Lessa (ITCG), Fabricio Miyagima (SEPL/CDG), Nestor Bragagnolo (SEPL/EDG), Daniel Nojima (IPARDES), Carlos Storer (SEDU/Paranacidade), Antonio Sergio (SEED), André Godinho (SEJU), Regina Bley (SEJU), Evandro Razzoto (SETI), Aimoré Arantes (SEEC), Rejane Karam (SEIL), Jessica Bettega (SEPL/CDE), Noé U. dos Santos (SEPL/CDE), Douglas Marques (SEJU), Glauco Lobo (DER), Clovis Ultramar (SEMU), David Pierin (Paranacidade), Luiz Rodrigo Grochocki (SESP/EP), Ana Skrepka Brunetto (SEPL/CCP), Fernando Raphael Ferro de Lima (SEIL).

Pauta:

- ABERTURA: 10 MINUTOS SEPL - Fabricio Miyagima: Apresentação dos Grupos Temáticos (TR), Dimensões a serem abordados, apresentação dos representantes por parte do Estado e apresentação de consultores por parte do Consórcio.
- APRESENTAÇÃO PLANO DE TRABALHO: 20 MINUTOS (Consórcio) – Apresentação
- APRESENTAÇÃO TEMÁTICA 01 - SÓCIO TERRITORIAL: 20 MINUTOS APRESENTAÇÃO + 10 MINUTOS PARA CONSIDERAÇÕES SEDU – Carlos Storer: Questão territorial e ordenamento do solo, Planos Diretores dos municípios do Litoral, decreto 2722
- APRESENTAÇÃO TEMÁTICA 02 - AMBIENTAL: 20 MINUTOS APRESENTAÇÃO + 10 MINUTOS PARA CONSIDERAÇÕES ITCG – Gislene Lessa: ZEE – Zoneamento Ecológico Econômico: Linhas gerais do ZEE. Dificuldades e aplicações.
- APRESENTAÇÃO TEMÁTICA 03 - INFRAESTRUTURA: 20 MINUTOS APRESENTAÇÃO + 10 MINUTOS PARA CONSIDERAÇÕES SEIL – Fernando Ferro / Glauco Lobo: Projetos previstos no litoral: EVTEA Ponte de Guaratuba, Faixa de Infraestrutura, Nova Descida da Serra, Acesso à Antonina, Pavimentação Guaraqueçaba, Portos de Antonina e Paranaguá.
- APRESENTAÇÃO TEMÁTICA 04 - ECONOMIA E QUESTÃO SOCIAL: 20 MINUTOS APRESENTAÇÃO + 10 MINUTOS PARA CONSIDERAÇÕES IPARDES – Julio Suzuki: Demografia, economia e questão social do litoral. Panorama geral do litoral.
- APRESENTAÇÃO TEMÁTICA 05 - TURISMO: 20 MINUTOS APRESENTAÇÃO + 10 MINUTOS PARA CONSIDERAÇÕES SEET / PR TURISMO: O turismo no Litoral do paraná: O que é necessário para ele se desenvolver? PDITS e ações necessárias no litoral.

DISCUSSÃO

Juraci Barbosa Sobrinho (Secretário de Planejamento e de Coordenação Geral do Estado do Paraná):

Abre a reunião plenária, destacando a importância do trabalho para a sociedade Paranaense e principalmente a do Litoral. Pediu ponderação, foco no homem e cuidado com a conservação ambiental. Definiu o PDS Litoral como um projeto com visão de Estado.

Fabricio:

Abre as atividades com a explanação da pauta da reunião, estabelece 10 minutos para perguntas ao final das apresentações. O objetivo é alinhar todas as dimensões para que a o consórcio de consultoria entenda a visão do governo para cada dimensão temática no contexto do litoral. Convite aos presentes na plenária para a participação nas reuniões temáticas subsequentes.

Hoje mais de 80% do território é reservado à conservação ambiental, sem contar o vasto patrimônio histórico e cultural. Atividade portuária em Paranaguá torna o Paraná o 2º maior exportador de grãos do Brasil. Turistas aumentam quase 400% a população durante a temporada. Guaraqueçaba apresenta um dos IDHs mais baixos do Estado do Paraná. Muitos conflitos a ser resolvidos. Por causa da localização próxima às reservas do pré-sal há o interesse da iniciativa privada para instalação e investimentos em Pontal de Paraná.

Recentemente estão acontecendo no litoral uma retomada de ambientação do complexo portuário, além disso existem os investimentos públicos: a engorda da praia de Matinhos, a ponte de Guaratuba, os novos portos privados, faixa de infraestrutura – trazendo grandes impactos.

Qual é o futuro do litoral? Que litoral nós queremos? Em 2011 foi criado o decreto que estabelece a elaboração desse plano (PDS Litoral). Observou-se a necessidade de contratar uma empresa de consultoria. Esse projeto é 100% financiado pelo Banco Mundial.

O grande objetivo, agora, é discutir o plano abordando as temáticas ambiental, sócio territorial, econômica, institucional e de infraestrutura em um ano. Discutir o futuro da região e estabelecer diretrizes e ações estratégicas para o litoral.

Os desafios do Plano: o primeiro desafio é conscientizar as pessoas, segundo desafio é compilar as informações (como vai lidar e como vai compilar), terceiro é a questão dos conflitos das discussões polêmicas (implantar ou não o porto, a ponte de Guaratuba, a pavimentação da estrada para Guaraqueçaba).

Porque fazer mais um plano? Conscientizar as pessoas da importância do plano e engaja-las a participar no plano. Teremos reuniões temáticas, oficinas participativas com prefeituras e instituições da sociedade civil, audiências públicas, por fim uma grande Conferência Regional. Grande Desafios para a empresa de consultoria: Compilar todas as informações. O consenso é difícil, mas almejamos uma proposta equilibrada.

Judith Muntal:

Somos um consórcio de 4 empresas, 2 brasileiras e 2 espanholas que forma o Barcelona Brasil Group. A empresa Quanta é multisetorial. MCRIT é uma empresa que trabalha a criação de cenários e desenvolvimento de ferramentas tecnológicas. A Hidria trabalha as questões ambientais. Essa equipe de técnicos estrangeiros e externos ao Paraná é complementada com equipe de especialistas locais, que tem afinidade com as idiossincrasias locais: Taco Roorda é o coordenador do Plano, Maria Fernanda é assistente de coordenação local, e Maurício é apoio à mediação de conflitos.

Inicialmente foi contratado para a mediação apenas o Pedro, que é especialista em conflitos. Mas foi entendido que seria necessário mais apoio, por isso foi contratado o Maurício que será um apoio à mediação e haverá mais 1 articulador local e 3 mobilizadores. Também faz parte uma equipe de comunicação, que divulgará o andamento dos trabalhos, e trabalhará o diálogo com a população e atores.

Apresentação individual dos participantes da plenária

Taco Roorda

Apresentação do Plano de trabalho inicial pela equipe de consultoria.

O Plano de trabalho será encaminhado ao governo para receber contribuição para sua construção e finalização. Trata de aspectos iniciais, e foi elaborado com base no termo de referência e na proposta técnica.

O PDS é um projeto multissetorial para o desenvolvimento do Litoral do Paraná, com objetivo geral de estabelecer diretrizes conduzindo para um conjunto de ações estratégicas.

Princípios de trabalho: envolvimento institucional, processo de participação ampliado institucional, comunitário, associações, população.

Procedimentos metodológicos: proposta construída com base no termo de referência, arcabouço de instrumentos legais existente, normas, planos setoriais, planos diretores, o amplo conjunto de trabalho já elaborados para o litoral. ZEE, O que foi preconizado pelo Ministério da integração, Estatuto da Cidade, Conselho Nacional.

Apresentação do organograma institucional do PDS.

O papel da Equipe Técnica Intersecretarial é de avaliar e contribuir para a qualificação dos produtos, validando-os ao final. Acompanhar o plano, receber os produtos, discutir o conteúdo dos produtos e oferecer contribuições.

São 4 etapas de produção e a quinta é a Conferência Regional.

Cada etapa prevê a construção de um documento inicial, um relatório de atividades produzido durante a etapa de discussão e um relatório final que é apresentado em audiência pública.

Construção de cenários para ajudar na tomada de decisões, matriz SWOT.

Estamos propondo o agrupamento de municípios por suas semelhanças: Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná / Morretes, Antonina e Guaraqueçaba / Paranaguá.

Será apontado pela consultoria um articulador local que ficará situado em Paranaguá para ajudar com o processo de comunicação com a população local, trabalho ligado estreitamente com a coordenação do plano.

Durante todo o Plano haverá o acompanhamento por uma empresa de comunicação, nessa etapa do Plano de Trabalho estará incluído o Plano de Comunicação.

Equipe-chave, equipe de apoio, conjunto de consultores e equipe de comunicação.

Regeane (SEJU): Após a conferência regional final, haverá a incorporação das propostas que surgirem na finalização do Plano?

Taco: As contribuições que são pertinentes serão incorporadas no PDS antes da conferência regional. Poderá ser produzido um anexo com as contribuições recebidas na conferência regional. Depende do tipo de contribuição e do impacto sobre o plano.

Deise (SETUR): No agrupamento das temáticas apresentadas hoje, o turismo está junto com a Secretaria da Cultura e Secretaria da Justiça. O turismo perpassa todas as atividades, como será pensada a cadeia produtiva do turismo, não apenas como entretenimento e lazer? O litoral precisa do turismo como uma questão econômica. É importante essa visão.

Fabrizio: Uma falha, deveriam ter sido convidados para a reunião econômica. Lembrando que todos estão convidados às reuniões temáticas, que são abertas a todos.

Carlos Storer (SEDU-PARANACIDADE):

Começando pelo embasamento legal, temos a Constitucional Federal de 1988, com capítulo tratando da Política Urbana. Em 2001 vem o Estatuto da Cidade, e em 2015 o Estatuto da Metrópole – aglomerações urbanas e microrregiões urbanas. Matinhos, Guaratuba e Pontal do Paraná são conurbadas. O mesmo ocorre em relação a Morretes e Antonina. Já Guaraqueçaba é mais isolada, ligada à Paranaguá por via marítima e Antonina por via terrestre, com todos os problemas envolvidos.

As áreas urbanas no litoral são restritas, para impedir que cresçam com baixa densidade e desordenadamente. Economia e deseconomia da aglomeração

O decreto 2722/1984 define as condições para áreas de aproveitamento turístico com zoneamento de regras de uso e ocupação a partir da linha média de preamar, uma série de requisitos com ênfase turística e aspectos ambientais.

O decreto 5040/1989, que define o macrozoneamento da região do litoral Paranaense. Revogado foi revogado em 2017 somente para Pontal do Paraná.

Logicamente o PDS poderá prever a alteração de decretos e legislação.

O decreto 1861/2000 é específico para Paranaguá. Uso e ocupação do solo para Paranaguá, com zoneamento.

ZEE PR deve ser levado em consideração. O município de Paranaguá questiona alguns aspectos do ZEE, que constam por escrito no Plano Diretor do município.

Zoneamentos das áreas retroportuárias, em função dos interesses portuários, devem ser equacionados. Os municípios perguntam o que deve prevalecer PDZPO ou Plano Diretor do Município? É a cidade que tem um porto ou o porto que tem uma cidade? Por isso a importância da mediação de conflitos.

PD de Antonina é de 2008, o prazo máximo dele vence agora em 2018. Ao longo do PDS estará discutindo seu PD. Não foi aprovado no pleno do COLIT o de 2008 ainda. Para que os PD dos municípios do litoral tenham validade, devem ser aprovados no pleno do COLIT.

PD de Guaraqueçaba também vence em 2018.

PD de Guaratuba é de 2005, já venceu os 10 anos. E está em revisão não concluída, problemas com ministério público.

PD de Matinhos é de 2006, seu prazo de revisão já venceu e está em revisão apresentando problemas com Ministério Público.

PD de Morretes é de 2011, mas não foi aprovado pelo pleno do COLIT.

PD de Paranaguá é de 2007, já vencido, está em revisão.

PD de Pontal do Paraná é de 2007 e atualmente está em revisão.

A Lei estadual 15.229/2006 estabelece condição para que os municípios acessem recursos do Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná – SFM, SEDU/PARANACIDADE e Fomento Paraná diretrizes para o estado do PR. Exige que os municípios tenham PD para que se habilitem para recursos financiados pelo Estado. PAE PDM foi uma alternativa paranaense para atender ao Estatuto da Cidade e suas diretrizes e previsão de prioridades que devem ser incluídos no PPA, LDO e LOA. Isso faz com que as equipes de urbanismo e do financeiro conversem. Até por força da legislação estadual, os Planos Diretores dos Municípios têm um conteúdo que pode contribuir.

Turismo: No litoral há uma região coordenada com o IGR, que coordena as ações com os municípios. É importante a participação do IGR no PDS.

Mario figueiredo: Pressão imobiliária, desmatamento. Possível criação de “favelização” próxima ao novo porto, assim como as pessoas que foram ao local para a construção de Itaipu e não tiveram opção de habitação posteriormente, gerando ocupações irregulares.

Gislene Lessa (Diretora de Geomática) e Danielle Prim (ITCG e coordenação do ZEE):

Destaque para a diversidade brasileira, biodiversidade, imigrantes, mosaico diverso no país e no estado.

Por se fazer um ZEE? Exigência pela legislação federal. Legislação estadual vincula a elaboração e coordenação do ZEE à SEMA.

Foi definida uma Comissão executora do ZEE, o Paraná não tinha recursos alocados para a elaboração do ZEE, as atividades foram feitas dentro de suas instituições de origem.

Destaque para o esforço dos técnicos de cada instituição/secretaria, que não se licenciaram de suas tarefas e a elas somaram a tarefa de elaboração do ZEE.

Desde 2002 já se falava em ZEE. Em 2010/2011 foi iniciada a elaboração do ZEE. Não havia metodologia pré-estabelecida, a construção foi gradual e com poucos recursos, de forma interna, durante dois anos.

O ZEE foi publicado e precisa ser implantado.

A coleta de dados primários do PDS pode acrescentar muito às informações já coletadas para o ZEE, que não teve esse tipo de pesquisa.

O mapeamento está na escala 1:50.000 – compatível com a escala regional a que se propõe. Foram feitas duas oficinas institucionais e acolhimento de sugestões dos presentes em 2011. Foram feitas reuniões de deliberação em 2013. Em 2016 o ZEE foi finalizado e publicado em formato impresso e digital.

O ZEE coletou bases cartográficas com todas as instituições parceiras.

O zoneamento de ordenação proposto pelo ZEE não pode entrar nas áreas com Plano de Manejo (UCs).

O macrozoneamento do litoral coordenado pelo Ipardes da década de 1980 (decreto 5040/1989), também está disponível para download no site do ITCG.,

Está acontecendo a finalização do ZEE-Paraná, na escala 1:250.000, em 3 livros.

Destaque para a importância da mediação de conflitos nas questões ambiental, social, econômica e de desenvolvimento. “Não queremos que aconteça um cabo de força porque se arrebentar todos se machucam”. Equilíbrio e convivência em harmonia, debate com ponderação e racionalidade.

Na época não havia a varredura por radar das áreas de riscos e desastres. Subprodutos de qualidade podem ser elaborados a partir dessas imagens que estão disponíveis no ITCG.

Gislene: Durante a elaboração do ZEE, tivemos problemas porque as informações às vezes não chegaram, e sem informação não há plano. Algumas instituições, algumas pessoas não trouxeram colaboração ao ZEE. Algumas Zonas não entram em grandes detalhes. O ZEE não entra na parte urbana, não foi o foco do ZEE porque é tratada diretamente pelos municípios e COLIT. Os técnicos que elaboraram o ZEE podem eventualmente colaborar com o PDS.

Evandro: Não basta aderir, deve haver comprometimento, instituições públicas, pedimos que haja comprometimento, abram suas gavetas, sem esconder suas informações. Algumas instituições não querem abrir informações às empresas privadas.

Fernando Ferro (SEIL):

Dentro do horizonte de tempo do PDS a ideia para a infraestrutura é reservar espaços que permitam o desenvolvimento futuro do litoral. Garantir a BR-277, preservação do patrimônio natural e cultural da Estrada da Graciosa, acesso rodoviário a Guaraqueçaba, acesso a Antonina, nova ponte, BR-101 com várias propostas durante décadas. Renovação da rodovia de Guaratuba a Santa Catarina. Acessos marítimos, terminais turísticos,

navios de grande porte, barcos de pequeno porte de acesso à Guaraqueçaba e Ilha do Mel. Turismo de navios dentro da baía. Pequenos píers e indústria de estaleiros, acostagem de navios. Novos portos em Pontal. Novos píers em Paranaguá PDZPO. Transporte ferroviário, construção de nova ferrovia, nova descida da serra. Aeroportuário, proposta de novo aeroporto em Paranaguá. Plano aeroviário deve ser consultado. Heliportos no litoral, vários privados, o PDS deve considerar a questão em conflito com áreas urbanas. Saneamento básico, canais e navegação turística de pequeno porte por pescadores. Gás canalizado no litoral. População flutuante, gás canalizado é muito importante. Oleodutos e álcooldutos. Relação disso tudo com a sustentabilidade.

O litoral é uma região pouco desenvolvida, com contraste entre muita riqueza e muita pobreza. O desenvolvimento da infraestrutura é o caminho para superar isso, investimentos de longo prazo, que envolvem muito planejamento.

Rejane (SEIL): Não vamos tomar tempo agora, vamos apresentar nosso conteúdo amanhã na reunião temática.

Fabricio: Diferente de outras regiões do estado, no litoral a questão ambiental sempre entra em conflito com a questão da infraestrutura.

Regeane (SEJU): É importante tratar o acesso à água e à luz, pescadores artesanais, povos indígenas, ilhas. Mais do que infraestrutura arrojada, acesso básico para algumas comunidades.

Fabricio: Sim, ontem houve reunião com ONGs, Ministério Público, SEPL e consultoria. Foi de grande destaque a questão das comunidades tradicionais.

Júlio Suzuki (IPARDES):

Projeções com método sofisticado até 2040. Observado o grau de heterogeneidade na dinâmica demográfica. Um pequeno ou grande empreendimento pode mudar essas projeções. Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba irão registrar as maiores taxas de crescimento. O futuro ainda é imprevisível, devido às propostas de novos empreendimentos na região. Acima de 1% ao ano.

Mudança por estrato etário. Haverá envelhecimento da população, muito significativo. Em 2018 aprox. 13,5% da população do litoral terá 60 anos ou mais, passando para 27% em 2040. Mais de ¼ terá mais de 60 anos, com consequentes pressões sobre os equipamentos e serviços de saúde.

Em 1991 a pirâmide etária era simétrica, em 2018 a pirâmide já e desforme. Em 2040 será um quadrado etário. Diminuição da força de trabalho, possível consequência para a questão econômica do litoral.

Cálculo do PIB, heterogeneidade grande em termos per capita. Paranaguá tem PIB maior que Curitiba por produção manufatureira de fertilizantes e pelo porto. Já Guaraqueçaba tem PIB muito baixo. TECHINT elevou o salário médio de Pontal do Paraná.

Baixos índices de emprego formalizado, principalmente em Guaraqueçaba, Antonina e Morretes. Falta emprego, população com pouca formação.

Taxa de mortalidade abaixo de 1 ano, Guaraqueçaba com 28 crianças mortas em mil.

Evandro: O grande desafio é com relação à informalidade dos trabalhos no litoral, o turismo alavanca a economia do litoral. Como serão identificados os números que representam o trabalho informal.

Deise (PRTUR):

Recursos vem do ministério do turismo. Com a iniciativa privada, Fecomercio e Sebrae surgiu o Plano Regional do Turismo no litoral.

O fluxo turístico do Parque Nacional do Iguaçu é maior que o de Foz do Iguaçu porque alguns pernoitam em Puerto Iguazú.

Quem vai almoçar em Morretes não é um turista, é apenas excursionista. No litoral não passa de 3 milhões o fluxo turístico, com pernoite.

Quando o jornal Gazeta do Povo fala em 8 milhões, não reflete a realidade.

Exposição geral do turismo no Paraná, 283 municípios no mapa do turismo.

Os maiores produtos turísticos divulgados por operadoras para o Litoral são a Ilha do Mel e passeio de trem.

Paranaguá, Guaratuba e Matinhos com maior oferta de hospedagem, maior fluxo e maior hotelaria. Pontal do Paraná, com maior número de casas para alugar e casas de veraneio próprias.

Cachaça, bala de banana, barreado, alojamento, cultura e lazer.

O fluxo turístico vem 60% de Curitiba e região metropolitana. Permanência de 7 a 8 dias em casa própria, alugada, amigos e parentes. Hotel é a última opção do turista. Desde 2015 já acontece maior número de pousadas. Há 86 pousadas na ilha do mel. Em Guaratuba há muita hospedagem em colônias de férias.

O estudo da Cadeia produtiva do turismo está disponível para download no site: Concorrência predatória e competitividade devem ser melhoradas.

PDITS: parceria com o BID, PRODETUR. Seguiu a mesma metodologia do PDS. Os recursos do Ministério do Turismo vêm orientados pelo PRODETUR. Identificadas fragilidade no setor hospedagem, e concentração dos serviços turísticos em Paranaguá, Pontal e Guaratuba.

Questão náutica, gastronômica são importantes. Saúde, dengue, febre amarela, licenças ambientais para marinas, infraestrutura, engorda da praia de matinhos, diminuição do uso turístico da ferrovia, segurança. São problemas que estão sendo discutidos pelos empresários.

Evandro (PRTUR): Corroborando o ZEE, a consultoria perceberá que sistema de drenagem, pesca amadora e artesanal, fixação da população, segunda residência (altamente excludente como comprovado), não dá para se pensar apenas em APA ou em Porto, o turismo depende da saúde das 2 microbacias da região. Ações concretas

com vontade política para proteger a água que vem para as baías. Manguezais são importantes, proteção como atividade turística, e estão sendo destruídos. O respeito à legislação de uso e ocupação do solo. Visão sistêmica, temos muita informação, muitos dados. Eu desenhei um sistema de monitoramento costeiro, mas a gestão anterior não aderiu ao projeto. Esse sistema de monitoramento e controle deveria ser pensado no PDS. O programa “Caminhos do Mar” da Ecoparaná, infraestrutura, conectividade, trapiches nas comunidades, resolução 040 da SEMA. Pensar a região como sistema, nada em isolado. O turismo de praia depende muito do que acontece na Serra do Mar. Não tem como analisar individualmente, e depende das duas microbacias. É necessário a preservação ambiental para que o turismo litorâneo prossiga. Convergir as informações para um único sistema de controle e monitoramento.

Fabricio: Nas oficinas haverá oportunidade de ouvir os empresários. E estamos abrindo a todos os técnicos as reuniões temáticas.

Observação: Foi apontada a ausência do IAP e da SANEPAR.

SÍNTESE

A plenária contou com presença dos técnicos do consórcio e do Estado. Foi feita a apresentação do Plano de Trabalho, por parte da equipe do consórcio contratado. Os técnicos do Estado, de diversas Secretarias, fizeram apresentações para demonstrar a atual situação do litoral, dos planos, projetos e dispositivos legais existentes.

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ





PDS_LITORAL

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

LISTA DE PRESEÇA



SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL - SEPL
COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO GOVERNAMENTAL - CDG



BANCO MUNDIAL
BIRF - AIF | GRUPO BANCO MUNDIAL

Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná – PDS_LITORAL

LISTA DE PRESEÇA

LOCAL: Sala de Situação – Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral – Palácio das Araucárias – 4º andar – Ala A.

DATA: 30/01/2018 – 09:00

PAUTA: PLENÁRIA GERAL

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE	ASSINATURA
JULIO SUZUKI JR.	IPARDES	JUNIOR@IPARDES.PR.GOV.BR	32106345	
Danielle Peim	ITCG	danielle.peim@itcg.pr.gov.br	3304.7026	
HONERO LEITE PEREIRA	SEPL	HONERO.PEREIRA@SEPL.PR.GOV.BR	3351.7629	
Jorge Guerra	SEPL	jorge.guerra@SEPL.PR.GOV.BR	3313-6814	
Mauricio Lunardon	SEAB	lunardon@seab.pr.gov.br	4121526350	
MARTA YOSHIE TAKAHASHI	PARANÁ PROJETOS	MARTA@PARANAPROJETOS.PR.GOV.BR	3213-7700	
Deise Betera	Bettana	tuismo.deisebetera@turismo.pr.gov.br	3313-3521	
MARILIA KELLER ZAPPALON	PRTUR	marilialk@turismo.pr.gov.br	3313-3526	
EVANDRO RINHOLO	PRTUR	evandrop@turismo.pr.gov.br	3313-3517 377673764	
Marcos Vitor G. Figueiredo	Ubana	marcos.v.figueiredo@gmail.com	(11) 994731378	
EMANUEL FRANCISCO M. MACIEL	QUANTA	efmaciel@quanticonsultoria.com	(91) 98422-3464	
ORIOU BIOSCA	MCRIT	obiosca@mcrit.com	(+31) 678478637	
Barbara Bravo	Quanta	barbarabravo45@gmail.com	(21) 991081334	
Cid Blanco Jr	Quanta	cid.blanco@quanticonsultoria.com	(21) 998762405	
PATRICIA CASAL	CONSORCIO (HIDRIA)	patricia@hidria.es	(+34) 672298317	
EDUARDO MARTINEZ	CONSORCIO (HIDRIA)	eduardo@hidria.es	+34 615172300	



SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL - SEPL
COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO GOVERNAMENTAL - CDG



BANCO MUNDIAL
BIRF - AIF | GRUPO BANCO MUNDIAL

Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná – PDS_LITORAL

LISTA DE PRESEÇA

LOCAL: Sala de Situação – Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral – Palácio das Araucárias – 4º andar – Ala A.

DATA: 30/01/2018 – 09:00

PAUTA: PLENÁRIA GERAL

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE	ASSINATURA
KATIA PIMENTEL KOTI	Paraná Projetos	kataloti@paranaprojetos.pr.gov.br	3213-7700	
Potencia 3 Atherino	Paraná Projetos	potencia.atherino@paranaprojetos.pr.gov.br	32137700	
Neergo Marcos Junior	Consorcio	neergomatos@gmail.com	21996915033	
TOBIAS F. PRANZO	CDG/SEPL	tobias.pranzo@SEPL.PR.GOV.BR	3313-6268	
GONIA MARIA DOS SANTOS	SEPL	GONIA.MARIA@SEPL.PR.GOV.BR	3313-6815	
Gislene Lessa	ITCG	gislenelessa@itcg.pr.gov.br	3304.7005	
FABRICO MIYAGAWA	SEPL/CDG	fabriciom@sepl.pr.gov.br	3313-6268	
HESTOR BENEVENUTO	SEPL/CDG	hestor@sepl.pr.gov.br	3313-6268	
DANIEL NOYMA	IPARDES	danielnoyma@ipardes.pr.gov.br	99113-4251	
Carlos A. SYM	SEPL/CDG	carlos.sym@sepl.pr.gov.br	3313-3356	
PEDRO STROZENBERG	Consorcio	pedrostro@hotmail.com	(21) 999693924	
JUDITH MUNTAL	CONSORCIO	jmuntal@IBER-GEO.COM	(34) 609230142	
TACO REORDS	CONSORCIO	taco@cidadeplanos.com.br	(41) 93535-1750	
ANTÔNIO SERGIO REZ	SEED	asregis@seed.pr.gov.br	(41) 99594329	
MARCELO ZOET	CONSORCIO	marcelo@LMAAMBIENTE.COM.BR	(41) 978246944	
MAURICIO A. MAAS	CONSULTORIA	MAAS.MAURILIA@GMAIL.COM	(41) 984061695	



PDS_LITORAL

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ



SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL - SEPL
COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO GOVERNAMENTAL - CDG



BANCO MUNDIAL
BIRD - AIF - GRUPO BANCO MUNDIAL

Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná – PDS_LITORAL

LISTA DE PRESENÇA

LOCAL: Sala de Situação – Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral – Palácio das Araucárias – 4º andar – Ala A.

DATA: 30/01/2018 – 09:00

PAUTA: PLENÁRIA GERAL

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE	ASSINATURA
André Godinho	SEPL	andre.andre@sepl.pr.gov.br	32217244	
Regina Kelly	SESU	regina.kelly@sepl.pr.gov.br	3221-7261	
Evandro Razzoto	SETI	razzoto@seti.pr.gov.br	41 99608-0509	
AIMORÉ ÍNDIO DO BRASIL ARANTES	SEEC	aimore.indio@seec.pr.gov.br	41 3312-0425	
REGIANE KARAN	SEIL	regiane.karan@seil.pr.gov.br	41 3304 8535	
JESSICA R.S. BERTEGA	SEPL/CDE	jessica.sk@sepl.pr.gov.br	3351-1602	
LUÍZ V. DA SILVA	SEPL/CDE	luiz@sepl.pr.gov.br	3351-2646	
Douglas Marques	SESU	PES-DOUGLASOLIVEIRA@SESU.BE.DIHC.GOV.BR	32217244	
GLAUCO TAVARES LUIZ LOBO	DER	GLAUCO.LOBO@DER.PR.GOV.BR	3304-8165	
CLOVIS ULTRAMPARI	SEM	ULTRAMPARI@SEM.CO.MI	3250-2272	
DAVID PIERINA	PARANAMODAC	PIERINA@PARANAMODAC.ORG.BR	3350-3984	
LUIZ RODRIGO GRACHOCKI	SESP/EP	grachocki@sesp.pr.gov.br	3313-1628	
Ana Graciele Skrepka Brunette	SEPL/CCP	ANA.SKREPKA@SEPL.PR.GOV	3313-6325	
HARRISON BAYER	BCC	contato@bayer.com.br	41 9916 20160	
MARCOS CAMPOS	BCC	contato@bayer.com.br	41 9998 63126	
Maria Fernanda / Nicole M. Pereira	Comissao	mfernanda.ana@gmail.com	991490485	

Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná

Relatoria de reunião

Data: 30/01/18

Local: Paranacidade/SEDU

Participantes:

Consórcio contratado: Marcia Campos, Taco Roorda, Maria Fernanda Incote Montanha Teixeira, Nereo Matos, Eduardo Martinez, Patricia Casal, Oriol Biosca

Governo do Estado do Paraná: Gislene Lessa (ITCG), Daniele Prim (ITCG-ZEE), Carlos Storer (Paranacidade, representa a SEDU), Fabrício Miyagima (SEPL/CDG), Vania (comunicação), Francisco dos Santos (Paranacidade), David Pierin (Paranacidade)

Pauta: Padrões de uso e ocupação do solo, funções públicas de interesse comum, arcabouço legal, instituições.

DISCUSSÃO

Abertura

Fabrício: O ordenamento territorial é objeto de diversos planos e legislação. Destaque para o ZEE. Plano Diretor de Pontal do PR, com embates/confrontos na questão legal: qual vale mais? O ZEE, o Plano do Porto, legislação ambiental de Mata Atlântica? Entendemos que não se resolvem as questões urbanísticas antes das questões ambientais.

Carlos Storer: Gostaríamos de falar sobre o material a ser utilizado pelo consórcio contratado. A atuação da SEDU é junto aos municípios, financiando os PDs (Planos Diretores) com recursos do sistema de financiamento do estado do PR. Os planos vieram após 2001, estamos agora na fase da revisão dos primeiros PDs. Em função da lei estadual de 2006, quase 100% dos municípios do PR tem PD.

Eduardo: Creio que a legislação brasileira exige os planos para acesso a financiamento. Existe uma análise de efetividade do planejamento feito, em relação ao cenário atual?

Storer: Não temos um monitoramento formal desse processo, são criados Conselhos, Conselhos da Cidade, Conselho do PD, etc. É a forma da participação contínua, processo permanente de planejamento e gestão do território. Os controles são mais da sociedade. O Estado não tem papel de controle, mas de orientação e financiamento.

Alguns municípios extrapolaram o tempo dos 10 anos exigido para revisão do PD, o que nos chamou atenção porque o papel do Conselho de cada PD seria exigir essa atualização. Para cumprir a lei estadual, precisamos que o atual prefeito nos informe como está o processo de implementação. Os prefeitos foram convocados a preencher um formulário, e assumir um termo de compromisso público assinado por um arquiteto urbanista ou engenheiro da prefeitura e chefia imediata (secretário), mais o prefeito. Esse termo é publicado no diário oficial do município, assumindo prazo máximo para fazer tudo aquilo que foi informado que está negativado sob pena de informarmos Tribunal de Contas do Estado do PR e Ministério Público do Estado do PR. Assim o município recebe seus repasses e os munícipes não ficam sem equipamentos públicos, e podemos manter a legalidade.

Fabricio: Isso tudo para implantar a política urbana no Estado e para que os prefeitos estejam em legalidade.

Storer: Existem leis que pegam e leis que não pegam no país, nossa expectativa que esse procedimento contribua com o planejamento e com a qualidade da melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados.

Antonina e Morretes não tem seus PDs aprovados no pleno do COLIT (do qual são titulares todos os prefeitos do litoral, secretarias do Estado, representantes da sociedade, entidades ambientalistas, universidades, dentre outros).

O pleno do COLIT delibera sobre todos os licenciamentos ambientais com votação nominal.

Eduardo: Dos 7 municípios, 5 tem PD aprovados pelo COLIT. São os PDs mais antigos. Porque o COLIT não aprova esses planos de Antonina e Morretes? Não tem documentação, informação necessária?

Storer: Para aprovação do pleno do COLIT, os PD são submetidos à relatoria com a análise crítica sobre se PD está tecnicamente e legalmente adequado. A relatoria serve como “lição de casa” para os municípios, e todos a respeitaram, à exceção de Morretes e Antonina. Assim não tem como ir adiante. Foi constituída uma equipe intersecretarial, com a SEMA, tornamos o Plano aceitável em função da situação, o município não tinha como financiar a revisão do Plano. O ministério público retirou da pauta a revisão do Plano, que estava sendo usado para reeleição do prefeito. Em dezembro o Plano foi aprovado, com o decreto de janeiro de 2017. A relatoria do Pleno (do COLIT) serve como orientação para os municípios. As relatorias caracterizam o que o Plano deveria ter para tornar o plano válido perante a legislação Estadual. A vigência desses PDs existe porque foram aprovadas pela Câmara de Vereadores do município.

Fabricio: O COLIT é como um gestor do território do litoral, com instrumento legal com base em lei do turismo. Na época havia um descontrole na ocupação do solo no litoral, e o Estado buscou um mecanismo para barrar esse

processo. Hoje com essa legislação revogada, os municípios têm mais autonomia. Até hoje o Estado conseguiu travar a construção de edifícios altos na orla. A partir de agora isso fica mais incerto.

Esse instrumento de controle previa (decreto 2722) em Caiobá 4 pavimentos na primeira faixa, chegando a 10 pavimentos mais para dentro. Outros municípios: 4 pavimentos na orla e 2 pavimentos para o interior.

Nereo: Um desses 7 municípios teve o PD financiado pelo Estado?

Fabrizio: Lei 6513: áreas especiais de interesse turístico. E 7379/1980 – áreas especiais de interesse turístico no litoral, a forma como o estado achou para controlar a regulamentação da ocupação do solo no litoral.

O entendimento do Tribunal de Justiça é de que o decreto não foi revogado com a lei. Guaratuba, Matinhos e Pontal tem esse decreto 2722 revogado. O estado assumiu que o zoneamento válido é aquele dos PDs de cada município.

As cidades não foram construídas com base no decreto, porque os municípios tinham leis mais permissivas.

Gislene: O único município que está de acordo com o ZEE é Pontal (porque ocorreu mais recente). Nós elogiamos essa iniciativa do Estado do PR, pois hoje vemos o Balneário Camboriú com sua verticalização e problemas de balneabilidade e saneamento e nós temos o litoral de forma diferente.

Francisco Santos (coord. Paranacidade região do litoral): Esse projeto para Matinhos deverá se espalhar para outros municípios, Ipanema em Pontal por exemplo. Temos que repensar as águas pluviais devido às chuvas torrenciais e galerias com pouco declive. Em alguns locais o loteamento encostou no rio, não é qualquer máquina que consegue desassorear esses rios com ocupação urbana em torno.

Storer: O sistema de macrodrenagem deve ter o licenciamento para manutenção dos canais. Isso dificulta para os municípios fazerem a manutenção, da vegetação criada nos canais e do material depositado.

Fabrizio: alguns prédios mais antigos são altos, mas o restante tem menor altura.

O decreto permitia 4 pavimentos na orla. Os novos Planos diretores preveem locais com edifícios com 20 pavimentos. Pontal é uma planície, com canais do DNOS, para que as águas corram para trás, não para o mar. O canal do DNOS foi feito na década de 1950 e é navegável em trechos, feito para não contaminar a porção junto à orla marítima. A pergunta é até onde o PD pode ir?

Oriol: existe tratamento das águas desse canal?

Não.

Eduardo: Nunca fica seco?

Não.

Storer: Pontal do PR está fazendo investimento no saneamento, onde ainda não há rede de coleta de esgoto, quando há chuva o lençol freático é contaminado e leva a contaminação ao canal. Quando o canal está assoreado, com vegetação, não tem a profundidade necessária para dar vazão das intempéries. Os municípios não têm autonomia para fazer a limpeza, é preciso autorização do IAP.

Francisco: Matinhos tem o tombamento da paisagem de sua orla. Não permitiram o plantio de palmeiras de outro local, não permitiram a implantação de quiosques.

Com o projeto de recuperação da orla foram criadas regras em 2012, após o projeto, para viabilizar, tombando uma faixa de 50m.

O governador anunciou o investimento da engorda da praia, 300 milhões para recuperar. Esse projeto está disponível para acesso no dropbox.

Eduardo: A areia tem um equilíbrio dinâmico, na maioria dos casos a modificação da orla cria consequências não boas. Pode ser que se acumule areia, porém outra praia pode desaparecer.

Storer: João José Bigarella, professor que estudou muito a questão ambiental, dizia que o ser humano não pode brigar com o mar, temos que pensar como fazer com que o mar traga areia, ações que não agridam a paisagem, recifes artificiais abaixo da linha de água, com novos investimentos antes de se perder o que foi feito.

Oriol: Na costa mediterrânea da Espanha há muitos exemplos disso, problemas de areia, os portos têm problemas operacionais.

Fabricio: Nas faixas com restinga preservada, que variam com mais ou menos largura. Recentemente tivemos um fenômeno que o mar recuou como um tsunami e quando retornou dias depois causou ressaca.

Na nossa área mais polêmica em Pontal do PR, a área do Porto e indústrias, a construção do píer da TECHINT já causou um depósito de areia.

Gislene: O ZEE prevê uma área em Pontal do PR para criação de área portuária.

Fabricio Calado natural de pelo menos 12 metros. Alguns pontos precisam de dragagem. Em Paranaguá: existe uma intenção de ampliação. Via concessão do Estado, a iniciativa privada constrói e opera portos. A Instituição federal que trabalha isso é a ANTAC.

Os ambientalistas não têm problema com a ampliação do porto em Paranaguá, o problema é o acesso ao porto.

Itapoá é uma cidade de SC que acabou de implantar um Porto Privado de containers. Era um município balneário que decidiu se tornar portuário. Muita produção de frango, atende à BMW (peças).

Francisco: Paranaguá é mais especializada em exportação de carros. Paranaguá foi considerado o melhor porto do Brasil na questão ambiental, devido aos investimentos realizados pelo governo.

Taco: Storer, como está a questão da expansão de Paranaguá, inclusive em direção à rodovia antiga?

Storer: A periferia já ultrapassa a PR-407. Foi duplicado o primeiro trecho, todo o fluxo irá continuar. O COLIT evitou que o município de Paranaguá ampliasse seu perímetro urbano até a Linha de alta tensão e garantisse 100 m de faixa de preservação ambiental ao longo da rodovia.

Havia um estudo de rodovia passando pela Lapa, Parque nacional Guaricana e Parque Saint Hilaire/Lange. Nova rota proposta é paralela à BR-277 e custa quase 10 bilhões de reais apenas o trecho do litoral, pois serão necessários muitos túneis.

Fabrizio: O Estado começou a receber diversas empresas interessadas em instalar portos em Pontal do PR. Quantas pessoas virão trabalhar na região? Foi uma preocupação da SEPL. Um dos projetos foi a faixa de infraestrutura,

O Ministério Público questionou irregularidades nesse Plano Diretor.

Em Pontal há áreas ainda não ocupadas junto à orla, pois eram definidas no decreto estadual como ZPAs. Hoje isso está à cargo do município, algumas áreas foram convertidas em parques.

Storer:

Site Paraná Interativo (www.paranainterativo.pr.gov.br) permite exportar informações para planilhas em excel e cartografia. O usuário não precisa ter o ArcGis. Há informações como setores censitários, equipamentos, infraestrutura.

Temos internamente, não online, a hierarquia do sistema viário segundo o código de trânsito brasileiro.

Mapas de aptidão estão sendo elaborados: os estudantes de arquitetura trabalham a parte antrópica, os estudantes de geografia a parte ambiental. Mapeamos as UCs, APPs pelo Código Florestal Brasileiro, Planos de Manejo, áreas de amortecimento – tudo com o objetivo de fornecer informações cartográficas aos municípios.

A 6766 define que as propriedades devem deixar faixa de 15 metros de frente desocupada, além da faixa de domínio da rodovia. A secretaria está elaborando esse mapeamento.

Guaratuba: Avenida Paraná é sua única via de contorno, se o município não controlar a ocupação na faixa de domínio da rodovia não haverá como ordenar o território e sem fluidez no tráfego.

Estamos elaborando também o mapa de aptidão das áreas à urbanização: todas as restrições antrópicas e ambientais, quais são as áreas aptas, com restrição e inaptas à ocupação.

Fizemos para os 7 municípios reuniões técnicas com os técnicos municipais a respeito dos perímetros urbanos, falamos sobre aspectos da densidade demográfica da mancha urbana, trabalhamos um buffer a partir da linha central das vias para verificar a densidade existente e qual a capacidade o território tem para absorver mais densidade. Os perímetros urbanos são amplos, as manchas urbanas são muito menores.

Os perímetros urbanos deveriam ter algum controle que permitam que os loteamentos surjam gradualmente – em sequência – e não nas extremidades da área de expansão ou nas extremidades dos grandes perímetros urbanos.

Guaratuba tem grande perímetro urbano, inclusive com sobreposição com parque. O município deve adequar esse perímetro, deverá haver uma área de amortecimento do parque. O CONAMA tem resolução que estabelece que onde não houver plano de manejo, há regras para a aprovação desses loteamentos em áreas de amortecimento.

Os PDs deveriam ter estudos de economia e deseconomia da aglomeração. O custo da cidade fica caro, porque a infraestrutura e os serviços ficam dispersos.

O papel do Paranacidade é o de oferecer instrumentos e formação aos técnicos dos municípios para que eles possam ter argumentos para gerir o território e conversar com os prefeitos.

Alguns critérios utilizados pelo Paranacidade para indicar esse problema de perímetros urbanos muito extensos: pavimentação, sinalização dos logradouros, arborização dos logradouros (com base no IBGE). Lixo acumulado nas vias públicas, esgoto à céu aberto, rampa para cadeirantes, etc.

Estudo de dispersão urbana foram apresentados para os municípios, para que cada um possa fazer o seu. Porcentagem da ocupação da mancha, distância do centro e o centroide da mancha urbana, zonas não ocupáveis. Os PDs não trazem esse nível de informações estudadas.

Outros trabalhos do Paranacidade:

- estudos de hidrografia urbana, dificuldade de identificar a nomenclatura dos corpos hídricos, trabalho conjunto com os técnicos municipais;
- levantamento dos helipontos, heliportos, retroporto, porto;
- estudo cartográfico do cadastro técnico de Antonina;
- levantamento florístico para a legislação do Bioma Mata Atlântica, 97% do território paranaense é remanescente do Bioma Mata Atlântica. A lei diz que é imune a corte em estágios médios de regeneração, mas não há um mapeamento dessa informação, o que dificulta à atuação de fiscalização.

Gislene: O mapeamento por radar pegou Antonina, mas não toda a região. O ITCG tem o modelo digital do terreno, com a altura da vegetação, em escala 1:10.000. Temos informações das áreas de risco, parte da área urbana, Ilha do Mel. Com o subsídio desse instrumento os municípios podem saber mais sobre o bioma, sobre áreas de risco. Pontal está contemplado, toda a faixa de infraestrutura e toda a área portuária e retroportuária.

O ZEE oferece diretrizes, diagnóstico e prognóstico. É necessário avançar na construção dos cenários.

O ZEE mapeou como zonas urbanas as ocupações urbanas de fato, mancha urbana, não levou em consideração os perímetros urbanos.

Eduardo: tenho dúvida, precisamos discutir internamente com a consultoria qual será a escala de trabalho, porque não vejo a necessidade do PDS detalhar ainda mais o ZEE.

Patrícia: Creio que o detalhamento será dentro de questões específicas que possamos sentir faltam

Gislene: O importante é a criação de diversos cenários para o desenvolvimento dentro das zonas apontadas no ZEE.

Oriol: Construção de cenários prospectivos que permitam articular os conflitos na região.

Eduardo: O ZEE deve ser tomado como uma bíblia? Pode ser contestado ou precisa ser defendido?

Danielle: Não temos resposta direta para isso, há questões que precisam ser vistas, que nós não tivemos condições durante a elaboração do ZEE, como os Planos de Manejo da APA, o desenvolvimento ocorrido após a conclusão do ZEE deve ser analisado, a sobreposição de questões legais.

Fabrizio: Storer, como a consultoria pode ajudar o Governo?

Storer: Reconhecer a rede de cidades, as 7 sedes dos municípios, como se interrelacionam e nos oferecem subsídios para a integração dos municípios sob o ponto de vista do desenvolvimento urbanístico, do ponto de vista de polaridades, particularidades. Quais são os interesses pontuados e como os agentes chegam nesses pontos. As necessidades que as cidades têm – em si mesmas e na relação entre elas. Nós somos signatários do Pacto Global da ONU, A Agenda 2030 traz 17 objetivos para o desenvolvimento sustentável. Outras secretarias precisam se apropriar desses objetivos.

Agora o COLIT ainda está se relacionando bem com os municípios. Os municípios sempre queriam acabar com o COLIT e querem uma criar uma Agência de desenvolvimento para o litoral – o PDS pode resultar nessa tão desejada agência, sem que o COLIT precise terminar.

Fabrizio: Uma estratégia ótima a se adotar no PDS seria definir uma ação que contemple um dos objetivos do pacto global ou uma ação para atingir um objetivo do pacto.

Taco: Na matriz das ações poderá ser dito como as ações contribuem para atingir os objetivos do pacto global.

SÍNTESE

PRINCIPAIS QUESTÕES ABORDADAS

- Como o Paranacidade tem trabalhado em conjunto com os municípios e quais são os trabalhos elaborados para subsidiar análises nos municípios.
- Temas pelos quais o PDS pode incrementar o ZEE.

PONTOS SENSÍVEIS E/OU DE ATENÇÃO

- Os limites/possibilidades de atuação do Estado e dos municípios fica obscuro diante da amplitude do número de dispositivos legais municipais, estaduais e federais.
- Porto de Pontal do Paraná
- Dinâmicas das areias e consequências da obra da engorda da praia de Matinhos.

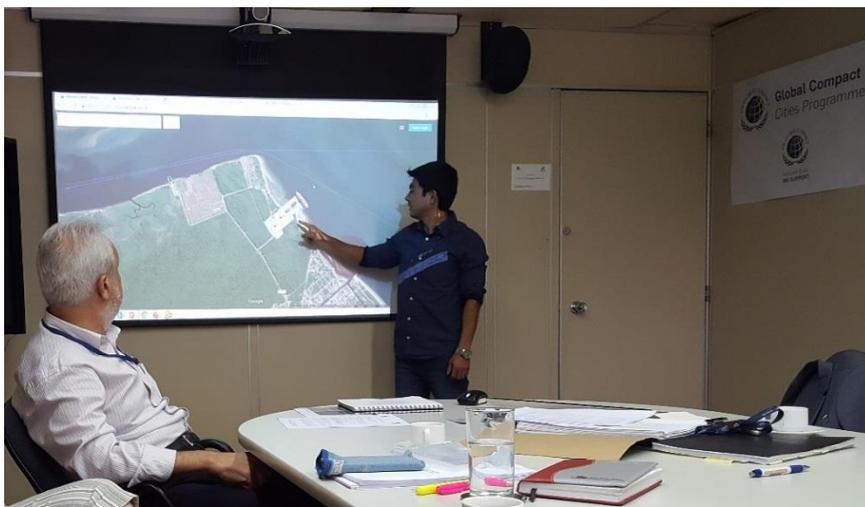
ENCAMINHAMENTOS/ DELIBERAÇÕES

- Taco, Maria Fernanda e Marcelo contatarão o Storer/ Panacidade para coletar informações cartográficas e dos Planos Diretores Municipais.



PDS_LITORAL

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ





PDS_LITORAL

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

LISTA DE PRESENÇA



SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL - SEPL
COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO GOVERNAMENTAL - CDG



BANCO MUNDIAL
BIDF - IIF | GRUPO BANCO MUNDIAL

Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná – PDS_LITORAL

LISTA DE PRESENÇA

LOCAL: SEDU – PRCIDADE – SALA DO CONSELHO. Rua Deputado Mário de Barros, 1290 - Ed. Caetano Munhoz da Rocha - 1º andar

DATA: 30/01/2018 – 14:00

PAUTA: REUNIÃO TEMÁTICA: SÓCIO TERRITORIAL: USO DO SOLO E OCUPAÇÃO URBANA

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE	ASSINATURA
Carlos Augusto Stornani	SEDU/Paranámar	stornani@paranamar.org.br	(41) 3350-3356	
Danielli Peim	ITCG	danielli.peim@itcg.pr.gov.br	3304-7026	
Gislene Lessa	ITCG	gislenelessa@itcg.pr.gov.br	3304-7005	
OROL BIOSCA	marat	obiosca@marit.com	(19) 671863749	
PATRICIA CASAL	CONSORCIO (HIDRIA)	patricia@hidria.es	(34) 672 298 317	
EDUARDO MARTINEZ	CONSORCIO (HIDRIA)	eduardo@hidria.es	+34 65472500	
NEREO MAROS JUNIOR	CONSORCIO	neroomaros@gmail.com	41 996975033	
TACO REORIS	CONSORCIO	taco@cidadeplanos.com.br	99375-1750	
MÁRCIA CAMPOS	CONSORCIO	contato@bayercamposcon.com.br	999868126	
FABRÍCIO MIYAGIMA	SEPL/CDG	fabricio.m@sepl.pr.gov.br	41 33136295	
DAVID PIERINI	PARANACIDADE	PIERINI@PARANACIDADE.ORG.BR	3350 3784	
Francisco Luis da Sampaio	Paranacidade	FSSTOIC@paranacidade.org.br	3350-3325	
M ^{te} Fernanda Inácio Teixeira	consultoria	mfernanda.org@gmail.com	991790485	

Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná

Relatoria de reunião

Data: 30/01/2018 14:00

Local: Secretaria de Planejamento, Palácio das Araucárias, 4º andar, Ala D

Participantes:

Consórcio contratado: Cid Blanco, Bárbara Bravo de Moraes Mendes, Pedro Strozemberg, Manoel Figueiredo, Heverson Bayer, Paula Rydygier

Governo do Estado do Paraná: Gustavo de Souza (SEDS/CPCA), Gladys Teixeira (SEDS/CPSB), Maiara de Almeida Abreu (SEDS/SAS), Ana Claudia Machado (SEDS/CPM), Larissiane Ribeiro (SEDS/SPGA), Sonia Maria dos Santos (SEPL), Jose Alberto dos Campos (SEEI),

Pauta:

Saúde, segurança, educação, esporte, entretenimento e lazer, habitação e questões fundiárias.

DISCUSSÃO

TARDE

(Sonia Maria dos Santos):

- A diferença dessa região para o restante do estado é as questões ambientais que existem.
- A ideia é trabalhar o desenvolvimento sustentável.
- Questão ambiental, cultural, histórica, portuária e marítima.
- Quais são as questões mais importantes em relação ao litoral?
- Turismo de veraneio e diferenciado.
- A partir de 2007- pré-sal – instalação de novas empresas – “empresas retomam projetos em Ponta”.
- 15.000 empregos, 4 bilhões em investimentos privados.
- Algumas empresas em atividades e outras mais devagar.

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

- “projeto prevê engorda a orla de matinhos”, “nova ferrovia passará ao lado da 277” – projetos que já existem isoladamente, a intenção é junta-los.
- “Quais são os impactos, tanto negativos quanto positivos?” “qual é o futuro?”
- Decreto 2647/2011 – plano estratégico para o desenvolvimento territorial sustentável do litoral do paraná.
- Em 2013, depois da assinatura do contrato, começamos a efetivar como um projeto do banco mundial.
- O objetivo principal desse plano é discutir o futuro dessa região e estabelecer diretrizes.
- Duração de um ano.
- Trabalhar com diversas concentrações de mãos, com oficinas, para que a população possa conhecer o plano - 3 oficinas para regionalizar o litoral.
- Tirar a ideia de município e tratar como regional.
- Esporte turismo tem ramificação no litoral.
- Cada etapa terá audiências públicas.
- As 5 dimensões abordadas são: ambientais, econômicas, sócio territorial, infraestrutura, institucional.
- O plano é a integração das áreas de integração.

Apresentação da consultoria - 4 empresas: Pedro Strozemberg - mediação de conflitos; Heverson Boyer – jornalista, assessoria de imprensa; Barbara Bravo – estruturação social e desenvolvimento dos indicadores; Manuel Victor Figueiredo– economista; Cid Blanco – arquiteto e urbanista, gestão pública)

Apresentação dos demais: Larissiane Ribeiro– advogada; Gustavo Henrique de Souza – advogado; Ana Claudia Machado– Superintendência; Gladys Teixeira – Assistência social, Maiara Abreu – advogada assessora da superintendente; Sonia Maria dos Santos - monitoramento do projeto; José Alberto de Campos – Turismo e Esporte. Não estavam presentes representantes da saúde, da educação e da segurança pública.

(Pedro Strozemberg):

- Esse é um consorcio de 4 empresas, 2 brasileiras e 2 espanholas.
- Tem um peso bastante substancial no tema ambiental.
- Cuidado especial de garantir a participação de todos e todas.
- Preocupação especial dos que vivem no território, mas entendendo que o governo é o contratante.
- Nós temos um espaço amplo de participação, com as prefeituras, com a sociedade civil, mas também manter um monitoramento mais de perto. Para que possamos reunir informações e promover diálogos.
- Não se pode imaginar um volume de investimento desses sem medir as consequências positivas e negativas. Um jogo de composição saudável para a população de lá como para o Estado do Paraná.

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

- Uma região de porto, preservação ambiental, de população tradicional. Por isso tem que ter cuidado para não se tornar uma ação exclusivamente de governo.
- É uma referência para políticas públicas, mas que se contribua para uma criação de identidade local, para que a região produza sua função.
- O plano vai ter que tratar diferente os planos de municípios, mas sempre olhando como regional.
- Trazer inovações positivas, renovar debates já postos, mas também fazer um aporte significativo para a equipe.
- Muitas questões por vir, mas numa fase de escutar as sugestões e conhecimentos.

(Sonia Maria dos Santos):

- Como foi a escolha do escritório de assessoria e outras empresas – seleção de 6 empresas.
- SEMA analisou a parte ambiental.
- Encaminharam as propostas técnicas e financeiras, esta não aberta, avaliando apenas pelas propostas técnicas.
- Explicação sobre as empresas espanholas.
- A função como Estado é explorar, o estado tem uma bagagem muito grande e rica para ajudar. A consultoria está aqui para ajudar e dar apoio.

(Larissiane Ribeiro):

- O desafio é por ser um ano eleitoral.
- Especificamente para o litoral para o verão – cadeiras anfíbias, ações de dar acesso porque no verão tem mais gente indo às praias, garantia de direito das pessoas idosas, de acesso.
- Há um crescente número de idosos indo morar no litoral, por isso merecem um foco especial.

(Gustavo Henrique de Souza):

- O estado tem uma bagagem grande de planos.
- Política da criança e do adolescente - diagnostico que já foi muito trabalhado.
- Os municípios produzissem seus planos municipais para as crianças e adolescentes.

(Cid Blanco):

- Foco muito grande no território, para a gente é muito interessante entender os equipamentos que tem, para a área do funcionamento da política da gestão.
- “Aonde essas crianças são atendidas?”
- Se apenas existe no verão? Porque na leitura que vão chegar 15 mil trabalhadores e suas famílias, ela comporta essa nova população?
- Qual é a resposta que o plano está se propondo” é entender mais o atendimento e a política. “O quanto vocês gastam com esses municípios?”
- A importância de ver os planos para ver se eles preveem a ampliação das redes, por isso o plano tem que ser de desenvolvimento sustentável.
- Tentar entender a rede de equipamentos públicos que tem na região.
- Virá uma proposta grande de melhoria local de equipamentos.

Pergunta (Cid Blanco): Durante o verão vocês sentem a necessidade de uma ampliação?

Resposta (Gladys Teixeira): Janeiro é um mês mais parado.

Resposta (Gustavo de Souza): Pela parte de atendimento dos equipamentos não

Resposta (Ana Claudia Machado): A operação das policias deixa viável o atendimento durante o verão.

- Sobre a criação do porto de embarcações turísticas - ter atenção maior pois criam problemas
- Quanto por cento de casa de veraneio e quanto de locais?

(Ana Claudia Machado):

- Medo quanto aos 15 mil trabalhadores.
- Questão de exploração sexual.
- Segurança Pública.
- Não há delegacia da mulher - há uma previsão para um posto de vulneráveis – Matinhos – foi pensado para um número pequeno de habitantes.
- A SESP tem os boletins de ocorrência.
- Preocupação com o número de presos, por não haver penitenciária na região.
- Podem fornecer esses dados.
- Estão sendo capacitados em relação ao mercado de trabalho.
- Foi levantado quais municípios necessitam o equipamento.
- Aumenta as ocorrências da Maria da Penha durante o verão.

(Gladys Teixeira):

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

- Diferença grande dos municípios.
- Dificuldade de assistência social.
- Guaraqueçaba – todos estão no sistema – existem comunidades de difícil acesso por serem fechadas.
- Morretes – já não tem tantos problemas.
- Antonina ainda tem muita violência, exploração sexual.
- Muitos vão para Joinville estudar – todo dia ou não.
- A relação com SC é grande em relação ao trabalho.
- A pobreza cresceu muito no litoral paranaense.
- A população de rua cresce muito no período de verão.
- Existe o perfil cadastrado das famílias que recebem assistência – em Guaraqueçaba não há tantas informações.
- Indígenas – Paranaguá e Guaraqueçaba – vivem na tradição.
- O Estado do Paraná tem muitas comunidades indígenas e quilombolas, mas no litoral é menor.
- Equipes volantes - atendem as ilhas- todas municipais.
- Existem equipamentos que estão paralisados para atender a juventude – Paranaguá.
- Dificuldade enorme com documentação dos municípios.
- São convênios com os municípios.
- Programa “Nossa família Paranaense” – ação Intersetorial.
- Um comitê municipal – direcionam os programas segundo as necessidades
- CREAS.
- Existem nordestinos durante o verão, que provocam um impacto grande.

(José Alberto de Campos):

- Existe um diagnóstico da região – não existe estrutura para trazer grandes eventos, visando um grande número de turistas ligados ao esporte.
- Existe ginásio, mas não com portabilidade.
- Temos que sair dos esportes “normais”.
- Através do esporte pode melhorar a sustentabilidade.
- Há desenvolvimento no litoral de atividades esportivas, mas não temos o viés de sustentabilidade, é pontual no verão.
- É necessário um calendário anual de turismo esportivo.
- Existe a questão da natureza que pode trazer esportes de aventura.
- Esportes aquáticos – deve ser mais estruturado.
- Existe estádio de futebol em Paranaguá.

- Todos os municípios têm equipes de várias modalidades que participam, mas nada com plano de sustentabilidade.

Comentário (Cid Blanco): Conectar com a criança e adolescente, obesidade infantil.

Comentário (Gladys Teixeira): Não há investimento no esporte náutico.

Comentário (Cid Blanco): É possível juntar esporte e equipamentos públicos. Haverá uma alteração do perfil do morador.

Comentário (Cid Blanco): a fase dois já iniciará na fase 1. Quando chegar na fase final do diagnóstico, serão realizadas as escutas.

SÍNTESE

Na reunião foram abordados temas sociais como: assistência a pessoas carentes ou portadores de necessidades, crianças e adolescentes, mulheres que sofrem agressões. Além disso houve uma preocupação grande em buscar respostas para possíveis problemas gerados com as obras no litoral, a fim de não criar uma favelização e nem problemas decorrentes do grande número de trabalhadores que irão ocupar a região no período de execução do projeto.

Além do assunto social, foi discutido como associar o lazer e turismo de forma não prejudicial aos moradores litorâneos, já que a maior preocupação é o bem-estar dos que ocupam a região o ano inteiro.

PRINCIPAIS QUESTÕES ABORDADAS

- Amenizar impactos de agressões e explorações de mulheres, crianças e adolescentes;
- Ter a acessibilidade como foco no trabalho;
- Melhorar o acesso da população ao lazer, com criação de ambientes destinados à sua prática;
- Ter como prioridade a sustentabilidade em todas as questões de turismo e lazer.

PONTOS SENSÍVEIS E/OU DE ATENÇÃO

- Exploração sexual na região do porto de Paranaguá;
- Inexistência de locais próprios para a prática de esportes;
- Número grande de trabalhadores que irão ocupar o litoral durante a execução do projeto;
- Alteração que haverá no perfil do morador.

ENCAMINHAMENTOS/ DELIBERAÇÕES

- A ausência de representantes de alguns temas não permitiu o aprofundamento de alguns temas da pauta;
- Não foram discutidos os seguintes pontos previstos na pauta: saúde, educação, habitação e questões fundiárias.

LISTA DE PRESENÇA



SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL - SEPL
COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO GOVERNAMENTAL - CDG

Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná – PDS_LITORAL



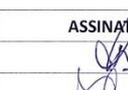
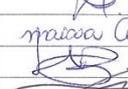
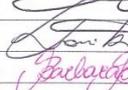
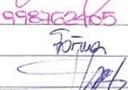
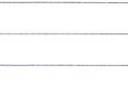
BANCO MUNDIAL
BIRF - AIF | GRUPO BANCO MUNDIAL

LISTA DE PRESENÇA

LOCAL: Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral –SEPL - Palácio das Araucárias – 4º andar – Ala D.

DATA: 30/01/2018 – 14:00

PAUTA: REUNIÃO TEMÁTICA: SÓCIO TERRITORIAL: SOCIAL E EQUIPAMENTOS URBANOS

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE	ASSINATURA
Gustavo Henrique de Souza	SEDS/CRA	gustavohs@sepl.pr.gov.br	3210-2555	
Gladys m. Teixeira Iostab	SENS/PSB	gladyse.sepl.pr.gov.br	3210-2804	
Maísa do Carmo Almeida	SEDS/SAS	maisa@sepl.pr.gov.br	3210-2869	maisa Almeida
Heverson Boyer	BCC	contato@boyer.com.br	99620-2160	
Ana Cláudia Machado	SEDS/CPM	anaclaudia.machado@sepl.pr.gov.br	3210-2808	
Luizmaria de S. Ribeiro	SEDS/SESD	luizmaria@sepl.pr.gov.br	3210-2681	
Barbara Bravo	Quanta	barbarabravo45@gmail.com	(21)991081334	
Cid Blanco Jr	Quanta	cidblanco@quantaconsultoria.com	(21)998362465	
SONIA MARIA DOS SANTOS	SEPL/CDG	SONIA.MARIA@SEPL.PR.GOV.BR	8313-6815	Sônia
José Alberto de (M) (O)	SEET	jas@seet.pr.gov.br	3611-1102	
Manoel Victor Figueiredo	consultoria	mvictor.figueiredo@gmail.com	(11)994731378	
PAULA RYDYGIER DE RUSTIGER	CONSULTORIA	PRYDYGIER@GMAIL.COM	(41)382056864	

Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná

Relatoria de reunião

Data: 31/01/18 09:00

Local: ITCG Rua Desembargador Motta 3428 Mercês, contato Gislene Lessa

Participantes

Consórcio contratado: Maria Fernanda Incote Montanha Teixeira, Oriol Biosca Reig, Marcelo Zolet

Governo do Estado do Paraná: Gislene Lessa (Diretora de Geomática do ITCG), Patricia Cherobim (SEPL)

Pauta: Bases cartográficas e geoprocessamento.

DISCUSSÃO

Gislene Lessa:

O litoral tem muitas questões fundiárias a resolver, por conta da presença de terras devolutas do Paraná e da União. O ITCG com frequência se envolve nessa identificação das áreas, o que auxilia o processo de regularização fundiária, titulação de posse, etc. Em relação à essa questão, são pessoas chave no assunto: Amilcar Cavalcanti Cabral (diretor/presidente do ITCG) e Roberto Gomes (diretor de terras), Constantino Stopinsky Filho (trabalhou muito tempo no IAP, tem muito conhecimento).

Há uma questão de litígio de fronteira entre Paraná e São Paulo na divisa situada em Guaraqueçaba.

O ITCG também apoia o programa FGRD – Fortalecimento da gestão de riscos e desastres, por meio do mapeamento de áreas de risco.

Em março de 2011, o grande volume de chuvas provocou deslizamentos na Serra do Mar, só não houve mais vítimas porque essas áreas estão conservadas. A comunidade de floresta está constantemente em alerta por estar

em área de risco. Seria interessante envolver a Defesa Civil no PDS, a pessoa chave seria Edmilson Barros, que trabalha no Palácio das Araucárias, 1º andar.

Em novembro e dezembro de 2015 foi realizado um levantamento por radar interferométrico, com processamento dos dados durante o primeiro semestre de 2016. Escala 1:10.000. Não abrange toda a região do litoral, foi feito um recorte por bacia.

Existem imagens georreferenciadas e planialtimétrico vetorial do ano 2000, em SAD69, na escala 1:25.000. Decorrente do Projeto de Proteção da Mata Atlântica, Pró-Atlântica, com consultores alemães. Disponível no site do ITCG.

Também no site do ITCG estão disponíveis fotografias aéreas/levantamento planialtimétrico de 2003.

Em 2005/2006 o Paranacidade/SEDU contratou ortoimagens spot5 com resolução de 5m, de uso e cobertura da terra, para atualização cartográfica. Ainda hoje essas ortoimagens são intensamente usadas pelo ITCG. Mosaico completo do Paraná. A consultoria deve solicitar esse material diretamente ao Paranacidade/SEDU, para o Carlos Storer e/ou engenheiro cartógrafo do Paranacidade.

Há mapas de declividade para toda a região do litoral na escala 1:50.000.

Em 2012 a Copel fez um levantamento de ortofotos (modelo do terreno, retificada, laser, escala 1:2.000 da área urbana) e ortoimagens (área rural resolução 2m). Qualquer coisa que venha da Copel precisa de um ofício de solicitação e termo de compromisso que deve ser utilizada a informação apenas para o PDS, citando todas as informações do contrato.

Cartografia de base e temática do ZEE, principalmente do ano 2000 em SAD 69. Houve sobreposição de mapas para cada caso em particular. Consultar ao fim do documento do ZEE a relação com as fontes cidades para cada um dos mapas. Devemos citar no PDS como fonte do mapa não apenas o ZEE mas também a fonte de origem, que está especificada ao final do relatório do ZEE.

SÍNTESE

PRINCIPAIS QUESTÕES ABORDADAS

- Histórico e formatos das bases cartográficas existentes para a região do litoral.

PONTOS SENSÍVEIS E/OU DE ATENÇÃO

- As informações de 2000 estão em SAD69. As informações mais recentes já em SIRGAS 2000. O ITCG trabalhou os mapas do ZEE em SAD 69 sem converter para SIRGAS. O Marcelo (consultor) pretende converter as informações para SIRGAS 2000.
- É interessante o PDS utilizar os levantamentos cartográficos mais recentes que aqueles usados no ZEE, à época ainda não havia o levantamento por radar interferométrico.

ENCAMINHAMENTOS/ DELIBERAÇÕES

- O ITCG irá disponibilizar o material que foi contratado pela instituição, mediante um registro com a ouvidoria do Instituto.
- Gislene salvou informações do ZEE no pen drive do Oriol.
- Ficou combinado que o HD externo do Marcelo ficará com a Gislene para salvar outras informações. Maria Fernanda irá providenciar o ofício para obter as informações da Copel. Marcelo e Maria Fernanda irão procurar o Storer e o Cristiano do Paranacidade para obter as informações que foram contratadas por eles.

Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná

Relatoria de reunião

Data: 31/01/2018

Local: Secretaria de Cultura

Participantes

Consórcio contratado: Maria Fernanda Incote Montanha Teixeira, Patrícia Casal

Governo do Estado do Paraná: André Godinho (SEJU), Regina Bley (SEJU), Katia Koti (Paraná Projetos), Marta Yoshie Takahashi (Paraná Projetos), Marilda Keller Zarpelon (Paraná Turismo), Deise Bezerra (diretora técnica do Paraná Turismo), Hardy Guedes (técnico cultural Paraná Turismo), Charles Marins (EMATER), Aimoré Índio do Brasil (Secretaria da Cultura), Evandro Pinheiro (Paraná Turismo)

Outros: Marcos Camper (ADETUR LITORAL), Rafael Andreguetto (ADETUR LITORAL)

Pauta:

Comunidades e comunidades tradicionais

Culturas tradicionais e étnicas

Patrimônio histórico, cultural e arqueológico

DISCUSSÃO

Patrícia: Apresentação. Representante dos especialistas da Hidria (empresa parte do consórcio de consultoria) da área de Patrimônio e Turismo. Problemáticas, visões de futuro para o turismo, turismo ligados às Unidades de Conservação, quais são as problemáticas para o desenvolvimento do futuro, quais são as potencialidades.

Maria Fernanda: Apresentação

Deise: Observou a questão da ausência do IAP na plenária e nas reuniões temática, destacando a importância deles nas discussões do turismo.

Regina: Bárbara esteve na SEJU, ficaram de conversar novamente e disponibilizar informações – interlocução voltadas às políticas públicas. A SEJU irá contribuir com a temática da estruturação social, representada pela Bárbara.

Marta: Pela manhã foi tratado a respeito do que seriam alternativas caso o Porto não se instale e caso se instale. O turismo tem sido transversal aos temas do socioterritorial, economia, direitos humanos etc.

Regina: Conselho com representação, caiçaras e pescadores artesanais, eles trazem suas dificuldades. Convenção 69, normativas que devem ser levadas em conta ao longo do Plano, sob pena de futuramente haver problemas com ministério público e órgãos fiscalizadores.

Comunidades sem infraestrutura básica precisam ser mencionadas no PDS no tema de infraestrutura.

Na região do litoral: caiçaras (comunidades tradicionais culturalmente diferenciadas, com organização social diferenciada), indígenas guaranis, benzedeiros, quilombolas, cipozeiros, ilhéus, pescadores tradicionais.

Marta: Turismo de base comunitária. Rede caiçara de turismo, Cooperguará (teve muito apoio da SPVS), Grupo Guarapés Turismo, Mestres Fandangueiros, Rio Sagrado – vivências, Aldeia Cerco Grande, Comunidade em Barbados. Valadares é o resultado do êxodo das comunidades estuarinas, tem muitos problemas de regularização fundiária, hoje tem quase 20 mil moradores, tem força política.

Serão refeitos os trapiches da Ilha do Mel, Ilha das Peças, ação do porto de compensação pela dragagem do Canal da Galheta.

Uma das maiores reivindicações dos pescadores é a pesca da tainha com cerco, o que não é permitido no Paraná, apenas em São Paulo. O Ministério acompanha essa questão porque já chegou na questão legal.

O crescimento da atividade náutica, oferta de locação de charters, associação de barqueiros para lazer, aumento perceptível da atividade náutica para o turismo, gerando bastante receita, o que pode contribuir para o turismo comunitário.

Deise: As iniciativas têm apoio grande no começo, mas tem dificuldade de se manter enquanto turismo. Para quem vai ofertar, qual é o produto. Hoje o turismo é insipiente no litoral. Não conseguem atrair demanda porque não conseguem buscar as ações que os mantenham. A iniciativa começa sem conversar com o mercado.

Problema de gestão, faltam políticas públicas para que as iniciativas se mantenham. Estão todas em torno de UCs, parques nacionais, etc, não podem desenvolver certas atividades produtivas.

Rafael: Na Ilha do Mel o IAP multa os empresários que venham a fazer modificações nas pousadas sem autorização, os empresários não podem utilizar os imóveis para obtenção de crédito devido às questões de propriedade.

Marta: trapiches e flutuantes, com o número de pessoas beneficiadas.

Charles: Em Superagüi a questão de abastecimento de água e rede de esgoto é um problema sério. A discussão é grande, é preciso envolver o poder público municipal. O volume de lixo que se acumula é um problema. A água tem captação que não é suficiente durante a temporada. Existe intenção de estimular a comunidade a construir sistemas para captar água pluvial. Existe uma dependência da comunidade às iniciativas do poder público.

Regina: Para qualquer ação para um PDS o primeiro passo é existir um levantamento de quais são as comunidades que mais estão em necessidade de serviços e infraestrutura básica.

Marta: Nem todas as comunidades sequer tem acesso às placas fotovoltaicas para energia elétrica.

André: Ficam à mercê de vender imediatamente o peixe porque não tem como manter o peixe refrigerado.

Regina: O PDS pode pensar em alternativas mais tecnológicas e sustentáveis para essas comunidades.

Rafael: O grande desafio para os empresários é não pode investir porque a legislação não permite, indústrias não conseguem o licenciamento.

Aimoré: Quando foi feito o tombamento da Serra do mar, o governo de Santa Catarina não quis ser parceiro, e posteriormente sofreram as consequências dos desastres naturais. As alternativas de desenvolvimento sempre são caras e ninguém quer banca-las.

Evandro: O papel do Estado no tocante à preservação não pode visar lucro. Nós temos uma situação de preservação que nos permite ter água de qualidade. Como adequar a atividade turística para que seja lucrativa. Existe tecnologia, custa caro, por isso as candidatas à concessão não querem. Sistemas alternativos de energia fotovoltaica. Hoje quase ninguém na Ilha do Mel faz a captação de água de chuva.

Na década de 1990 foram feitas as primeiras estruturas na Ilha do Mel, quando se estimou o número de visitantes em 5.000 supondo que esse seria o número de leitos nas pousadas, sem muita certeza. São 1,5 mil habitantes na Ilha.

EMATER: é importante o envolvimento direto das comunidades, para que possam valorizar esse processo. Questões legais impedem o produtor rural de acessar determinadas linhas de crédito se ele se caracterizar como Microempreendedor Individual (MEI) ou outro formato de empresa. Os produtores não conseguem beneficiar nada.

Banana chips, farinha, cachaça, aipim chips, torta de palmito pupunha, torta de palmito real. As caminhadas promovidas anualmente pelo EMATER envolvem 5 comunidades, com café da manhã feito pela comunidade. Na

Colônia Quintilha a última caminhada teve quase mil caminhantes, uma vez por ano. Se houvesse mais caminhadas haveria público. É fácil tornar roteiro permanente. Virou moda, pegou.

Patrícia: Tivemos experiências de consultoria em comunidades tradicionais com resultados ótimos, quando essas pessoas percebem interesse nas suas práticas e sentem-se valorizadas.

Aimoré: Superagüi foi tombada antes de ser Parque, não apenas visando a preservação ambiental, mas também da cultura e do ser humano. Há enfrentamentos quando ocorrem a expulsão de comunidades tradicionais de áreas protegidas.

Centro histórico de Antonina é tombado pelo IPHAN. Há também outros edifícios tombados como a estação ferroviária, capela, igreja.

Paranaguá: centro histórico tombado pelo Estado, tirando Curitiba é o município do Paraná com o maior número de bens tombados: forte da Ilha do Mel, a Ilha do Mel, outros.

Morretes: tem o estudo completo do centro histórico que deve ser tombado, casa Rocha Pombo onde é a sede da DETUR, capela, outros

Pontal do Paraná: Sambaquis do Guaraguaçu.

Matinhos: A Orla Marítima de Matinhos foi tombada em 1974, com poucas frases no livro tombo (“está tombada a orla de Matinhos”), proposta do professor Bigarela. Não há compreensão do que era esperado na época com esse tombamento. Interpreta-se hoje como o espaço entre o Hotel e as pedras de Matinhos. O Conselho delibera sobre isso. Ao redor do bem tombado existem restrições legais.

Existe uma normativa que autoriza a engorda da praia de Matinhos, disponível no site da secretaria da cultura > bens tombados > orla de matinhos.

Maria Fernanda: Na hipótese de o município optar por alterar os parâmetros urbanísticos construtivos dos edifícios em frente à praia, o que acontece?

Aimoré: Precisa passar pelo conselho deliberativo, pode ser feita uma normativa autorizando.

Deise: É importante o PDS traçar ações imediatas, dando resposta ao que já está implantando, à estrutura empresarial já colocada, consequentemente a todas as pessoas que dependem do turismo no litoral.

Marilda: A questão da sazonalidade é trabalhada pelo Estado sempre: instalação de banheiros químicos, chuveiro, salva-vidas. Na operação verão é a única oportunidade em que o lixo é de fato retirado das ilhas, porque a prefeitura não consegue manter durante o ano.

Marcos: Houve uma época que o turista que ia para a Ilha do Mel recebia um saco de lixo para retornar ao continente, e ganhava uma fotografia como “recompensa”, o que ajudou muito na época.

Deise: O PDITS ainda é um documento vigente, identifica fragilidades.

SEJU apresentou o mapa de terras e territórios e povos e comunidades tradicionais do estado do PR. Disponível no site do ITCG.

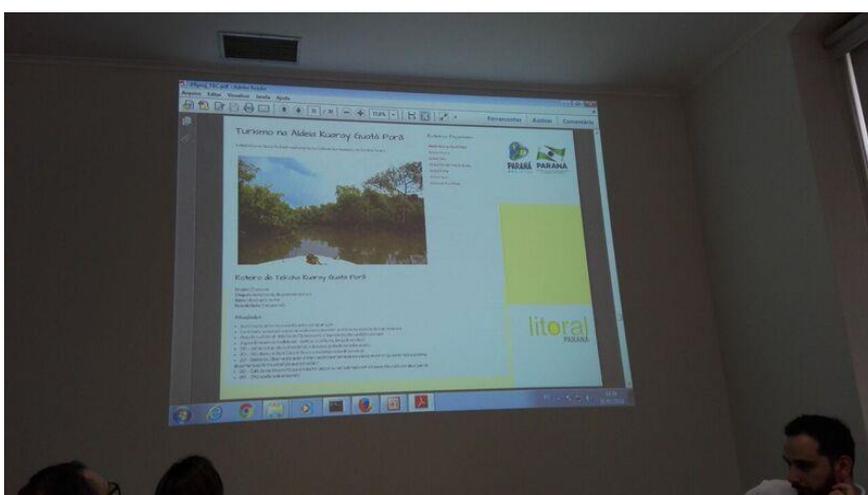
SÍNTESE

PRINCIPAIS QUESTÕES ABORDADAS

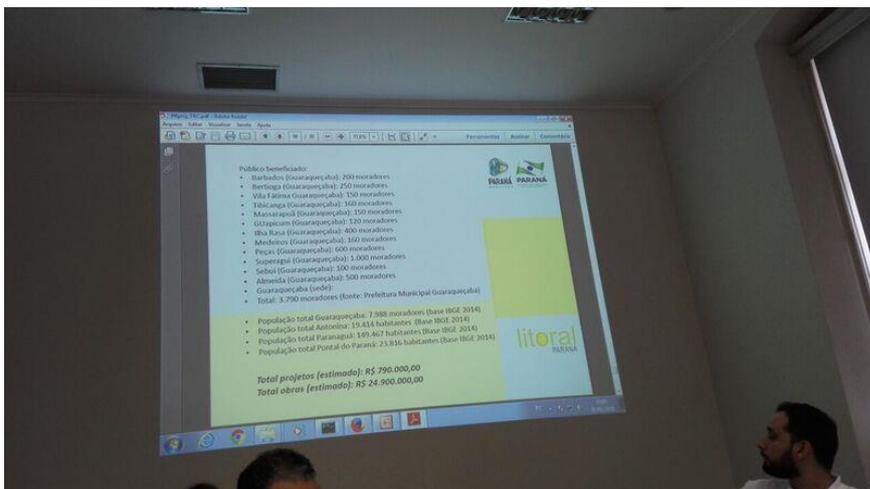
- Localização e características das comunidades tradicionais com potencial turístico
- Carências de infraestrutura básica
- Problemas enfrentados pelos empresários, pescadores e comerciantes locais
- Patrimônio tombado
- Atividades turísticas existentes e potenciais

PONTOS SENSÍVEIS E/OU DE ATENÇÃO

- É importante a questão da implantação de formas alternativas de energia, água, esgoto e tratamento de resíduos sólidos nas comunidades tradicionais. A questão do trabalho de capacitação de comunidades, com o objetivo de torná-las mais autônomas, menos dependentes das iniciativas de governo.



PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ



Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná

Relatoria de reunião

Data: 31/01/18, 14:00.

Local: SEPL, Palácio das Araucárias, 4º andar, Ala D.

Participantes:

Consórcio contratado: Márcia Campos (equipe de comunicação), Heverson Bayer (equipe de comunicação), Maurício Maas (mediação)

Governo do Estado do Paraná: Sônia Maria dos Santos (SEPL), Simone Mattos, Pedro Dutra (comunicação gabinete do Governador do Paraná)

Pauta:

- Decidir sobre o plano de comunicação – publicação nas redes sociais, divulgação, notícias
- Comunicação com stakeholders

DISCUSSÃO

Marcia/Heverson: Apresentado o Plano de Comunicação para o PDS Litoral. Foram abordadas as formas como serão realizadas as divulgações e os seus meios, como os veículos de imprensa (rádio, televisão, impressos e virtuais). Também o uso das principais redes sociais, como Facebook, Instagram, Twitter e Youtube.

Toda a comunicação divulgada será transparente e aberta aos questionamentos ou dúvidas da população do litoral, entidades, ONGs e outras pessoas ou instituições que apresentam alguma dúvida sobre o projeto em desenvolvimento.

Também foi abordada a importância de saber utilizar o melhor veículo de comunicação para chegar até os moradores locais. Por exemplo: via rádio em locais onde o acesso à televisão ou internet é mais precário, como em alguns povoados de Guaraqueçaba e o desafio de fazer chegar esta comunicação.

Site: explanação sobre os principais links que serão utilizados.

Sonia: De fundamental importância a comunicação com o público externo.

Marcia/Heverson: Haverá no site um link chamado Fale Conosco, que servirá para respostas de técnicos, quando esta for a necessidade, e também por parte da comunicação.

Sonia: É importante saber quem responde e principalmente o tempo de resposta.

Marcia/Heverson: Foi esclarecido que uma das formas de mostrar transparência das ações que estão sendo feitas pelo PDS Litoral será feita via newsletter que será postada no link Imprensa constante no site.

SÍNTESE

PRINCIPAIS QUESTÕES ABORDADAS

- Principais aspectos do Plano de Comunicação

PONTOS SENSÍVEIS E/OU DE ATENÇÃO

- Conhecer de fato o que a população busca com o PDS Litoral.
- Como fazer com que todos tenham acesso às informações.
- Acesso ao mailing list do governo do Estado do Paraná.

ENCAMINHAMENTOS/ DELIBERAÇÕES

- Após solicitação, Sônia Maria dos Santos ficou encarregada de entrar em contato com a Comunicação Social para pedir acesso ao mailing list dos veículos de comunicação do litoral. Dessa maneira a equipe de comunicação consultora do PDS Litoral poderá traçar metas para uma divulgação assertiva.



PDS_LITORAL

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

LISTA DE PRESEÇA



SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL - SEPL
COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO GOVERNAMENTAL - CDG



BANCO MUNDIAL
BIRF - AIF | GRUPO BANCO MUNDIAL

Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná – PDS_LITORAL

LISTA DE PRESEÇA

LOCAL: SEPL. Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n – Palácio das Araucárias 4º Andar – ala D

DATA: 31/01/2018 – 14:00

PAUTA: REUNIÃO TEMÁTICA: COMUNICAÇÃO

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE	ASSINATURA
Heverson Bayer	BCC	contato@bayercampos.com.br	99620.260	
MÁRCIA CAMPOS	BCC	contato@bayercampos.com.br	999868126	
MAURICIO D. MAAS	CONSULTORIA	MAAS.MAURICIO@MAIL.COM	984061605	
SÔNIA MARIA DOS SANTOS	SEPL IPDA	SONIA.MARIA@SEPL.PR.GOV.BR	33136815	
SIMONE MATTOS	SEPL	SIMONE.MATTOS@SEPL.PR.GOV.BR	3313-6333	
Pedro H. Dutra	SEPL	PEDRO.DUTRA@SEPL.PR.GOV.BR	3313-6334	

Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná

Relatoria de reunião

Data: 31/07/2018, 14:00

Local: IPARDES. Rua Amazonas Marcondes, 336, Cabral, Curitiba – PR.

Participantes: Julio Suzuki (IPARDES), Evandro Razzoto (SETI), Marta Yoshie Takahashi (Paraná Projetos), Mauricio Lunardon (SEAB), Sonia Maria dos Santos (SEPL), Daniel Nojima (IPARDES), Jorge Guerra (SEPL), Mario J. Figueiredo (SEPL), Homero Leite Pereira (SEPL), Noe V. dos Santos (SEPL), Deise Bezerra (PRTUR), Rosane Gonçalves (SEJU), Suelen Gliski R. Santos (SEJU)

Consórcio contratado: Manoel Victor Figueiredo, Cid Blanco, Taco Roorda

Governo do Estado do Paraná:

Pauta: Produção e desempenho, cadeias produtivas e arranjos produtivos locais (APL), emprego e renda, investimentos previstos ou em andamento, demografia e fluxos migratórios, arrecadações municipais e repasses.

DISCUSSÃO

(Manoel Victor):

- Pergunta qual é o trabalho análises demografia e tendências demográficas que ainda tem que ser realizado, como pode contribuir neste quesito, tendo em vista o grande acervo de informações do IPARDES.

(Julio Suzuki):

- As progressões demográficas são desatualizadas, em alguns casos podem estar erradas.
- Os dados do IPARDES podem ser lidos como um cenário tendencial.

(Daniel Nojima):

- Começa a falar sobre um dos movimentos migratórios tendenciais para o litoral paranaense que é o dos aposentados que buscam um lugar mais calmo para passar sua aposentadoria.

(Mario J. Figueiredo):

- Conta um pouco sobre o histórico do litoral, que, segundo o mesmo foi abandonado pelos paranaenses na década de 1990, mas nos anos 2000 acaba recebendo um bom investimento, e acaba criando uma tendência para alguns dos municípios.

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

- Uma tendência de pessoas se mudar para ir morar na praia, aposentados, principalmente Guaratuba, pois tem uma boa estrutura, “é mais cidade que os outros balneários”.
- Também fala que atualmente o mercado de algumas cidades litorâneas está melhorando, sendo criadas hamburguerias, tendo mercados mais baratos que os da capital, e um preço cerca de 40% mais barato em carnes.
- Cita o fluxo migratório dos moradores para Joinville, para ensino (faculdade) e tratamentos médicos.

(Daniel Nojima):

- Dados do censo não consegue prever este movimento pendular entre o litoral paranaense e Joinville.

(Cid Blanco Jr.):

- Para descobrir quais casas são de moradores e quais são de veraneio, para isso poderiam ser utilizadas as contas de luz ou água dos meses de baixa permanência dos moradores de veraneio.
- Gostaria de prever os estoques de habitações que não são utilizadas.

(Julio Suzuki):

- Pergunta se o Quanta a tem algum sistema que consegue diferenciar o que é habitação ocupada e vazia.

(Mario J. Figueiredo):

- O que vai desequilibrar o mercado não são as casas existentes, e sim os investimentos, que criarão casas populares, e terão que criar uma nova estrutura de bairros para novas casas

(Cid Blanco Jr.):

- Cita a influência das moradias temporárias para os construtores.
- Devem ser criadas moradias para mercado popular.
- Devem ser criados bairros estruturados, com saneamento e estruturas básicas.
- Criar parcerias com construtoras, para evitar ocupações irregulares

(Daniel Nojima):

- Cita que pode faltar trabalho para a mão de obra jovem no litoral.

(Evandro Razzoto):

- A mão de obra do litoral tem um baixo nível de qualidade.

(Mario J. Figueiredo):

- O trabalhador praiano tem outro ritmo, do que o nosso, urbanizado.
- Imobiliárias têm muitos acessos nos seus sites, começa um crescimento populacional da praia, principalmente em Guaratuba, antigamente existiam prédios fantasmas fora de temporada, mas atualmente esses apartamentos estão cada vez mais habitados.

- Guaratuba ganhou 15 milhões do governo nos últimos anos para investir em infraestrutura.

(Manoel Victor):

- Qual é o volume de investimento para o litoral, e qual o retorno que isso irá gerar, os 15 mil empregos (citados que seriam gerados pelo plano) são diretos ou indiretos (devido ao efeito renda, atraídos pelo fluxo migratório). Temos como prever os investimentos públicos, e os privados?

(Mario J. Figueiredo):

- Quem vai fazer o porto?
- O que vai fazer uma variação real na quantidade de empregos é a construção do porto que traria uma grande quantidade de trabalhadores para a região.

(Julio Suzuki):

- O terreno do porto ainda tem impedimentos jurídicos? Resposta: sim.

(Cid Blanco Jr.):

- Há 2 planos, um com a previsão do porto e um sem o porto, cujo qual já foi projetado.

(Noé V. dos Santos):

- A Secretaria de Planejamento contratou a Paraná Desenvolvimento para criar um banco de dados dos projetos de investimento no Paraná.

(Deise Bezerra):

- Cita as 3 dinâmicas do litoral, norte – centro – sul, pois do ponto de vista da mesma são 3 regiões bem diferentes e que devem ser trabalhadas distintamente.

(Cid Blanco Jr.):

- Essas 3 dinâmicas se alteram a partir da modificação das vias estruturais neste litoral.

(Mario J. Figueiredo):

- Cita a necessidade do consorcio se aliar com os prefeitos destas cidades litorâneas, pois isso facilitaria o trabalho, pois os mesmos têm muito mais conhecimento local.

(Manoel Victor):

- Na contextualização trabalharemos com esses itens de espacialização, a matriz de zoom produto dá mais viabilidade para calcular outros produtos econômicos.
- Trabalharemos juntos com o IPARDES para calcular os dados demográficos para a contextualização.
- Nas oficinas criaremos um contato com os prefeitos, mas em outra etapa.

(Jorge Guerra):

- Diz para conversarem antes com os prefeitos e Mario J. Figueiredo concorda que seria muito rico para aprenderem os conflitos internos dentro da cidade.

(Taco Roorda):

- A reunião com os prefeitos pode ser realizada em um encontro antes das oficinas.

(Sonia Maria dos Santos):

- Eles (consórcio) têm que estar bem informados para conversar com os prefeitos.

(Marta Yoshie Takahashi):

- A classe operaria não gera empregos locais, e sim traz novos operários de fora, como foi o caso de Adrianópolis, lá é possível ver que os construtores preferem pagar uma moradia temporária, ao invés de investir na construção de moradias populares.

(Mauricio Lunardon):

- Em Paranaguá o ensino é muito fraco, nenhuma escola tem nota suficiente no (indep?)

(Evandro Razzoto):

- Mão de obra, ensino e capacitação cultural no litoral é um assunto muito crítico.
- FIEP e SENAI podem auxiliar na qualificação da mão de obra local.

(Deise Bezerra):

- Acha fundamental participarem (consorcio) da próxima reunião com o COLIT.
- Acredita que é necessário resgatar os planos passados que foram criados em 2011.

(Julio Suzuki):

- Acredita que se não houver capital humano local, haverá transição de trabalho para a mão de obras de outros locais.

(Mario J. Figueiredo):

- Já existe uma geração de graduados regionais por conta das faculdades litorâneas.
- Sem a graduação não adianta treinar os funcionários.

(Evandro Razzoto):

- É necessário fazer um investimento de longo prazo com a educação.

(Marta Yoshie Takahashi):

- Conta que Paranaguá não tinha receptivo local, e que quando um navio de passageiro fez a primeira parada no porto o receptivo foi feito com apoio de empresas curitibanas, mostrando assim o despreparo local.

(Mario J. Figueiredo):

- O patrimônio histórico é essencial, porém deve ter uma limitação, por exemplo, bens imateriais.
- Conta que Guaraqueçaba é um espaço de criação e nascimento de espécies endêmicas.

(Cid Blanco Jr.):

Existem 2 caminhos que podem ser tomados: um com o porto e outro sem o mesmo, o governador não vai fazer um grande investimento para um porto que pode não acontecer. Devemos trabalhar com outras linhas de desenvolvimento da economia da região pois o objetivo deste projeto é também melhorar a renda dos moradores

(Mario J. Figueiredo):

- Existe um grande entrave para o porto por causa dos latifundiários, e também pelo grande impacto natural que isso iria causar.
- Paraná tem destaque no maior número de praias balneárias com possibilidade de tomar banho.

(Evandro Razzoto):

- Florianópolis e Balneário Camboriú estão muito mal com a poluição da praia, por isso não podemos culpar tanto as ONGs que protegem as praias paranaenses.

(Rosane Gonçalves):

- Conta que as pessoas (moradores do litoral) tem interesse pelas obras.
- Cita que além do ciclo dos idosos que vão para praia, existe um ciclo mais novo que vai para a praia para tratar da demanda gerada por estes aposentados.
- Existe uma população que decide ir morar na praia como uma maneira de fugir do caos urbano.

(Julio Suzuki):

- O veranista quer que fique como está, mas o morador quer que mude, mas qual é o lado que mais conta?

(Cid Blanco Jr.):

- Deve-se ver qual é proporção de usuários de veraneio em relação aos próprios moradores, porque talvez, se 70% da população é de veraneio, exista um morador “não-morador” que contribui mais com o IPTU do que os próprios moradores.

(Daniel Nojima):

- No DENI existe estatísticas com números e históricos.

(Cid Blanco Jr.):

- Lembra que o Censo 2010 não abrange o cenário atual, principalmente com a crise no meio do deste período, os dados estão muito desatualizados.

(Evandro Razzoto):

- Deve-se criar atividades para o morador fora de temporada, para criar condições de lazer.

(Marta Yoshie Takahashi):

- Conta sobre os segmentos de Turismo especializado, como o turismo de observar aves (Guaraqueçaba, Guaratuba)

(Julio Suzuki):

- Deve-se criar um turismo perene, não apenas um atrativo de verão.

(Mauricio Lunardon):

- Agricultura: Guaratuba produz 25% da banana do Paraná e tem um grande crescimento no plantio da pupunha.
- Em Morretes existe um grande plantio de hortaliças, gengibre.
- Principal atividade das regiões é a pesca.
- Dados da agricultura do Governo Paraná – é melhor usar os dados do do estado do que os do senso.

(Evandro Razzoto):

- Analisar custos de impostos para empresas, energia e água futuros.

(Julio Suzuki):

- Aguarda a demanda do consórcio para que possam colaborar.

SÍNTESE

Na reunião foram abordadas questões sobre dados e como conseguir informações econômicas e populacionais da região, os impactos que o porto pode causar, a mão de obra local, assim como o ensino regional e como pode ser melhorado.

PRINCIPAIS QUESTÕES ABORDADAS

- Como conseguir dados necessários para o projeto.
- Migrações para o litoral.
- Mão de obra local e como capacitá-la.
- Impactos que o porto pode trazer.

PONTOS SENSÍVEIS E/OU DE ATENÇÃO

- Impactos do porto novo.
- Realização ou não do mesmo, necessidade de criar 2 planos, contando com ou sem o porto.

- Assim como a necessidade de criar outras formas de renda local que não só do porto.
- Ensino regional, como qualificar a mão de obra local.

ENCAMINHAMENTOS/ DELIBERAÇÕES

- Consórcio deve encaminhar solicitação de informações ao IPARDES.





LISTA DE PRESEÇA



SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL - SEPL
COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO GOVERNAMENTAL - CDG



BANCO MUNDIAL
BIRD - IFC - IDB

Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná – PDS_LITORAL

LISTA DE PRESEÇA

LOCAL: IPARDES. Rua Amazonas Marcondes, 336 – Cabral

DATA: 31/01/2018 – 09:00

PAUTA: REUNIÃO TEMÁTICA: ECONOMIA

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE	ASSINATURA
SÔNIA MARIA DOS SANTOS	SEPL	SONIA.MARIA@SEPL.PR.GOV.BR	3313-6815	Sônia
Maurício Marcondes	SEAB	lmarcondes@seab.pr.gov.br	4121526350	Maurício
DANIEL NOJIMA	IPARDES	daniel.nojima@ipardes.pr.gov.br	3240 6345	Daniel
JORGE GUERLA	SEPL	jorge.guerra@sepl.pr.gov.br	3313-6814	Jorge
MÁRIO JOÃO FIGUEIREDO	SEPL	marjo.figueiredo@sepl.pr.gov.br	931128892	Mário
HONERO LEITE PEREIRA	SEPL	HONEROPEREIRA@SEPL.PR.GOV.BR	3351.7629	Honero
NOE V. DOS SANTOS	SEPL	noel@sepl.pr.gov.br	33577646	Noel
Deise Beterra	PRTUR	deisebeterra@turismo.pr.gov.br	3313-3521	Deise
Rosane Gonzalves	SEJU	rosanegonzalves@seju.pr.gov.br	3210 2896	Rosane
Sulim Magalhães R. Santos	SEJU	sulimmagalhães@seju.pr.gov.br	3210-2855	Sulim
TACO REORDE	CONSÓRCIO	taco@cidadeplenos.com.br	99975-7730	Taco
Evandro Bezerra	SETI	bezerra@seti.pr.gov.br	41 9968-0509	Evandro
MARTA YASUIE TAKAHASHI	PARANA PROJETOS	MARTA@PARANAPROJETOS.PR.GOV.BR	3213-7700	Marta
Cid Bianco Junior	CONSÓRCIO	cid.bianco@quanticonsultoria.com.br	(41) 998762405	Cid

Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná

Relatoria de reunião

Data: 31/01/2018, 09:00

Local: SEMA. Rua Desembargador Motta 3384, 3º andar, Curitiba – PR.

Participantes:

Governo do Estado do Paraná: Enéas Machado (Águas Paraná), Leopoldo Fiewski (SEMA), Sueli Ota (SEMA), Everton Souza (Águas Paraná), José Luiz Scroccaro (SEMA/CRHA), Eduardo Pinheiro (Paraná Turismo), Fabricio Miyagima (SEPL/CDG), Danielle Prim (ITCG)

Consórcio contratato: Patricia Casal (Consórcio), Emanuel Maciel (Consórcio), Eduardo Martínez (Consórcio), Mauricio Maas (Consórcio)

Pauta: Solo, subsolo e topografia; ambientes hidro mórficos; unidades de conservação; hidrografia e hidrologia; fauna e flora; áreas de risco; órgãos de fiscalização e licenciamento; infrações; habitação e questão fundiária.

DISCUSSÃO

MANHÃ

(Fabricio Miyagima):

- Apresentação do plano – em 2011 uma série de empresas procuraram o Estado para implantar indústrias no litoral do Paraná.
- Existe a projeção de 15 mil empregos novos com a execução desse plano.
- Decreto 2647/2011.
- Plano de Desenvolvimento Sustentável do Litoral.
- Plano de duração de 1 ano, dividido em 5 etapas. No final de cada etapa ocorrerá audiências públicas.
- Hoje estamos falando bem especificamente da área ambiental.
- O objetivo de hoje é estreitar as relações.
- Questão de solo, subsolo e topografia; ambientes hidro mórficos; unidades de conservação; fauna e flora, área de risco; órgão de fiscalizações e licenciamento; infrações; habitação e questões fundiárias.

(Sueli Ota):

- Vou falar sobre o sistema SEMA: é formada pelo Águas Paraná, o ITCG, o Instituto Floresta e o IAP.
- Temos a incumbência de tratar da parte ambiental do Estado.

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

- Cada coordenação fica vinculada a uma autarquia que representa o executivo e que vai à campo.
- Temos alguns conselhos que tem cadeiras da área governamental e da civil.
- Diferença entre SEMA e IAP: O último é o órgão executivo e de fiscalização estadual (poder constitucional de controle). Já a SEMA tem 6 superintendências.

(Everton Souza):

- Águas Paraná é responsável pelos recursos hídricos do Estado. Controle e comando do uso das águas.
- Utilizamos os instrumentos que temos na lei. Outorga para uso d'água – utilização, captação (controle dos efluentes), enquadramento dos corpos d'água (enquadramentos de 25/27 anos – hoje a realidade é outra então existe a necessidade de reenquadrar), sistema de informações de recursos hídricos – era antigo e pouco amigável, não cumprindo com a tarefa (processo de melhoria através de um sistema de outorga – para agilizar e dar acesso à população).
- Fazemos monitoramento de recursos hídricos – está dentro do sistema de informações – faixa de 250 locais de controle de nível de rio ou por régua ou por computador.
- Elaboração de plano – apenas temos processo de cobrança dentro do plano da bacia. Verificado os problemas e potencialidades você estabelece programa das bacias. Só temos cobrança na Bacia do Alto Iguaçu que está vigente há 4 anos – o pagamento é pequeno, mas cria a cultura do pagamento.
- Temos área de resíduos sólidos.
- Auxiliamos no controle de erosão.
- Instituição também de saneamento ambiental – não trabalhando apenas em 1 vertente das 4 existentes.

(Enéas Machado):

- O plano de bacia é um dos instrumentos dos recursos hídricos.
- O Paraná está dividido em 12 regiões de planos hidrográficos.
- Um dos planos que está sendo feito é o litorâneo – irá até julho deste ano, podendo esticar o prazo. Composto por diagnóstico (uso do solo, demandas hídricas, disponibilidade hídrica, ...), elaboração do cenário – balanço hídrico, enquadramento dos rios (qual classes de rios) está sendo feito mais abrangente no litoral – segmentando os rios em vários trechos (especialmente em áreas urbanas e adjacentes a elas), é feito o plano de efetivação, é feita a lista de ações do plano de bacia (outras obras além do enquadramento).
- A relação é entre a empresa, eles e bacia – passa pela câmara técnica e volta para a empresa, plenária do comitê. Na plenária não existe muita discussão pois já houve discussão com a empresa. Processo lento – pois não depende só deles e da empresa.
- Recomenda que marque reunião com a Empresa e com eles para maior discussão, para facilitar o processo.

- O diagnóstico já foi entregue e está no site do Águas Paraná – Gestão de bacias – Plano de bacias.

(Everton Souza): Pegamos todas as nossas atas e fizemos um resumo. Criaram isso para facilitar.

(Fabricio Miyagima): A primeira reunião do consorcio foi com ministério público para evitar possíveis problemas. O processo está sendo bem transparente.

(Everton Souza): Todas as reuniões com o ministério público foram colocadas que eles são participantes do comitê para tornar o processo mais transparente. Pois o ministério público se colocava como ouvinte.

(Fabricio Miyagima): A questão portuária é bem eminente. Por isso contratamos um mediador de conflitos. Pois temos noção que vamos encontrar dificuldades.

(Emanuel Maciel): Qual é o grau de interferência, pois os municípios têm suas secretarias, e a secretaria do paraná, acaba em algum momento tendo conflito?

(Everton Souza): Constitucionalmente é obrigação municipal, na maior parte é passado para a SANEPAR. Apenas Antonina e Paranaguá que não. A SANEPAR é uma usuária de água, ou seja, pede outorga para as ações. As ações do Água Paraná são de apoio. Nós não somos detentores da obrigatoriedade.

(Eduardo Martínez):

- A equipe é metade internacional e a outra nacional.
- Estamos trabalhando em alguns projetos no Brasil bem semelhantes e por isso estamos familiarizados com alguns processos. (Rio, Fortaleza).
- Tentaremos que problemas que tivemos em outros projetos brasileiros não tenhamos nesse.

Pergunta (Eduardo Martínez): Está clara que a responsabilidade de saneamento é municipal. Que porcentagem de tratamento existe na bacia litorânea?

(Everton Souza): tem muitos investimentos recentes. Então existem redes dos balneários que são de população fixa pequena, mas população flutuante grande, que foi ampliada. No diagnóstico das bacias nós temos essas informações, mas podemos levantar se há algum dado recente para acrescentar. Guaratuba, Matinhos 90%; Pontal 50%; Paranaguá tem uma empresa nova que está fazendo um plano novo; Morretes certeza que tem, Guaraqueçaba tem uma cobertura grande. Antonina não tem nem 9%, a abrangência é muito pequena, e tem problema que eles estão com 90% de inadimplência, por isso estão fazendo uma conscientização na população. A Ilha do Mel não tem tratamento sanitário até hoje, tornando um problema seríssimo por causa da empresa antiga de Paranaguá.

(Eduardo Martínez): Dentro do seu campo existe uma preocupação?

(Everton Souza): O plano tenta solucionar esse problema de esgota não tratado.

(Eduardo Martínez): Sobre os riscos de alagamentos estão incluídos?

(Enéas Machado): Estão incluídos, mas como mais tema histórico, como a chuva de 2011. Mas não fazemos estudos sobre tempo de ocorrência de enchentes e nem zoneamento de áreas inundadas. Nas áreas urbanas apenas as levantadas pela defesa civil, as quais estão dentro do plano.

(Eduardo Martínez): As unidades de conservação, que manejo tem? A nossa experiência é que existem muitas. Pois as ações são muito escassas. A realidade que temos dentro do plano é que o território de trabalho é mais 80% protegido. Quais são as linhas de trabalho? O que temos?

(Sueli Ota): No Estado do Paraná temos duas áreas de APAs importantes Foz e Litoral. Em todo litoral temos muitas unidades de conservação, dentro destas temos tipologias. Para cada uma dessas existe um manejo diferenciado. Para trabalhar com elas precisa de um conselho para fazer essa gestão das unidades. Temos tantas unidades porque é uma mata atlântica com fauna e flora muito rica. Deveria haver, por lei, uma revisão a cada 5 anos, porém isso não ocorre. Os planos de manejo existem e são aprovados, mas estão desatualizados. Por causa da eficiência dos planos a comunidade não tem conhecimento. Existem planos de manejo, existem conselhos que estão inoperantes, existe a criação de um conselho de Guaratuba, existe um de Paranaguá e um de Guaqueçaba. Existe uma liderança popular – exemplo: Ilha Do Mel – uma área sensível em que alguns se instalaram lá sendo caiçaras ou não, mas o uso da área é muito conflitante. Há duas áreas grandes de conservação. Estamos tentando abrir uma concessão para administrar as questões sanitárias durante o verão, pois Paranaguá se sente incapaz de cuidar com um grande volume de gente durante o verão. O Parque Nacional do Iguaçu é concessionado.

(Eduardo Martínez): A concessionária lucra?

(Everton Souza): Depende do quanto é cobrado. Em Foz se paga caro e se tem ótimo retorno.

(Patricia Casal): A empresa de travessia é feita por concessionária?

(Fabricio Miyagima): As linhas são dos caiçaras, por isso não há concessionária, por respeito à comunidade.

(Mauricio Maas): Há um diferencial quanto à Ilha do Mel, hoje não há comprove sanitário nem para os moradores locais. A união entre a unidade de preservação e o consorcio é difícil por conta da Abaline.

(Leopoldo Fiewski): Temos que trazer o ICMBIO para conversar. O Parque Nacional do Iguaçu sustenta o outro parque nacional (dois parques que são sustentáveis economicamente é Iguaçu e o da Urca – RJ). O caso dos parques do Paraná não se sabe há um estudo econômico de concessão, por problema político de Estado. Dentro desse estudo de sustentabilidade econômica precisamos quanto é que custa para a execução do plano de manejo.

(Sueli Ota): Tem muitas organizações e muitas ONGs, ou seja, as informações estão dispersas. Existem linhas que já tentaram melhorar, mas acabaram na metade por falta de investimento. Há uma grande falta de apoio. O turismo de base comunitária é uma possibilidade. Existe a apicultura, é uma possibilidade real de arrecadação, assim como a agricultura orgânica. Artesanato. O extrativismo há de pesca, caranguejo, palmito, cipó, e são

problemáticas por falta de conhecimento e de preservação. As áreas de proteção ambiental são bem sensíveis por haver animais existentes apenas nesses locais e em nenhum outro local do Brasil. Existem no Estado alguns projetos de planejamento de diagnóstico de remanescentes de Mata Atlântica, isso deveria estar alinhado com vocês.

(Mauricio Maas): O grande problema é a falta de troca de informações.

(Patricia Casal): Há registro das pessoas que participam do extrativismo?

Resposta (Sueli Ota): Sim, na EMATER há registro. Mas existe para a pesca, ostra. O problema está na exploração de palmito, pois é praticamente inteiramente ilegal. Existe um problema de legislação e fiscalização. Por fim, existe um recurso de ação judicial, o da Petrobrás que está 5 anos sofrendo ação judicial.

(Leopoldo Fiewski): A legalização, fiscalização e bom uso do palmito seria ideal.

(Everton Souza): A Ilha das Peças é a Ilha do Mel de 20 anos atrás. Todos os erros que foram cometidos na Ilha do Mel estão sendo cometidos na Ilha das Peças.

(Eduardo Martínez): No ponto de vista de Estado, os problemas de mudanças climáticas?

Resposta (Mauricio Maas): A tarefa é de escrever um alinhamento de plano de mudanças climáticas. Está tendo um investimento grande na área de investigação e estudos de sistemas de monitoramento, junto com a defesa civil, para investir na prevenção. Trabalhar numa rede de informações com todos os órgãos. Carece ainda de fazer um compromisso com o estado de plano de metas a serem alcançadas.

(Eduardo Martínez): Os planos de manejo estão todos no site?

(Fabricio Miyagima): Estão todos no site www.meioambiente.gov.pr.br.

(Evandro Pinheiro): Chamou atenção para o ICMS

(Sueli Ota): Recurso muito significativo e importante para o Estado, que é pioneiro nisso. Pode ser aplicado na saúde, educação. Ele influencia numa tabua de cálculo. O IAP está criando um plano para aumentar a arrecadação de ICMS.

(Emanuel Maciel):

- Investimento para o tratamento sanitário e não ser usado, ou seja, perda de dinheiro.
- Macro e micro drenagem é questão do município.
- Foça séptica é a mais usada no litoral.
- Fabricio – quem controla isso é a SANEPAR. Mas não é bem controlada.
- Evandro – num mesmo dia você pode ter um milhão de pessoas nos balneários.

(Emanuel Maciel): Quem cobra e como são feitas as cobranças?

(Evandro Pinheiro): A SANEPAR é quem cobra, e faz isso por medições.

(Fabricio Miyagima): é ideal conversar com a SANEPAR

(Emanuel Maciel): Em geral a captação é subterrânea?

(Evandro Pinheiro): Sim, mas não adequada.

(Emanuel Maciel): A margem desse canal está toda ocupada, mas existe um decreto de ocupação dessa margem?

(Evandro Pinheiro): Existe, mas não se respeita. O que acarreta num tipo de favelização, pois não há fiscalização. “Favela de Marinas” “Onde nada pode, tudo pode”. A expectativa de um plano desse é que possa nos respaldar no futuro, ou seja, é que sirva de incentivo para seguir melhor os planos.

(Fabrício Miyagima): Há falta de informações técnicas para ajudar o Estado a lidar com o Municípios.

(Sueli Ota): Como será feito a zona de transição por causa do grande impacto que será gerado.

SÍNTESE

Nessa reunião foram discutidos temas ambientais focados em preservação das APAs e parques. Além de melhorar o turismo da região para que seja mais sustentável. Já na parte hidráulica foi discutido o saneamento de cada município, a preservação das bacias, os problemas com enchentes. Em todos os assuntos abordados foi mostrado dados que o Estado tem e fornece nos sites de cada órgão.

PRINCIPAIS QUESTÕES ABORDADAS

- Turismo sustentável;
- Problemas com abastecimento de água e tratamento de esgoto;
- Enchentes;
- Problemas relacionados à Ilha do Mel.

PONTOS SENSÍVEIS E/OU DE ATENÇÃO

- As unidades de conservação;
- Problemas com os resíduos sólidos;
- Problemas de infraestrutura na Ilha do Mel.

ENCAMINHAMENTOS/ DELIBERAÇÕES

- Não foram discutidos os seguintes pontos previstos pela pauta: Solo, subsolo e topografia, áreas de risco, infrações, habitação e questão fundiária;
- Faltou a presença da SANEPAR e COPEL, para que o assunto fosse mais aprofundado (o Emanuel Maciel teve reunião com a SANEPAR).

Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná

Relatoria de reunião

Data: 31/01/2018 14:00

Local: Secretaria de Infraestrutura e Logística. Avenida Iguazu 420, 2º andar.

Participantes:

Governo do Estado do Paraná: Fernando Ferro (SPIL/AGE), Fernanda Holzmann (DER/AEA), Kamille Tombely (DER), Josil Rubaptista (SEIL/CGPP), Murilo da Luz (SEPL/ CCP), Fabricio Miyagima (SEPL/CDG), Nathalia Gallo (SEIL/APPA), Thiago Gomes (SEIL/PR), Glauco Lobo (DER/PR).

Consórcio contratado: Eduardo Martínez, Oriol Biosca, Emanuel Maciel

Pauta: Transporte público e sistema viário; logística; comunicação e energia; saneamento; resíduos sólidos; empreendimentos.

DISCUSSÃO

(Eduardo Martínez):

- Apresentação do consorcio e da empresa Hidria.
- Seu papel é nos recursos hídricos.
- Forte aplicação de infraestrutura no meio marinho.

(Oriol Biosca):

- Apresentação da MCRIT e BBM.
- Estudos de demanda de infraestrutura urbana.
- Mobilidade sustentável.

(Emanuel Maciel):

- Apresentação da QUANTA
- Vertente além de projetos, gerenciamento e produção. Há um plano de informática para melhorar as obras de engenharia

(Fernando Ferro):

- Prepararam uma apresentação geral da secretaria
- Gerir a infraestrutura de transporte do Estado e gerir edificações públicas

- Secretarias, Autarquias e Empresas públicas
- Rodovias públicas e concessionadas e ferrovias
- Maior investidor que há no litoral paranaense
- Manutenção de aeroportos, construções de pontes
- Infraestrutura terrestre (rodovias, ferrovias, aeroportos, heliportos e dutos) e marítima (portos, canais e marinas)
- Todas a infraestruturas de portagem no litoral, as marinas, tem uma deficiência em regulamentação
- O porto de Paranaguá movimenta 50 milhões de toneladas/ano
- Ferrovia 8 milhões toneladas/ano
- Rodovia 3 milhões toneladas/ano
- Movimentação de 68 milhões de toneladas/ano – projeção
- Veranistas – movimentação de população. População do litoral de 550 passa a 1 milhão. Todos vão de automóvel. Ocasionalmente congestionamento na serra, PR-417 e PR-412; e PR-412 e SC-412
- Acesso a Guaqueçaba – rodovia não pavimentada e sem condições de trafego. Demanda muito antiga. Dificuldades técnicas
- Novo acesso à cidade de Antonina e ao porto
- BR101 (ligação 376 e 101) pavimentação
- Nova 412 – faixa de infraestrutura de Pontal- permitirá viabilização do porto de Pontal
- Investimentos de ampliação do porto de Paranaguá e seu novo edifício
- Aeroportos de Paranaguá e Guaratuba, heliportos, marinas
- Terminais: embarcação turística
- Transporte urbano e in- termunicipal
- Transporte ferroviário mercadoria e passageiros
- Infraurbana de drenagem, saneamento
- Gás encanado

(Glauco Lobo):

Rodovia PR-340 – trecho BR-277 a Antonina

- Apresentação do sistema viário atual: Para que os caminhões acessem o porto de Antonina ocorre passagem dentro da cidade de Morretes e Antonina, ocorrendo uma volta de 24Km.
- Desde 95 estuda-se uma nova rodovia
- 2013 retomou-se o assunto
- 2016 o procedimento foi judicializado – 1º instancia não resolveu nada

(Fernanda Holzmann): havendo a interesse do estado um novo estudo ambiental seria feito. Em 2001 havia um estudo, mas era superficial.

- Objetivos e justificativas: Trafego de caminhões elevado, segurança viária/trafego de veículos pesados em áreas urbana, acidentes, desenvolvimento turístico regional, preservação dos bens patrimoniais, expansão da pratica portuária.
- O sistema atual passa por dentro do município, até o Pontal do Félix
- A avenida portuária contornaria o centro urbano direto ao Pontal do Félix
- Em 2013 foi feito um estudo de viabilidade técnico ambiental
- Existiam 4 opções de traçado
- De 24km passaria para 11km para acessar o porto
- Alternativas locacionais: 8 alternativas de traçado, fatores ambientais, sociais e econômicos; ajuste de traçado
- PR-340- Alternativa escolhida 1 – variante e subtrecho B
- Descrição do projeto: rodovia de pista simples, acostamento dos dois lados, ciclovia na área do litoral, extensão de 10,3 Km
- Cronograma de 24 meses da ponte do rio Nhundiaquara – extensão mínima de 1500 m – técnica construtiva de Cantitraveller (mínima interferência com a superfície terrestre).
- 107 milhões de reais – toda a rodovia
- É o projeto judicializado

(Fabricio Miyagima): Se o porto de Antonina não tem histórico quantitativo de carga?

(Glauco Lobo): Com a demanda de hoje já existe necessidade. A tendência é crescer, pois tem projeto de ampliação do porto. Hoje a justificativa é social, questão de segurança e turismo.

(Fernando Ferro): não está feita a rodovia pois o Brasil é um país muito burocrático.

(Nathalia Gallo): Já existem projetos de ampliação e de investimento para ampliar o transporte de carga.

(Glauco Lobo): O litoral ficou muito tempo sem receber investimentos.

(Fernando Ferro): Após a primeira obra o cidadão fica acostumado, tornando mais fácil a implementação de outras obras.

(Nathalia Gallo): o Paraná tem que estra preparado para receber cargas caso ocorra algum problema com os portos de Santa Catarina.

(Fabricio Miyagima): Um dos principais gargalos que existem é a questão da infraestrutura.

(Eduardo Martínez): Para que mais se usa o porto de Antonina?

(Nathalia Gallo): Chega apenas fertilizantes – importador.

(Eduardo Martínez): Aliviar Antonina e Morretes é o objetivo com esse processo?

(Fernando Ferro): Sim.

(Nathalia Gallo): Existem empresas que cortaram a frota ferroviária e investem apenas em rodoviária.

Faixa de infraestrutura Pontal do Paraná:

- Faixa de infraestrutura oeste do litoral do Paraná: Rodovia, canal de drenagem, gasoduto, linha de transmissão
- Hoje principal acesso é a PR- 412 – ocasionando uma segregação do município, ocorrem acidentes frequentemente, conflito de usos de modais, tráfego constante, não existe outra alternativa de tráfego de ponta a ponta (beira mar interrompida e sem infraestrutura)
- Canal de macrodrenagem: solução para as enchentes constantes durante o verão
- Solução integrada: evitar segregação, sinergia entre rodovia e canal.
- Possibilidades futuras: Dutos de saneamento, linhas de transmissão de energia elétrica, gasoduto, ferrovia
- Junto com o estudo de 2013 a EPL lançou um estudo de ligação de Aracaju com pontal de Paranaguá.
- Plano diretor tomou forma
- Área de preservação – Dutos - Rodovia – Ferrovia – Faixa de alta tensão – Canal de macrodrenagem – Urbanização – faixa de infraestrutura de 175m.

(Eduardo Martínez): Para que seria usada essa ferrovia?

(Murilo da Luz): Para abastecer o porto de Pontal. Priorizando que as cargas sejam deslocadas por ferrovia.

- O traçado de hoje é de 19 Km, trecho PR-407 (Ponta do Poço + 4 vias coletoras)

(Eduardo Martínez): Há necessidade de 3 portos no litoral do Paraná? Que estudos de demanda real temos dessas demandas portuárias?

(Fernando Raphael): Num país normal, um porto opera 70/80% da sua capacidade normal. Aqui, o porto de Paranaguá opera com 100% da sua capacidade, na beira do seu limite. Vivemos na eminência de filas rodoviárias (hoje diminui drasticamente por causa da gestão, mas ainda está sobrecarregado) e marinhas. A gente recebe caminhões de Rondônia, e a agricultura e pecuária brasileira só está aumentando, exigindo cada vez mais do porto de Paranaguá. Então, esses projetos portuários servem para aliviar o porto de Paranaguá (Plano de desenvolvimento portuário)

(Nathalia Gallo): Suprimos Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraguai, Argentina. Os dois maiores portos de grãos são de Santos e Paranaguá. Pegamos pouca carga de São Paulo, por causa do porto de Santos

(Glauco Lobo): Marcar uma reunião para discussão apenas da situação portuária. Conhecer o porto de Paranaguá.

- Porto será afastado da urbanização
- Existe uma necessidade de amplificação da conexão entre os balneários e a BR-277
- Licitação saíra no próximo mês
- Custo da primeira fase seria 260 milhões (rodovia em pista simples, canal de macrodrenagem, viadutos)
- Canal de macrodrenagem possibilita trafego de embarcações
- Requalificação da Pr-412 teria pista dupla, ciclovia, passeio.

(Fernanda Holzmann): existe estudo do IPHAN, existem estudo das aldeias junto a FUNAI.

(Oriol Biosca): A duplicação seria decorrente da abertura do Porto?

(Glauco Lobo): Sim, mas a construção já prevê duplicação.

(Mauricio da Luz): O desenvolvimento nunca acompanhou a necessidade de Pontal. A população residente será mais afetada que a de veraneio.

Ponte Caiobá - Guaratuba (vão de 800 m)

- A ponte é prevista aonde hoje atravessa o Ferry-Boat
- Demandaria uma melhoria numa estrutura viária nos dois municípios
- Adequação de capacidade/duplicação
- Há uma licitação em andamento - EVTEA
- Custo total 140 milhões de reais
- Prazo de execução de 37 meses
- Possibilidade de concessão (cobrança de pedágio)
- Diminuir o acesso por Garuva
- Será de pista simples, continuará com as restrições do Ferry-Boat
- O tráfego é sazonal

(Fabricio Miyagima): Existe pessoas contras por questões paisagísticas, e por não quererem o aumento de fluxo de carga pesada nas cidades.

BR-101 (Garuva/ Br-101-Br-277- SP/Br-116)

- Retirar a demanda de carga pesada passando por cidades e seguindo pela 101
- 306 milhões

(Oriol Biosca): Quanto o estado pode investir em infraestrutura

(Nathalia Gallo): 250 milhões/ano

(Fernando Ferro): O DER investe mais ou menos 1 bilhão

Transporte Hidroviário

(Josil Rubaptista):

- Plano Hidroviário Estadual – contrato concluído em 2015.
- O estado tem 64 travessias aquaviárias – 49 de responsabilidade do Estado.
- 2 travessias no litoral.
- Travessia por balsa no litoral: Matinhos-Guaratuba (Ponte de Guaratuba); intermunicipal em Paranaguá (Ponte dos Valadares).
- Transporte regular de passageiros 11 de responsabilidade do Estado e são precárias.
- Atracadouros – Paranaguá 8 trapiches de estrutura precária; Ilha do Mel é o segundo ponto turístico mais visitado do estado – atravessam 120 mil passageiros/ano- existe conflito ABALINE e Estado.
- A problemática da Ilha do Mel é de falta de fiscalização da quantidade de turistas que entram na ilha. O Estado pretende intervir nesse ponto.
- Existe uma resistência de mudança – comunidades tradicionais.
- Baixo nível informacional.
- Há cooptação estremada entre os gestores locais e os empresários.
- Pontal de Paraná tem a segunda maior frota aquática do Brasil.

(Murilo da Luz):

Nova Ferroeste:

- Projeto antigo.
- É melhorar o transporte de carga.
- Qualquer intervenção depende de licenças ambientais.
- Mato Grosso do Sul – Guaíra – Guarapuava – Curitiba – Paranaguá.
- Estado conseguiu uma união de diretrizes.
- Atender as estimativas do porto (80 milhões de toneladas – até 2045).
- Projeto de mais de 40 anos sendo pleiteado.
- Eficiência.
- Ecológico.
- Aliviar as estruturas existentes.
- Deixar a estrutura ferroviária existente para turismo.

SÍNTESE

A reunião enfocou as reformas na infraestrutura viária, a ponte de Guaratuba e melhorias de acesso aos portos. Destaque para o Porto de Pontal do Paraná, e como isso poderá afetar a população e a infraestrutura do litoral.

PRINCIPAIS QUESTÕES ABORDADAS

- A reforma de infraestrutura de Pontal do Paraná;
- A ponte de Guaratuba;
- A nova conexão do porto de Antonina;
- A BR 101
- A instalação do porto de Pontal do Paraná;

PONTOS SENSÍVEIS E/OU DE ATENÇÃO

- As discussões geradas com o projeto da ponte de Guaratuba;
- Os impactos que a reforma da infraestrutura de Pontal do Paraná trará a população;
- A necessidade de um terceiro porto no litoral.

ENCAMINHAMENTOS/ DELIBERAÇÕES

- Não foram discutidos os seguintes pontos previstos pela pauta: Transporte público, logística, comunicação e energia, saneamento, resíduos sólidos, empreendimentos;
- O Emanuel Maciel teve que se ausentar por haver marcado uma reunião com a SANEPAR para discutir saneamento básico.



PDS_LITORAL

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ